

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 10	n. 19	p. 1-182	Jan./Jun. 2025
---	--------------	-------	-------	----------	-------------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à
Edição de Periódicos**

EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE /EDITOR-IN-CHIEF

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ASSISTENTE /ASSISTANT EDITOR

Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

ASSISTENTE DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANT

Augusto Lorenzo Esposito (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

António Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Frédéric Jean Marie Monié (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia) - IN MEMORIAM

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Daniel Mendes Aguiar Santos, Gustavo Henrique Feddersen, Leonardo Granato e Rodrigo Stumpf Gonzalez.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira

Capa: Janaína Horn

Projeto gráfico: Janaína Horn

Diagramação: Augusto Lorenzo Esposito

Revisão de padrão: Felipe Raskin Cardon e Marcos Viola Cardoso

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em
www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CEGOV - Centro de Estudos Internacionais sobre Governo.

Av. João Pessoa, 31, Salas 303 e 304.

CEP: 90040-001 – Porto Alegre – RS – Brasil

Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348

E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea

ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS

Imagem de capa: Membros fundadores do Congresso Pan-Africanista em 1957,
autor desconhecido.

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos
Africanos. – Ano 10, n. 19 (jan./jun. 2025). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/
CEBRAFRICA, 2025 -

Semestral.

ISSN 2448-3907.

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional.
4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
TEORIA DE POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA: A RELEVÂNCIA CONCEITUAL DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA NA DEFINIÇÃO DA AGENDA POLÍTICA PARA A ÁFRICA	10
<i>Chris Landsberg</i>	
<i>Sandile Moloï</i>	
<i>Oscar van Heerden</i>	
AS RELAÇÕES URSS-ÁFRICA NOS ANOS 1970-1980: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS MOTIVAÇÕES, CONDICIONANTES E IMPACTOS	34
<i>Paulo G. Fagundes Visentini</i>	
MAPEAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DA ARGÉLIA NA ÁFRICA POR MEIO DA ANÁLISE DE REDES COMPLEXAS: DINÂMICA DE SEGURANÇA E ENERGIA (2019-2025)	50
<i>Mourad Benguita</i>	
FRANÇAFRIQUE, O NEOCOLONIALISMO E A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOLPES DE ESTADO NA ZONA DO FRANCO (2020 -2023)	81
<i>Mussa Jau</i>	
<i>Karine de Souza Silva</i>	
POLÍTICA INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL E DE REGENERAÇÃO NO CONTEXTO DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E MITIGAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A ÁFRICA	100
<i>Kenneth Chukwuemeka Nwoko</i>	
CAMINHOS OBSTRUÍDOS PARA A JUSTIÇA: GRILAGEM DE TERRAS E A CRISE DA RECONCILIAÇÃO NOS CONFLITOS PÓS-COLONIAIS DA NIGÉRIA CENTRAL	124
<i>Glória Longbaam-Alli</i>	
FRONTEIRAS SEM DONO: APATRIDIA, DESLOCAMENTO E INSEGURANÇA HUMANA NA BAKASSI PÓS-TRANSFERÊNCIA	155
<i>Seun Bamidele</i>	

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Junho/2025

Na História da África Moderna, os conflitos africanos se relacionam a intervenções externas, diretas ou indiretas. Com o final da Guerra Fria, a intervenção estrangeira assumiu novas características: o Estado, fragilizado, e os seus apoiadores externos não mais monopolizavam os meios de coerção. Em muitos casos, oportunistas, senhores da guerra ou grupos paramilitares, desprovidos de ideologia ou programa político, preencheram o vácuo de poder. Em outros, forças multinacionais (a exemplo da ONU) intervieram com a intenção de monitorar e assegurar acordos de paz, ou facilitar operações de assistência humanitária. Todavia, não foram poucos os casos nos quais grupos de interesse externos aproveitaram a vulnerabilidade dos Estados africanos para promover seus próprios objetivos e se beneficiar com recursos naturais. As fontes de financiamento também foram diversificadas com o final da Guerra Fria. As novas guerras, em boa medida, foram financiadas pelo saque de recursos naturais, pilhagem de populações locais, contrabando de armas, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Por outro lado, a estabilização e as condições de desenvolvimento levaram a novas intervenções militares (como no caso da Líbia) ou às Revoluções Coloridas (como no caso do Magreb).

Entretanto, a erradicação do neocolonialismo, a estabilização dos conflitos e segurança alimentar e energética como condições para o desenvolvimento, são defendidas por importantes países africanos no âmbito da União Africana com base no princípio “problemas africanos, solução africana”. Os fóruns multilaterais são, portanto, fundamentais para a diplomacia dos países africanos. A África figura, cada vez mais, na discussão de importantes países e organizações devido a sua crescente importância nos assuntos globais. Há a expectativa, segundo a ONU, de que mais da metade do crescimento populacional mundial até 2050 ocorra nesse continente, tendendo se igualar a população asiática no final do século. Esse fato abrirá novas possibilidades de mercado e trabalho ao lado dos recursos que há muito atraem interesse internacional, conduzindo a desafios humanitários e de desenvolvimento.

O impacto das mudanças climáticas é particularmente acentuado no continente. Atualmente, a população africana, extremamente jovem, tem constituído a base de crescentes fluxos migratórios intra-africanos e rumo à Europa, gerando tensões internacionais. Simultaneamente, cresce a procura por recursos naturais estratégicos no continente e a inevitável multiplicação de interações com as potências antigas e em ascensão. Em tal quadro, os dirigentes são forçados a buscar formas políticas alternativas, se tornando mais assertivos no fortalecimento do Estado e da diplomacia. Ao mesmo tempo, intensificam-se rivalidades regionais, típicas do amadurecimento de Estados-Nação, como na Europa dos séculos anteriores. O surpreendente é que tal processo obriga as potências extracontinentais a terem que se adaptar à nova dinâmica e às prioridades africanas.

Considerando a nova realidade geopolítica do continente africano e seus desafios em cenário de multipolaridade instável, no presente número contamos com a contribuição de acadêmicos da África do Sul, Argélia, Brasil e Nigéria que abordam, por diferentes eixos, tal problemática. Chris Landsberg, Sandile Moloi e Oscar van Heerden no artigo *“Teoria de Política Externa Pan-africanista: a relevância conceitual da análise de política externa na definição da agenda política para a África”*, analisam a Teoria da Política Externa Pan-africanista, definida como uma das teorias centrais formuladas no âmbito da disciplina de Relações Internacionais e que, segundo os autores, está alinhada ao continentalismo africano e ao seu mais importante organismo — a União Africana.

Paulo G. Fagundes Visentini em *“As relações URSS-África nos anos 1970-1980: uma proposta analítica das motivações, condicionantes e impactos”* discute as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados com foco nas motivações recíprocas, nos elementos condicionantes e nos impactos e legados decorrentes de tal relação. Para o autor, as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África. Na sequência, Mourad Benguita analisa no texto *“Mapeamento da Política Externa da Argélia na África por meio da análise de redes complexas: dinâmica de segurança e energia (2019–2025)”* a evolução da política externa da Argélia na África entre os anos 2019 e 2025 sob a ótica da análise de redes complexas (ARC). Segundo o autor, embora a Argélia tradicionalmente tenha mantido laços bilaterais seletivos com países africanos, desenvolvimentos recentes revelam uma mudança em direção a parcerias mais densas, diversificadas e estrategicamente integradas, particularmente nos domínios da diplomacia energética e da cooperação em segurança.

Em “*Françafrique, o neocolonialismo e a economia política dos golpes de Estado na Zona do Franco (2020 -2023)*”, Karine de Souza Silva e Mussa Jau avaliam a instrumentalização do Franco CFA para o domínio neocolonial da França na África e o seu futuro na atual conjuntura política franco-africana, depois da série de golpes de Estado ocorridos na Zona do Franco entre os anos de 2020 e 2023. Já Kenneth Chukwuemeka Nwoko examina as políticas internacionais em torno de energias renováveis e de regeneração na África, considerando as perspectivas e os desafios do continente em relação à adaptação e mitigação das mudanças climáticas no artigo “*Política Internacional de energia renovável e de regeneração no contexto da adaptação climática e mitigação: perspectivas e desafios para a África*”.

Por fim, os dois últimos artigos analisam questões internas na Nigéria com impactos regionais. Em “*Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central*”, Glória Longbaam-Alli examina os efeitos da apropriação de terras nos esforços de construção da paz. A autora argumenta que a economia política da propriedade da terra apresenta desafios específicos à resolução de conflitos e que as estratégias de gestão híbrida existentes não conseguem abordar adequadamente. E ainda, que apropriação de recursos se relaciona com a recorrência de conflitos em contextos africanos pós-coloniais. E, Seun Bamidele, no texto “*Fronteiras sem dono: apatridia, deslocamento e insegurança humana na Bakassi pós-transferência*” investiga a persistente crise de segurança humana na Península de Bakassi após a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2002, que transferiu a soberania da região da Nigéria para Camarões. Segundo o autor, embora a decisão tenha resolvido a disputa legal entre os dois países, gerou uma prolongada emergência humanitária para milhares de nigerianos que permaneceram apátridas, sem documentação e marginalizados em sua terra ancestral.

A RBEA, contudo, é uma publicação eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

Agradecemos à Editora Assistente Rafaela Pinto Serpa e ao Assistente de Edição Augusto Lorenzo Esposito, bem como à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução e revisão dos artigos, Augusto Camatti, Gabriela Gampe Bonness, Gabriele Lima de Souza, Giuseppe Camargo Pulice, Isabella Cruzichi, Ítalo Daniel Fonseca, Kauane Santos de Oliveira, Letícia Soares Rosa, Luiza Gabriel de Souza, Maria Eduarda Lameira Nascimento, Maria Manoela Ribeiro Spolavori, Mariana Realí Vitola, Matheus Severiano Marques Xavier, Pedro Henrique Galante Zandoná, Rebeca Martins de Lima e Vinicius Zanchin Baldissera. Agradecemos, ainda, Nicoli Waschburger Mendonça.

TEORIA DE POLÍTICA EXTERNA PAN- AFRICANISTA: A RELEVÂNCIA CONCEITUAL DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA NA DEFINIÇÃO DA AGENDA POLÍTICA PARA A ÁFRICA

Chris Landsberg¹

Sandile Moloi²

Oscar van Heerden³



Introdução

Este artigo sustenta que a Teoria de Política Externa Pan-Africanista refere-se à política externa dos Estados africanos. Tal afirmação e teoria não haviam sido desenvolvidas anteriormente. O argumento mais próximo da nossa Teoria de Política Externa Pan-Africanista encontra-se nos escritos de 2009 de McDougal (2009), que defende que, à medida que os Estados do continente e seus principais organismos de integração buscam formular um novo Pan-africanismo, as políticas externas africanas deveriam fundamentar-se em três aspectos: a unidade cultural e política; o desenvolvimento afrocentrado; e a concepção africana de Ubuntu. Afirmamos, ademais, que o Pan-africanismo raramente é analisado a partir da revisão dos objetivos

1 South African National Research Chair: African Diplomacy and Foreign Policy, University of Johannesburg. Joanesburgo, África do Sul. E-mail: clandsberg@uj.ac.za. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5503-2152>.

2 Department of Political Sciences, University of Pretoria. Pretória, África do Sul. E-mail: sandile.moloi@up.ac.za. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2221-3360?lang=en>.

3 South African National Research Chair: African Diplomacy and Foreign Policy, University of Johannesburg. Joanesburgo, África do Sul. E-mail: oscarvanheerden@icon.co.za. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2905-4267>.

perseguidos pelos Estados, em especial aqueles relacionados à segurança, à prosperidade e à reorganização mundial. O presente artigo busca oferecer uma contribuição construtiva à literatura existente ao examinar o Pan-africanismo como política externa africana, tendo em vista que pouco se escreveu sobre o tema sob essa perspectiva.

Já se passaram quase 60 anos desde a formação da Organização da Unidade Africana (OUA) (Agupusi 2021). A *raison d'être* dessa antiga organização continental, e seu *leitmotif* em matéria de política externa, era alcançar — entre muitos outros objetivos — a descolonização do continente africano, a unidade, o desenvolvimento, a prosperidade econômica, a paz e a segurança (Mathew 2011). A missão descolonizadora culminou com as eleições democráticas de 1994 na África do Sul (Abegunrin 2009). Paradoxalmente, esse mesmo período de 1994 foi marcado pelos genocídios em Ruanda e pela escalada da violência na Somália, assim como em diversas outras regiões da África (Adebajo 2010). Ademais, em grande parte do continente, o desenvolvimento permaneceu estagnado (Mathews 2018).

Na virada do século, e após o fim do *apartheid* na África do Sul, uma nova geração de líderes africanos mostrou-se determinada a transformar as condições do continente ao convocar um Renascimento Africano, liderado pelo então presidente sul-africano Thabo Mbeki, em colaboração com o ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo e o ex-presidente argelino Abdelaziz Bouteflika, entre outros (Mathews 2018). Landsberg (2016) definiu o Renascimento Africano como uma doutrina Pan-africanista de política externa, centrada na economia, na política, na cultura, no poder e na influência, bem como na identidade africana. O Renascimento Africano conclamava os líderes a assumirem a responsabilidade por seus próprios assuntos e a traçarem um caminho próprio de desenvolvimento, pautado na defesa dos direitos humanos, na boa governança, na promoção da democracia, e na paz e segurança (Landsberg 2016).

A geração de líderes africanos que conduziu a transformação da OUA em União Africana (UA) também lançou as bases para o Renascimento Africano (Murithi 2008). Enquanto a missão central da OUA se definia em torno de temas como governança, paz e desenvolvimento sociopolítico, seus maiores êxitos se deram na esfera da libertação política. Por essa razão, durante as celebrações do quinquagésimo aniversário da OUA/UA em 2013, os líderes africanos traçaram um plano de longo prazo para o continente sob o título “Agenda 2063: a África que queremos”. A Agenda 2063 foi adotada em setembro de 2014 como “o plano diretor e a estratégia-mestra para transformar a África na potência global do futuro” (African Union Commission

2015). Enquanto plano diretor, a Agenda 2063 se fundamenta no Pan-africanismo e no Renascimento Africano como pilares filosóficos; contudo, não estabelece metas e objetivos concretos de política externa que a convertam em uma verdadeira estratégia.

O Renascimento Africano é também referido como “Novo Pan-Africanismo”, e se apoia mais na abordagem Pan-africanista da UA do que no “Grande Pan-Africanismo” defendido por Mathews (2011). O debate entre Grande Pan-Africanismo e Novo Pan-Africanismo ganhou força após a transformação da OUA em UA em 2002. À medida que o mundo se preparava para ingressar no século XXI, os líderes africanos reconheceram que o continente necessitava de novas ideias, políticas e instituições capazes de enfrentar os desafios que estavam por vir (Agupusi 2021). Considerações relacionadas ao bem-estar e à economia constituem dimensões fundamentais do Pan-africanismo enquanto política externa. No centro do desenvolvimento africano estava o apelo por “soluções africanas para problemas africanos”. Todos esses desafios exigiam políticas e estratégias. No entanto, sem uma ideologia adequada para orientá-los e sem uma agência comum, os Estados permaneceram com o risco de não alcançar os resultados declarados e desejados.

De fato, há um problema quanto a uma agência continental africana comum, e o continente permanece altamente atomizado, com prioridades conflitantes, e, em alguns momentos, os líderes africanos interpretaram o continente a partir de lentes realistas tradicionais. Soma-se a isso a constante interferência de potências estrangeiras nos assuntos individuais dos Estados africanos, o que, por sua vez, afeta negativamente a agenda africana em seu conjunto. Por outro lado, a face complementar do realismo é representada pela Teoria da Convergência Econômica Pan-Africana (Nagar 2021), isto é, a articulação dos Estados africanos em torno do comércio por meio da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA⁴), e pela Teoria da Convergência Pan-Africana em Segurança (Nagar 2021), que se traduz na criação de uma arquitetura de paz e segurança mediante a formação da Força Africana de Pronto Emprego (ASF⁵). Assim, à medida que os 55 Estados-membros africanos protegem seus interesses realistas relacionados às riquezas minerais e agrícolas, bem como asseguram seus aparatos estatais em interação entre si, são precisamente essas ações que irão desenvolver condições mais favoráveis, estimular a disposição para proteger interesses comuns e intensificar o comércio intra-africano. É também esse processo que irá evoluir e desenvolver uma convergência econômica — uma vez que os Estados, a partir de uma lógica realista, possuem o interesse fundamental de resguardar seus

4 Sigla do inglês *African Continental Free Trade Area*.

5 Sigla do inglês *African Standby Force*.

recursos econômicos e militares com vistas à construção de riqueza, paz e segurança. Ademais, na medida em que o continente africano assume uma orientação realista, colocando o realismo no cerne de sua operacionalização e existência — isto é, uma abordagem continental voltada à proteção de seus recursos, ao fortalecimento de sua base econômica e ao desenvolvimento de seu capital humano (Nagar [*The AU@20*]) —, e conduz iniciativas comerciais e de segurança que favorecem mais diretamente a agenda continental, torna-se imperativo um enquadramento coerente de política externa. Portanto, no cerne deste artigo encontra-se o desenvolvimento da Teoria de Política Externa Pan-Africanista. As abordagens de política externa são os elementos que permitem a evolução do Pan-Africanismo — isto é, as ações dos Estados.

O Grande Pan-Africanismo corresponde à “crença de que os Estados existentes deveriam fundir-se em um único Estado. Nesse grande projeto, os pan-africanistas acreditam que há características culturais comuns suficientes entre as centenas de sociedades africanas para justificar a criação de um vasto Estado africano que substituiria os existentes” (Mutiso e Rohio 1984, 78)⁶. Nesse contexto, a ideia de unidade política tem sido há muito tempo uma influência central no pensamento Pan-africanista e, por extensão, em uma política externa continental. A partir dessa base, McDougall (2009, 65) propõe uma metodologia afrocentrista, destinada a impedir que os Estados africanos aceitem de forma acrítica e se ajustem “completamente às condições e à agenda de instituições econômicas multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Clube de Paris”⁷.

Conceituando a Teoria de Política Externa Pan-Africanista

Para desenvolver um arcabouço metodológico para a diplomacia e a política externa africana, é importante analisar separadamente os conceitos de Pan-africanismo e de Política Externa. Os imperativos de unidade, solidariedade, autonomia e desenvolvimento, enquanto objetivos, há muito tempo ocupam posição de destaque nos metadiscursos pan-africanistas da

6 No original: “belief that existing states ought to emerge into a single state. With this grand scheme, Pan-Africanists believe there are sufficient common cultural characteristics among the hundreds of African societies to justify creating one huge African state to replace the existing ones” (Mutiso and Rohio 1984, 78).

7 No original: “completely to the conditions and agenda of multilateral economic institutions such as the IMF, World Bank, World Trade Organization and the Paris Club” (McDougall 2009, 65).

diplomacia e da política externa africana. Ao longo das décadas, os africanos têm perseguido objetivos declarados de política externa voltados à independência, à autonomia, à segurança e ao bem-estar ou prosperidade por meio do desenvolvimento, buscando transformar o mundo de modo a responder às preocupações e prioridades africanas. Procuraram construir alianças e formar uma série de coalizões e vínculos para reforçar prestígio e status, e defender a reforma das instituições políticas e econômicas globais, de forma a fortalecer a voz e a participação da África. Assim, há muito tempo existem objetivos explícitos de política externa incorporados ao Pan-africanismo. De modo geral, a política externa começa onde a política doméstica termina, e não deriva apenas da política pública interna, mas também do interesse nacional de um país. Contudo, a Teoria de Política Externa Pan-Africanista ressalta que a política doméstica africana encontra-se hoje sob a responsabilidade dos 55 Estados-membros da África e alinhada à Agenda 2063 da UA, a qual estabelece as regras do jogo na construção de um polo continental Pan-africanista de prosperidade econômica e segurança. Assim, as questões socioeconômicas, políticas e de segurança que desafiam as unidades políticas africanas estão agora moldando as prioridades nacionais dos 55 Estados africanos a partir de uma ótica de política externa. Portanto, a construção da identidade nacional e o fortalecimento da política nacional dependem, em grande medida, da política externa do vizinho africano. Esses elementos e compreensões cruciais se articulam, portanto, à nossa proposição sobre o que é a Teoria de Política Externa Pan-Africanista e como essa teoria está evoluindo na prática — nomeadamente a AfCFTA; a Arquitetura de Paz e Segurança da UA; e a Corte Africana, notadamente seus sistemas judiciais.

Frankel (1970) justapõe que os interesses nacionais podem ser categorizados em níveis: aspiracional, operacional, explicativos e polêmico. Não há definição clara do último conceito evocativo, a despeito do interesse que suscitou ao longo dos anos. Basta dizer que existem diferentes definições atribuídas ao interesse nacional e não existe consenso sobre sua conceituação. Para os propósitos deste artigo, os interesses nacionais serão definidos com base no conceito de Ziring et al. (1995), entendido como a concepção das necessidades mais vitais de um Estado. Essas, por sua vez, foram predominantemente definidas como as estratégias do Estado, ou cursos de ação planejados, seguidos pelos seus tomadores de decisão em relação a outros Estados e entidades do ambiente internacional (Jackson e Sørensen 2007). É geralmente aceito que esses interesses nacionais podem ser perseguidos pelos Estados tanto por meios de *hard power* quanto de *soft power*.

O Pan-africanismo é uma ideia, um movimento, uma filosofia e uma ideologia. Mas o Pan-africanismo também se constitui como um discurso

político, e, portanto, abrange narrativas de análise de política externa africana. Pretende-se que seja um pensamento político africano capaz de atuar como força de contraposição ao pensamento e à cultura hegemônicos do Ocidente. Como observa Thompson (1963, 38), o Pan-africanismo “...preocupava-se não apenas com o protesto, mas também com a construção de uma filosofia coerente...”⁸ que se aproximasse de uma agenda de política (externa) coesa, com um conjunto de objetivos, uma estratégia, planos de ação e planos de implementação.

Segundo Thompson (1963), o nacionalismo Pan-africano visava desafiar os resultados do imperialismo e da dominação imperial, incluindo a escravidão, o colonialismo e o racismo. Como tal, dialoga diretamente com as metas de independência e integridade territorial; objetivos vitais nas agendas de política externa perseguidas pelos Estados. Esedebe (1994, 5) define Pan-africanismo como:

um fenômeno político e cultural que considera a África e suas diásporas como uma unidade. Busca regenerar e unificar a África e promover um sentimento de unidade entre os povos do mundo africano. A ideia de unidade cultural, portanto, há muito tempo foi incorporada ao discurso pan-africanista.⁹

Horace Campbell (1993, 678) acrescenta o seguinte:

...o movimento pan-africanista tem sido a principal agência de auto-definição dos povos africanos no século XX. A concepção de si mesmo manifestou-se tanto no nível subjetivo, na consciência racial dos povos africanos dentro e fora da África, quanto no nível objetivo, nas formas organizacionais que buscaram dar expressão às ideias de identidade africana e de libertação africana.¹⁰

8 No original: “...was concerned not only with protest but also with fashioning of a coherent philosophy...” (Thompson 1963, 38).

9 No original: “a political and cultural phenomenon that regards Africa, and its diasporas as a unit. It seeks to regenerate and unify Africa and promote a feeling of oneness among people of the African world. The idea of cultural unity is thus one that has long been embraced in Pan-African discourse” (Esedebe 1994, 5).

10 No original: “...the Pan-African movement has been the principal agency for the self-definition of the African peoples in the 20th Century. The conception of self has been manifested both at the subjective level in the race consciousness of the African peoples in Africa and outside and at the objective level in the organizational forms which aspired to give expression to the ideas of African identity and African liberation” (Campbell 1993, 678).

A independência dos povos e Estados africanos para conduzir sua política e vida social livres da interferência e dominação colonial é registrada, assim, como um dos principais objetivos de política externa almejada pelos africanos. A unidade dos africanos, que haviam sido divididos e que se tornaram altamente atomizados pela conquista de seus territórios por estrangeiros racistas e colonizadores brancos, tornou-se um objetivo fundamental para eles antes e depois da descolonização.

A África tem ocupado a periferia da política global, com pouca ou nenhuma voz nos assuntos mundiais. Nkrumah e outros pan-africanistas vêm defendendo uma política externa orientada pelo Pan-africanismo capaz de desafiar as políticas neocoloniais e, talvez, alterar o *status quo* do continente. De acordo com Nkrumah (1963), com uma voz unida, a África não apenas poderia transcender os limites coloniais, mas também competir com as superpotências globais. Diferentemente de outros acadêmicos, no entanto, Nkrumah não apenas teorizou o conceito de Pan-africanismo, mas também explicou sua viabilidade para emancipar o continente do jugo e desprezo coloniais. Na visão de Nkrumah (1963), a África deveria enviar apenas um representante com uma única política externa às Nações Unidas (ONU) para fazer valer seu peso nos assuntos globais, em vez de apresentar uma miríade de propostas fragmentadas e manipuladas colonialmente à Assembleia Geral (AGNU) ou ao Conselho de Segurança (CSNU). É em razão dessa fragmentação que os atores externos, segundo Mazrui (2004), não levam a sério a voz da África, e os próprios africanos ainda precisam conquistar a autoconfiança nas arenas da diplomacia global.

A ascensão, queda e ressurgimento da Teoria de Política Externa Pan-Africanista

É importante não apenas concentrar-se na evolução ideológica, institucional e geográfica do Pan-africanismo, mas também examiná-lo enquanto instrumento de política externa. Portanto, torna-se importante demonstrar que a Teoria de Política Externa Pan-Africanista tem sido capaz de orientar o continente historicamente e na prática: pode-se concebê-la como uma ideia que surgiu fora do continente africano, envolvendo os africanos no continente e àqueles na diáspora. Os primeiros esforços coordenados para discutir diversos problemas enfrentados por pessoas de ascendência africana e por africanos no continente foram conduzidas por Henry Sylvester Williams (Murithi 2008; Mathews 2018). Preocupado com a forma como os africanos

na diáspora e na África eram tratados pelos europeus, Williams decidiu fundar a Associação Africana, em 1897 (Abegunrin 2016), e em 1900, a associação organizou a primeira Conferência Pan-Africana, em Londres. Esse encontro contou com a presença de africanos da diáspora, formados no Ocidente, bem como de representantes vindos da África (Sherwood 2012). Durante a conferência, decidiu-se transformar a Associação Africana em Associação Pan-Africana, ampliando assim deliberadamente o escopo da Conferência.

Bankie (2013) argumenta que, após a primeira Conferência Pan-Africana em Londres, Du Bois organizou mais quatro Congressos Pan-Africanos, também conhecidos como Congressos Du Boisianos, entre 1919 e 1927. O primeiro foi realizado em Paris, em 1919, o segundo em Paris, Londres e Bruxelas (1921), o terceiro em Lisboa e Londres (1923), e o último em Nova Iorque. Os dois primeiros congressos foram um enorme sucesso, mas os dois últimos revelaram-se um fracasso, e uma noção contrária a uma iniciativa Pan-africana se desenvolveu (Sherwood 2012).

A última Conferência Pan-Africana realizada na diáspora ocorreu em Manchester, em outubro de 1945, promovida por George Padmore. Entre os muitos pan-africanistas notáveis que participaram do encontro estavam Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e o sul-africano Peter Abrahams (Mathews 2018). A declaração final do Congresso dirigida aos povos coloniais enfatizou a urgência de criar uma frente unida na luta contra o colonialismo. Assim, o Pan-africanismo deixou de ser exclusivamente um interesse das elites africanas educadas no Ocidente e passou a envolver africanos do próprio continente, que reivindicavam autogoverno ou independência para os povos coloniais. Derrotar o racismo e pôr fim à discriminação racial fomentada pelo Ocidente tornou-se uma agenda central de política externa para os pan-africanistas (Abegunrin 2016).

Foi Nkrumah quem contribuiu para trazer a ideia do Pan-africanismo para a África. Tornou-se uma voz central no movimento Pan-africano e enfatizou a necessidade de unidade no continente. Nkrumah defendia que, sem unidade, a África não poderia alcançar seu principal objetivo de se libertar do domínio colonial, o mais elevado objetivo político e de política externa do movimento Pan-africano. Um dos primeiros passos dados por Nkrumah em direção à promoção da unidade no continente foi convocar a criação do Secretariado Nacional da África Ocidental, em 14 de dezembro de 1945. Em 11 de fevereiro de 1946, o Secretariado organizou uma conferência em Londres (Sherwood 2012). Nessa conferência, aprovou-se uma resolução dirigida à ONU solicitando auxílio e apoio para que “os africanos ocidentais alcançassem a independência”, além de requerer às Nações Unidas “a adoção

das medidas necessárias para promover a completa liquidação do sistema colonial” (Sherwood 2012, III)¹¹.

A busca pela unidade atingiu novos patamares quando Gana conquistou sua independência em 1957, germinando a semente Pan-africana de uma África independente. Esse marco representou o início da transição que levou o Pan-africanismo a deslocar-se da diáspora africana para o próprio continente (Legum 1962). As duas primeiras Conferências Pan-Africanas realizadas em solo africano ocorreram em Acra, Gana, organizadas por Nkrumah em abril e dezembro de 1958 (Legum 1962). Esses dois encontros inspiraram a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em maio de 1963. O Congresso Pan-Africano realizado em Dar Es Salaam, em junho de 1974, abordou diversos temas que se consolidaram como objetivos relevantes de política externa, incluindo autogovernança, libertação nacional, tecnologia, economia, educação e cultura (Levy 2007). Embora os debates que surgiram entre os grupos de Monróvia e Casablanca sobre a unidade africana tenham sido formalmente encerrados com a formação da OUA, a aspiração à unidade não foi: o grupo de Monróvia defendia uma integração gradual do continente, enquanto o grupo de Casablanca, liderado por Nkrumah, defendia uma integração imediata (Sherwood 2012).

Trajetórias da Política Externa Pan-Africanista

Desde sua concepção, o Pan-africanismo nunca foi pensado como uma doutrina de política externa ou como um guia de política externa, por assim dizer. Contudo, o ambiente hostil em relação aos africanos, especialmente por parte dos países ocidentais, impôs a necessidade de que os africanos tomassem medidas para se emancipar das amarras da escravidão, do colonialismo, do imperialismo e do *apartheid*. A noção de Pan-africanismo antecede o próprio termo *Pan-Africanism*, cunhado por Henry Sylvester Williams (Ackah 1999; Mathews 2018). Africanos do continente e da diáspora engajaram-se em estratégias diplomáticas e de política externa multilaterais para defender a libertação e a independência africana. As principais razões para o surgimento do Pan-africanismo foram responder ao tráfico de escravizados, ao racismo, à partilha da África e ao colonialismo, entre outras injustiças perpetradas contra os africanos, tanto no continente quanto na diáspora (Bankie 2013). Essa resposta originou-se principalmente na diáspora africana,

¹¹ No original: “to take necessary steps to bring about the complete liquidation of the colonial system” (Sherwood 2012, III).

e não no continente em si, sendo a África concebida como um “paraíso na terra” pelos primeiros pan-africanistas. Os primeiros pan-africanistas, como Martin R. Delaney e Edward Blyden, defendiam o retorno à África dos povos de ascendência africana residentes nas diásporas.

Paradoxalmente, a África era vista pela comunidade da diáspora africana como um lugar de refúgio, enquanto os africanos na pátria-mãe percebiam seu lar como um espaço de servidão. Tal percepção encontra-se sintetizada nas célebres palavras de Sol Plaatje, ao reagir à Lei de Terras de 1913: “Ao despertar na manhã de sexta-feira, 20 de junho de 1913, o nativo sul-africano descobriu-se, não exatamente como um escravo, mas como um pária na terra de seu nascimento” (Plaatje 2007, 21)¹². Na África do Sul, a Lei de Terras de 1913 representou o ápice do projeto colonial, seguido posteriormente pela institucionalização das leis raciais sob a forma do *apartheid*. No entanto, os sentimentos de desapossamento e da condição de párias tiveram início com a partilha da África, na Conferência de Berlim de 1885, que significou, em essência, que os africanos não estavam mais no controle de seus próprios assuntos em sua terra natal (Adebajo 2010). Além disso, os africanos que se encontravam dispersos pelo mundo eram, direta ou indiretamente, resultado da escravidão e do colonialismo. Assim, após cinco conferências pan-africanas realizadas entre 1919 e 1945, os africanos do continente acabaram recebendo a tocha da libertação de afro-americanos e afro-caribenhos como Henry Sylvester Williams e W. E. B. Du Bois.

Como já mencionado, a unidade africana constituiu um dos pilares fundamentais do Pan-africanismo desde sua origem e tem sido perseguida ao longo de sua história. Nos primeiros registros do Pan-africanismo, emergiram duas escolas de pensamento que procuraram formular a agenda da unidade africana. Uma delas, liderada por Edward Blyden, sustentava ser importante que africanos da diáspora migrassem de volta para sua pátria-mãe, a África. Blyden, entretanto, opunha-se à ideia de que todos os africanos o fizessem. O autor defendia que apenas aqueles dotados de competências capazes de contribuir para o desenvolvimento africano deveriam retornar¹³. Martin R. Delaney, um dos principais proponentes da segunda corrente de pensamento, argumentava que todos os africanos da diáspora deveriam retornar à África, independentemente de seus conhecimentos ou habilidades. Durante o século XX, a ideia do retorno à África foi abraçada por Marcus Garvey, que se tornou um dos principais defensores do “Movimento de Retorno à África” (*Back to*

¹² No original: “Awaking on Friday morning, June 20, 1913, the South African Native found himself, not actually a slave, but a pariah in the land of his birth” (Plaatje 2007, 21).

¹³ Nota do editor: sobre o pensamento de Blyden, ver Adelaja (1971) e Bellingsley (1970).

Africa Movement). Embora não advogasse um retorno em massa, W. E. B. Du Bois também promoveu a noção do regresso à África (Ackah 1999).

Os povos de ascendência africana e os africanos no continente sofreram todo tipo de injustiça, da escravidão à alienação e ao colonialismo. Tornou-se, portanto, fundamental que o Pan-africanismo expressasse o orgulho negro universal e a valorização de suas conquistas. Entre muitos, os principais defensores desse projeto foram Claude, Marcus Garvey, Malcolm X e o sul-africano Steve Biko, sob a bandeira do Movimento de Consciência Negra (*Black Consciousness Movement*). Em diferentes momentos e contextos, esses protagonistas advogaram pela revitalização do orgulho negro, mas seu foco comum foi evidenciar as conquistas da África. Seus esforços visavam promover uma mudança de paradigma, afastando a África da imagem de “continente negro” ou “continente obscuro” (*Dark Continent*) (Bankie 2013, 2), para conduzi-la em direção a uma política externa pan-africanista, capaz de restaurar o orgulho negro e redimir o lugar do continente após anos de subjugação. Nesse sentido, pesquisas acadêmicas mais recentes de Howard French (*Born in Blackness*) também indicam a contribuição da escravidão para a modernização dos assuntos mundiais, por meio da criação de rotas comerciais, bolsas de valores e outras instituições.

O Pan-africanismo tem sido uma ferramenta essencial para unir os africanos da diáspora e do continente na busca por respeito, igualdade e liberdade para os africanos, na África e nas diásporas. O Pan-africanismo tem sido uma força que contribuiu para a libertação do domínio colonial e da dominação por minorias (Bankie 2013).

Teoria de Política Externa Pan-Africanista: O Novo Pan-Africanismo/Renascimento Africano e a busca pela unidade cultural e política, desenvolvimento e valores

O Pan-africanismo não almejou apenas objetivos políticos declarados, como a unidade, a solidariedade, o anticolonialismo e o anti-imperialismo; aspirou também a objetivos econômicos, notadamente o desenvolvimento e a emancipação econômica (Amin 2014). Isso se tornou particularmente evidente nas décadas posteriores, sobretudo a partir dos anos 1980, quando os pan-africanistas colocaram em pauta a questão da “libertação econômica”. De acordo com McDougall (2009), a África deveria adotar três grandes imperativos de política externa: unidade cultural e política; desenvolvimento afrocentrado; e a concepção africana de Ubuntu.

Um dos principais objetivos de uma política externa é proteger os interesses particulares dos Estados, construindo um círculo de amigos e aliados, como as Potências Econômicas no Conselho de Segurança da ONU (P2, formado pelos Estados Unidos [EUA] e França) ou articulando alianças e parcerias (P2, formado por China e Rússia [anteriormente o bloco soviético] contra o P1, EUA). No período pós-Guerra Fria, uma confluência de fatores e atores conspirou para inaugurar um novo Pan-africanismo: a queda do Muro de Berlim; o colapso da União Soviética; o triunfalismo ocidental; a independência da Namíbia; mudanças no equilíbrio regional de forças; e, evidentemente, o fim do *apartheid* na África do Sul. Uma nova geração de líderes africanos formou o que o acadêmico queniano Gilbert Khadiagala (2010) denominou “coalizão do Renascimento Africano”, comprometida com a renovação política, econômica, social e cultural da África. Nos anos 2000, Thabo Mbeki, Olusegun Obasanjo, Meles Zenawi, John Kufuor, Benjamin Mkapa, Joaquim Chissano, Abdelaziz Bouteflika e Abdoulaye Wade buscaram promover a unidade continental. Eles constituíram uma coalizão próxima, fundada na amizade, e comprometeram-se a construir uma “União dos Estados Africanos”, em que os membros pudessem compartilhar normas, valores e princípios, além de instituir organismos comuns baseados em “valores partilhados”. Esses líderes não estavam apenas interessados em ocupar um assento no altar da política global, mas também queriam ajudar a moldar a agenda internacional: buscavam inserir de maneira firme as questões africanas na pauta mundial, ao mesmo tempo em que defendiam uma “nova parceria” entre a África, os países do Grupo dos Oito (G8) e outras potências industrializadas, reforçando a agência africana por meio da atuação em uma única voz.

Foi o renomado filósofo senegalês, Cheikh Anta Diop (1989, s.p.), quem afirmou: “em meio à tremenda e inestimável diversidade dos povos africanos, existe um conjunto de elementos culturais comuns”¹⁴, e que estes deveriam ser aproveitados como forças na formulação de política externa. De acordo com McDougall (2009), a unidade cultural pode servir como guia para decisões de política externa e como pretexto para a unidade política. Pode, igualmente, ser empregada no avanço da autodeterminação econômica e cultural. Um tema recorrente que emergiu dos Congressos Pan-Africanos (1900–1945) foi a ideia de que os africanos partilhavam muitos elementos em comum como povo, independentemente de sua localização geográfica. Assim, sustentou-se que os africanos devem compartilhar um destino comum, e

14 No original: “amid tremendous and invaluable diversity of African people, there is a set of cultural commonalities” (Diop 1989, n.p.).

que essas convergências culturais poderiam tornar-se um trampolim para a unidade africana.

Isso se relaciona tanto com os objetivos de prestígio quanto de status, uma vez que Thabo Mbeki buscava projetar a África do Sul como um Estado pivô ou um Estado âncora no continente. Em seu discurso de abertura como anfitrião da primeira reunião da União Africana, em 2002, Mbeki declarou: “Unidade, unidade, unidade deve ser o imperativo do nosso tempo!” (Mbeki 2002) e acrescentou:

Ao formar a União, os povos do nosso continente fizeram a declaração inequívoca de que a África deve se unir! Nós, como africanos, temos um destino comum e compartilhado! Juntos, devemos redefinir esse destino para uma vida melhor para todos os povos deste continente. A primeira tarefa é alcançar a unidade, a solidariedade, a coesão e a cooperação entre os povos da África e os Estados africanos. Devemos construir todas as instituições necessárias para aprofundar a integração política, econômica e social do continente africano. Devemos consolidar a cultura da ação coletiva na África e em nossas relações com o restante do mundo (Mbeki 2002, s.p.).¹⁵

A UA instituiu, assim, um novo regime intervencionista, deslocando-se da política de não interferência para a doutrina da “não indiferença”. O Ato Constitutivo da UA (2002) estabeleceu quatro pretextos para a intervenção: genocídio; graves violações de direitos humanos; instabilidade em um país que ameace a estabilidade regional mais ampla; e mudanças inconstitucionais de governo (Mathews 2018). Em contrapartida a esses ajustes, os africanos esperavam que o Ocidente e outras potências apoiassem economicamente o continente por meio de comércio, acesso a mercados, investimentos e ajuda internacional.

15 No original: “By forming the Union, the peoples of our continent have made the unequivocal statement that Africa must unite! We as Africans have a common and a shared destiny! Together, we must redefine this destiny for a better life for all the people of this continent. The first task is to achieve unity, solidarity, cohesion, cooperation among peoples of Africa and African states. We must build all the institutions necessary to deepen political, economic and social integration of the African continent. We must deepen the culture of collective action in Africa and in our relations with the rest of the world” (Mbeki 2002, n.p.).

A busca pelo desenvolvimento afrocentrado: autossuficiência e emancipação econômica como objetivos da Política Externa Pan-Africanista centrados na Teoria da Política Externa Pan-Africanista

Enquanto na clássica análise de política externa (APE) o objetivo da prosperidade ou bem-estar ocupa lugar de destaque, McDougall (2009) observa corretamente que, na África, é o “desenvolvimento”, e a mudança do continente de uma condição de subdesenvolvimento que se destacam como objetivo de política externa. Em 1987, Molefi Asante, considerado o decano da afrocentricidade, propôs um modelo de “desenvolvimento afrocentrado” e destacou que os africanos deveriam colocar “as ideias e ideais africanos no centro de qualquer análise que envolvesse a cultura e o comportamento africanos”. Para Asante (1987), o desenvolvimento não deveria apenas ser des-ocidentalizado, mas também africanizado: com o desenvolvimento afrocentrado, o desenvolvimento africano seria descolonizado, as perspectivas africanas globais seriam incorporadas e as diásporas seriam reconhecidas como o maior patrimônio da África.

Os acadêmicos pan-africanistas têm se dedicado a teorizar as raízes dos males econômicos dos africanos e a buscar soluções práticas para enfrentá-los. Entre as vozes notáveis que procuraram abordar tais questões destacam-se: Walter Rodney, Samir Amin e Issa Shivji. Rodney (1982) argumentou que os problemas da África estão enraizados em sua história colonial, enquanto Amin (2014) defendeu que a África deveria desvincular-se da economia global exploratória. As teorias marxistas também têm sido mobilizadas na tentativa de compreender os desafios econômicos enfrentados pela África e suas diásporas a partir de uma perspectiva marxista. No entanto, questões centrais permanecem sem resposta: qual é o papel da África na economia política global? Até que ponto a África avançou em termos de desenvolvimento econômico? Quão eficazes são as políticas econômicas africanas? E em que medida os Estados africanos lograram alcançar convergência em matéria de segurança, no esforço de construir a paz e a segurança continentais?

Cada uma dessas questões justificam um estudo específico, e qualquer tentativa de abordá-las aqui não lhes faria justiça. No entanto, vale registrar que houve esforços notáveis — tanto em nível continental quanto global — de pan-africanistas em buscar uma compreensão econômica do significado de emancipação para a África. Mais uma vez, os objetivos de bem-estar e prosperidade econômica foram as principais justificativas estratégicas para

o continente. Após alcançar o reino político e de segurança de Nkrumah, a África precisava conquistar a independência econômica (Nagar 2021).

Marcus Garvey afirmou na famosa frase: “uma raça que depende exclusivamente de outra para sua existência econômica, mais cedo ou mais tarde, morrerá”¹⁶. Uma das missões centrais do Pan-africanismo era — e continua a ser — a busca pela emancipação econômica da África e de sua diáspora. O apetite econômico de europeus e árabes, entretanto, conduziu à escravização dos africanos e, posteriormente, ao colonialismo e ao imperialismo. As cicatrizes da escravidão, da partilha da África, do colonialismo e do imperialismo (ainda) são visíveis na economia africana (Adebayo 2010).

Shivji (2009, 55) explica que a África e o Ocidente nunca tiveram uma relação de igualdade, mas sim “uma relação unilateral de extração de recursos humanos e naturais do continente em larga escala”¹⁷. Torna-se, portanto, de fundamental importância que a UA construa um continente realista, fortemente orientado por seus próprios interesses particulares, ao mesmo tempo em que conduz, sobretudo, relações de política externa multilaterais e bilaterais com as principais potências internacionais. A África deve assegurar que seus chefes de Estado desconstruam mentalidades moldadas pela escravidão colonial e que, neste momento da história do continente, assim como há 59 anos, a UA e seus líderes estabeleçam um sólido arcabouço realista — colocando em primeiro plano a agenda da Política Externa Pan-Africanista. Mesmo após a independência, a África continuou a carregar o fardo de políticas econômicas neoliberais estruturadas colonialmente, sob o disfarce do livre mercado. Nkrumah (1963) já advertia que a independência política da África seria destituída de sentido sem emancipação securitária e econômica.

Tendo em vista essas desigualdades históricas e desequilíbrios comerciais, Nkrumah (1963) declarou que a propensão de recorrer aos colonizadores para o desenvolvimento econômico equivale a trair a liberdade da África. Em sua avaliação, era evidente que se fazia necessária uma planificação econômica radical e inédita, a qual, entretanto, não poderia ser alcançada sem uma união política. O cerne do argumento de Nkrumah era que a dependência da ajuda externa comprometeria o objetivo da emancipação política,

¹⁶ Nota do editor: Esta citação vem do discurso de Marcus Garvey “The Negro as an Industrial Make-Shift”, publicado originalmente no *Negro World* (Nova York) no início da década de 1920 e posteriormente incluído em *The Philosophy and Opinions of Marcus Garvey, or Africa for the Africans*, editado por Amy Jacques Garvey (1923). No original: “a race that is solely dependent upon another for economic existence sooner or later dies”.

¹⁷ No original: “rather a unilateral relationship of human and natural resources from the continent on a grand scale” (Shivji 2009, 55).

servindo como extensão do mercado colonial, com subsequente prejuízo para a autossuficiência. De modo semelhante, Biney (2012; 2011) argumenta que pesadas correntes costumam estar atreladas à ajuda externa, disfarçadas de “lobos em pele de cordeiro”, e países individuais, demasiado pobres ou impotentes para resistir, acabam aceitando tais condições sem avaliar as repercussões econômicas e ambientais, perpetuando assim as relações de senhor e escravo, e impactando ainda mais negativamente o comércio vizinho e regional. Dessa forma, priva-se o continente da possibilidade de construir um crescimento econômico endógeno com valor agregado por meio de commodities comerciais sólidas e vantagens comparativas — das quais a África dispõe em abundância (Nagar 2022). Do mesmo modo, o papel desempenhado pelas instituições de Bretton Woods não pode ser ignorado. Sua meta permanente tem sido garantir que os Estados africanos permaneçam presos à armadilha da pobreza no pós-colonialismo. Nkrumah (1963) igualmente destacou que a África deveria unir-se para aumentar seu poder de barganha no mercado global e nos acordos comerciais bilaterais, uma questão tão importante naquela época quanto no presente.

O paradoxo é que a África não é pobre, mas grande parte de seus habitantes vive abaixo da linha da pobreza. Nkrumah (1963) destacou que os países ricos são inflexíveis em reduzir os retornos que os países africanos obtêm de seus recursos primários. Nesse sentido, os projetos seletivamente financiados por instituições coloniais, como o FMI e o Banco Mundial, estão invariavelmente alinhados aos interesses neocolonialistas, sendo considerados uma forma de escravidão econômica moderna. Essas instituições foram concebidas por John Keynes a pedido dos Estados Unidos e durante o período crítico em que a ONU alinhava suas agendas de paz e segurança à economia (Peet 2009).

Foi essa continuação da escravização econômica que Nkrumah tentava reverter, ao sustentar que a África está estrategicamente posicionada para controlar seus recursos minerais e matérias-primas. Em sua análise, Nkrumah (1963) reconheceu que as políticas comerciais haviam se tornado enviesadas em favor dos países ocidentais e que a possibilidade de um desenvolvimento econômico mútuo era limitada, relegando a África à periferia da periferia, refluindo para as margens da economia global. No âmbito do pensamento político pan-africanista de Nkrumah, a dependência econômica retardou o crescimento industrial do continente. Para Ali Mazrui (2004), Nkrumah estava determinado a construir uma nova filosofia econômica e política para além do legado colonial por meio da difusão da ideologia Pan-africana, insistindo que a África não deveria ser arrastada para a rivalidade ideológica e econômica Leste-Oeste, durante a Guerra Fria. O

objetivo, segundo Mazrui (2004), era impedir que neocolonialistas e corporações multinacionais perseguissem seus próprios interesses explorando as fragilidades dos Estados africanos. O “reino político” da África deveria ser utilizado para realizar as demais aspirações do continente, e “todo o resto deveria ser acrescentado a ele”.

A força do continente, como argumentou Nkrumah (1967), reside em uma política e ação unificadas para libertação e progresso econômicos, apresentando um propósito continental capaz de transcender as armadilhas do colonialismo. Para acelerar sua visão de independência econômica, Nkrumah (1963) buscou incessantemente o estabelecimento de um mercado comum africano e a abertura de fronteiras, a fim de romper as barreiras que os antigos imperialistas haviam criado em benefício próprio, visando criar uma ideia economicamente viável. Entretanto, os planos e esforços de Nkrumah levaram ao seu exílio e declínio, pois tanto o continente quanto as potências ocidentais romantizaram promessas e ideais ocidentais vazios para a África, que jamais foram implementados. Assim, gerou-se uma onda devastadora de pobreza nos campos econômico, educacional, de saúde, agrícola, de recursos minerais, de paz e segurança; além de uma política nacional enfraquecida e reduzida, que não se alinhava a uma Política Externa Pan-Africanista, conforme esta teoria explica e demonstra.

Após alcançar o “reino político” de Nkrumah, a África teria de conquistar a independência econômica. Nkrumah argumentou que, nos esforços africanos de desenvolvimento, o continente deveria cooperar com o Ocidente apenas se houvesse benefícios mútuos. Contudo, caso o Ocidente se aproximasse da África em termos de uma “relação de senhor e escravo”, o continente seria forçado a voltar-se para o Oriente. As relações China-África possuem uma longa história que remonta à luta pela independência, e, desde então, a África tem se constituído como um importante parceiro estratégico para a China. Essa relação estendeu-se para além da economia, abrangendo também a paz e a segurança. Todavia, é no campo econômico que África e China vêm buscando consolidar uma parceria mais vantajosa. No entanto, MacDougall (2009) adverte que, sem uma metodologia orientadora adequada, a África está propensa a perder nesse tipo de parceria.

Exemplos de tentativas de colocar o desenvolvimento afrocentrado no centro da análise africana são o Plano de Ação de Lagos (PAL) de 1980, o Tratado de Abuja de 1991 e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O PAL insere a ideia de autodeterminação africana na agenda e projeta o desenvolvimento do continente em uma trajetória de industrialização autossuficiente no âmbito da comunidade global.

O objetivo do Tratado de Abuja (1991) foi harmonizar as Comunidades Econômicas Regionais (CERs), abrindo caminho para a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA). Seus princípios fundadores foram de subsidiariedade, complementaridade, identificação de economias de escala e de vantagens comparativas por meio do fortalecimento das oito CERs reconhecidas; coordenação de sistemas tarifários e não tarifários; estabelecimento de um Mercado Comum Africano e protocolos e políticas comuns entre as CERs; criação de um Banco Central Africano, possibilitando a formação de uma união monetária continental, que, por sua vez, reforçaria o Parlamento Pan-Africano, atualmente em funcionamento na África do Sul (Lamberte 2004).

Em abril de 1980, os líderes africanos reuniram-se em Lagos, Nigéria, para formular uma resposta coletiva ao Relatório Berg, de autoria do Banco Mundial. Mas, ainda mais importante, tratava-se da tentativa conjunta da África de alcançar a autossuficiência. De acordo com o Plano de Ação de Lagos, o lento desenvolvimento econômico da África devia-se aos Programas de Ajuste Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O PAL, portanto, se propôs a elaborar um modelo econômico endógeno e autossuficiente.

O PAL sustentava que a África poderia atingir seus objetivos de desenvolvimento se conseguisse reduzir sua dependência da extração de matérias-primas, concentrar-se na industrialização, implementar a igualdade global nas relações comerciais e obter maior ajuda ao desenvolvimento por parte da comunidade internacional. Acadêmicos pan-africanistas argumentaram que o relatório carecia de qualquer crítica ou apelo à reforma dos governos domésticos africanos. Isso diferia significativamente do Relatório Berg, que atribuía o lento crescimento da África aos próprios líderes africanos. O PAL, por sua vez, considerava a comunidade internacional pouco comprometida com o projeto de desenvolvimento do continente.

A primeira tentativa de alcançar a emancipação econômica ocorreu em nível regional. Os esforços continentais começaram em 1958, com a criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA). Em 1965, a OUA considerou sua posição como organismo continental muito mais adequada que a UNECA para liderar o caminho de desenvolvimento da África, o que gerou conflitos entre a OUA e a ECA (Adedeji 2009). A criação da ECA representou um enorme desafio, pois a África não dispunha de números significativos sequer para votar a favor de sua própria comissão econômica, quanto mais para sustentar uma agenda econômica autônoma.

O Novo Pan-Africanismo e a Coalizão do Renascimento Africano

No período pós-Guerra Fria, uma confluência de fatores — a queda do Muro de Berlim; o colapso da União Soviética; o triunfalismo ocidental; a independência da Namíbia; e o fim do *apartheid* na África do Sul — conspirou para inaugurar um novo Pan-africanismo. Uma nova geração de líderes africanos formou aquilo que o acadêmico queniano Gilbert Khadiagala denominou “coalizão do Renascimento Africano”, comprometida com a renovação africana nos campos político, econômico, social e cultural (Khadiagala 2010). Esses líderes estavam comprometidos em construir uma nova “União de Estados Africanos”, na qual os membros africanos viveriam de acordo com normas, valores e princípios comuns, e seriam criadas instituições compartilhadas baseadas em “valores comuns”.

As considerações econômicas e de desenvolvimento passaram a ocupar um lugar de ascendência e *primus inter pares* no novo Pan-africanismo emergente, criado em julho de 2002, quando a OUA foi substituída pela UA, o que implicou mudanças em suas políticas, bem como o surgimento de desafios considerados intransponíveis. Esses desafios incluíam altos níveis de pobreza, crescimento econômico lento, subdesenvolvimento e a marginalização da África. A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e um novo modelo de governança afrocentrado, a saber, o Mecanismo Africano de Revisão por Pares (MARF), ambos voluntários e voltados à promoção da boa governança política, econômica, corporativa e socioeconômica, também foram impulsionados pelos presidentes Mbeki, Obasanjo e Bouteflika. Este foi um renascimento do Pan-africanismo que, no entanto, não encontrou verdadeiramente uma base sólida no continente — com a África abrigando os Estados menos desenvolvidos do mundo e permanecendo na periferia da periferia, marcada pela pobreza, alto desemprego e desafios ambientais, sistemas de saúde precários e terrorismo além de graves relatórios de insegurança e de pessoas deslocadas internamente. A esperança e o renascimento do Pan-africanismo se expressam no estabelecimento da Área de Livre-Comércio Continental Africana (AfCFTA), com mais de 40 países africanos, de um total de 55, tendo assinado o Tratado da Área de Livre-Comércio — o maior do mundo em termos de população abrangida —, bem como na construção da Arquitetura de Segurança da UA. Portanto, a Teoria de Política Externa Pan-Africanista, aqui formulada, foi desenvolvida. A Teoria enfatiza, fundamentalmente, que uma África forte só se tornará evidente à medida que o

continente construa uma África realista, que incorpore o realismo de forma muito mais robusta em seus engajamentos bilaterais e multilaterais.

Conclusão

O processo de descolonização e a completa emancipação da África têm sido objetivos centrais da política externa do continente, embora tais objetivos frequentemente tenham sido contestados ou inconsistentes. Todavia, a Teoria de Política Externa Pan-Africanista refere-se claramente à compreensão da visão de Nkrumah para os Estados Unidos da África, que possivelmente apresenta uma das mais sóbrias visões pan-africanistas e metas continentais. Alguns estudiosos, no entanto, têm considerado esse grande Pan-africanismo como impraticável — sobretudo “para buscar” por uma solução africana própria para o legado colonial. A conquista da liberdade política por meio desse grande Pan-africanismo é, com frequência, descrita como artificial, no sentido de que a África ainda é composta por Estados-satélites, controlados e manipulados em benefício das antigas potências coloniais: tais Estados, em geral, utilizam a linguagem do Pan-africanismo, mas agem em sentido contrário.

Em sua busca por uma libertação total e definitiva da África do domínio colonial e da exploração imperialista, Nkrumah clamou por uma unidade continental que restaurasse a dignidade dos africanos e salvaguardasse a integridade territorial do continente contra as forças clandestinas do neocolonialismo. Sob essa filosofia política pan-africanista, o atual estado da África provou-se insustentável, e seu destino pode ser o de permanecer como um parente pobre nos próximos séculos.

As fronteiras estabelecidas pelas potências coloniais e os abundantes recursos naturais do continente continuam a servir aos interesses econômicos dos antigos opressores. A voz continental da África é frequentemente desconsiderada no palco da política global e, em certos momentos, até mesmo manipulada, perpetuando a narrativa escravocrata, ainda que em uma era de independência formal dos Estados africanos. Para Nkrumah, aqueles que argumentaram que não era o momento oportuno para a formação dos Estados Unidos da África, ou que os desafios eram grandes demais para serem superados, não percebiam o perigo representado pelos neocolonialistas: a África tem buscado desesperadamente conduzir seu destino político e econômico, redirecionando o futuro do continente, refutando o falso argumento de que os africanos seriam incapazes de gerir seus próprios assuntos; porém, a

construção de uma agência comum entre os 55 Estados mostrou-se, na pior das hipóteses, ilusória e, na melhor, extremamente difícil.

Argumenta-se neste artigo a importância de desvendar as origens do Pan-africanismo no esforço de desenvolver marcos metodológicos para a diplomacia africana e a análise de política externa. Afirma-se também que a Teoria de Política Externa Pan-Africanista é fundamental para a compreensão de como enfrentar os males que afligem os povos africanos: tanto no continente quanto nas diásporas; e há muito tempo contém dimensões-chave de política externa e características diplomáticas que, até o momento, foram negligenciadas no discurso e na prática. Sob a bandeira da Teoria de Política Externa Pan-Africanista, os Estados africanos, os Estados nas diáspora, bem como os atores não estatais africanos e diaspóricos, devem perseguir as agendas africanas de paz e segurança, desenvolvimento, ideais de prosperidade, autonomia e autodeterminação, soberania e integridade territorial e, em particular, libertação e independência, que ressoam como objetivos clássicos de política externa historicamente perseguidos por Estados e atores não estatais. Este artigo buscou investigar as abordagens concorrentes e controversas não apenas da teoria das relações internacionais, mas também em relação ao continente africano. Em última análise, a Teoria de Política Externa Pan-Africanista enfatiza que os 55 Estados-membros da União Africana devem subordinar suas políticas nacionais de modo a alinhá-las mais estreitamente aos ideais coletivos de política externa, no âmbito da teoria, de suas abordagens e de sua implementação.

REFERÊNCIAS

- Abegunrin, O., 2009. *Africa in Global Politics in the Twenty-First Century*. Palgrave Macmillan, Nova York.
- Abegunrin, O., 2016. "Origins of Pan-Africanism". In *Pan-Africanism in Modern Times: Challenges, Concerns, and Constraints (African Governance and Development)*, organizado por O. Abegunrin e S.O Abidde. Lexington Books, Londres.
- Ackah, W. B., 1999. *Pan-Africanism: exploring the contradictions: politics, identity and development in Africa and the African diaspora*. Ashgate Publishing Company, Aldershot.
- Adebajo, A., 2010. *The curse of Berlin Africa after the Cold War*. University of KwaZulu-Natal Press, Scottsville.

- Adedeji, A., 2009. "The Economic Commission for Africa". In *From Global Apartheid to Global Village: Africa and the United Nations*, organizado por Adekeye Adebajo. University of KwaZulu Natal Press, Scottville.
- Adelaja, K., 1971. "Sources in African Political Thought II: The Concept of African Personality: Its Meaning and Significance in the Political Thought of Blyden." *Présence Africaine*, 80(4): 62–88.
- African Union Commission (AUC). 2015. *Agenda 2063: The Africa We Want*. African Union, Addis Ababa. <https://au.int/en/agenda2063/overview>
- Agupusi, P., 2021. "The African Union and the path to an African Renaissance". *Journal of Contemporary African Studies*, 39 (2): 170–186.
- Amin, S., 2014. "Understanding the Political Economy of Contemporary Africa". *Africa Development*, 39 (1): 15–36.
- Asante, Molefi Kete. 1987. *The Afrocentric Idea*. Temple University Press.
- Bankie, B.F., 2013. *Pan-African Nationalist thought and practice*. http://www.black-herbals.com/pan_nationalist_thought_practice.htm.
- Bellingsley, A., 1970. "Edward Blyden: Apostle of Blackness," *The Black Scholar*, 2 (4): 2-12
- Biney, A. 2012. "The Intellectual and Political Legacies of Kwame Nkrumah." *The Journal of Pan African Studies*, 10: 127-142
- Biney, A., 2011. *The Political and Social Thought of Kwame Nkrumah*. Palgrave, NovaYork.
- Campbell, Horace. 1993. "Pan-Africanism and African Liberation in the 1990s." *Issue: A Journal of Opinion*, 21 (3/4): 676–680.
- Diop, Cheikh Anta. 1989. *The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity*. Karnak House.
- Esedebe, Peter Olisanwuche. 1994. *Pan-Africanism: The Idea and Movement, 1776–1991*. 2 ed. Howard University Press.
- Frankel, J., 1970. *National Interest*. Palgrave MacMillan, Londres.
- Garvey, Amt Jacques, org.. 1923. *The Philosophy and Opinions of Marcus Garvey, or Africa for the Africans*. Universal Publishing House.
- Jackson, Robert, e Georg Sørensen. 2007. *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*. 3 ed. Oxford University Press.
- Khadiagala, G., 2010. "Two Moments in African Political Thought: Ideas in Africa's International Relations." *South African Journal of International Affairs*, 17 (3): 375–386.
- Lamberte, Mario B. 2004. "How Can Regional Institutions Support Reforms to Domestic Financial Systems." *Discussion Papers DP 2004-43*. Philippine Institute for Development Studies.
- Landsberg, C., 2016. "African Renaissance as Pan-African Agency: Some conceptual implications of an African Solutions Doctrine". In *Regenerating Africa*

- bringing African Solutions to African Problems*, organizado por M. Muchie, V. Gumede, S. Oluruntoba e N. A. Check. African Institute of South Africa, Pretoria.
- Mathews, K., 2011. "Renaissance of Pan-Africanism: The AU and the New Pan-Africanists", In *The African Union and its Institutions*, organizado por J. Akokpari, A. Ndinga-Muvamba e T. Murithi. Fanele, Auckland Park.
- Mathews, K., 2018. "The African Union and the renaissance of Pan-Africanism". In *The African Union: autocracy, diplomacy and peacebuilding in Africa*, organizado por T. Karbo e T. Murithi. I.B. Tauris, Londres.
- Mazrui, A. 2004. *Power, Politics, and the African Condition*. Africa World Press, Asmara.
- Mbeki, T., 2002. "Speech at the Launch of the African Union, 9 July 2002." *African Union* <http://www.dirco.gov.za/docs/speeches/mbeki.htm>.
- McDougal, Serie, III. 2009. "African Foreign Policy: A Question of Methodology." *The Journal of Pan African Studies*, 2 (9, março): 64-76.
- Mnguni, H. M.. 1987. "African Intellectuals and the Development of African Political Thought in the 20th Century," *Présence Africaine*, 143 (3): 1-12.
- Murithi, T., 2008. *Towards a Union Government for Africa: Challenges and Opportunities*. ISS Monograph Serie, 140.
- Mutiso, Gideon-Cyrus M., e S.W. Rohio, orgs. 1984. *The African Political Dictionary*. Heinemann Kenya, Nairobi,
- Nagar, D. I. 2021. *Politics and Pan-Africanism: Regional Economic Communities and Peacebuilding in Contemporary Africa*. Palgrave Macmillan. Nova York.
- Nagar, D. I. 2022. *Challenging the United Nations Peace and Security Agenda in Africa*. Springer e Palgrave Macmillan, Nova York.
- Nagar, D. I. "The African Union and the United Nations: A Neo-Realist Critique towards human capital development." In *The AU@20*, IPATC (no prelo)
- Nkrumah, K. 1967. *Challenges of the Congo, A case study of foreign pressures on independent state*. Panaf books.
- Nkrumah, K. 1963. *Africa Must Unite*. Frederick A. Praeger publishers, Nova York.
- Peet, R., 2009. *Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO*. Zed Books. Londres.
- Plaatje, Sol. 2007. *Native Life in South Africa: Before and Since the European War and the Boer Rebellion*. Wits University Press.
- Rodney, W. 1982. *How Europe Underdeveloped Africa*. Howard University Press, Washington DC.
- Sherwood, M. 2012. "Pan-African Conferences, 1900-1953: What Did 'Pan-Africanism' Mean?" *The Journal of Pan African Studies*, 4 (10): 106-125.
- Shivji, I. G. 2009. *Accumulation in an African periphery: A theoretical framework*. Mkuki na Nyota Publishers, Dar es Salaam.

- Thompson, Vincent Bakpetu. 1963. *Africa and Unity: The Evolution of Pan-Africanism*. Longmans, Londres.
- Ziring, Lawrence, Robert E. Riggs, e Jack C. Plano. 1995. *The United Nations: International Organization and World Politics*. Wadsworth Publishing

RESUMO

Neste artigo, propomos uma nova teoria: a Teoria de Política Externa Pan-Africanista, definida como uma das teorias centrais formuladas no âmbito da disciplina de Relações Internacionais (RI). A Teoria de Política Externa Pan-Africanista está alinhada ao continentalismo africano e ao seu mais importante organismo — a União Africana (UA). A Teoria de Política Externa Pan-Africanista é melhor compreendida no contexto das políticas externas africanas. De modo crítico, o artigo interroga o papel da Teoria de Política Externa Pan-Africanista dentro de um quadro normativo, ao moldar os interesses nacionais dos Estados africanos em direção à consecução de interesses comuns, bem como ao oferecer uma crítica analítica da busca da UA por consolidar-se como um ator influente e de seu papel nos assuntos globais: desde uma abordagem inicial de formulação de agenda de política externa até a construção de um modelo mais robusto e progressista. O artigo, portanto, investiga a Teoria de Política Externa Pan-Africanista: concebida como âncora fundamental que fornece o quadro ideológico para a arquitetura de política externa emergente da UA (e de sua antecessora, a Organização da Unidade Africana [OUA] de 1963) e examina como essa implementação arquitetônica molda as Comunidades Econômicas Regionais (CERs) da organização continental, seus 55 Estados-membros e suas relações internacionais externas, bilaterais e multilaterais, em sua agenda de política externa.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria de Política Externa Pan-Africanista. Pan-Africanismo. Desenvolvimento. Afrocentrismo.

*Recebido em 02 de julho de 2025
Aceito em 27 de julho de 2025¹⁸*

Traduzido por Rafaela Pinto Serpa

¹⁸ Como citar: Landsberg, Chris, Sandile Moloi e Oscar van Heerden. 2025. “Teoria de Política Externa Pan-Africanista: a relevância conceitual da Análise de Política Externa na definição da agenda política para a África.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 10-33. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.148926>.

AS RELAÇÕES URSS-ÁFRICA NOS ANOS 1970-1980: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS MOTIVAÇÕES, CONDICIONANTES E IMPACTOS

Paulo G. Fagundes Visentini¹



Introdução

A atualidade do tema das relações da URSS com países africanos nos anos 1970 e 1980, se baseia na revisão de uma dimensão da historiografia *mainstream* da Guerra Fria e na atual interação russo-africana, que possui raízes mais antigas, indispensáveis para sua compreensão. As relações entre a URSS e a África constituem uma lacuna historiográfica, dominada por obras sutilmente instrumentais, produzidas no contexto do acirramento tardio da Guerra Fria no continente. Nesse contexto, o texto apresentado se baseia em uma pesquisa em andamento. Em dois artigos anteriores, aqui tomados como ponto de partida, foram abordadas as Revoluções africanas dos anos 1970 e 1980 e, na sequência, os Regimes Militares Marxistas africanos no mesmo período. Daí emergiram questões relevantes, como o perfil das relações entre o Segundo e o Terceiro Mundo, e a duplicação do número de Estados autoproclamados socialistas de viés marxista-leninista, todos eles surgidos na periferia (saltando de 14 para 30). Dois terços dos novos regimes eram africanos.

Neste contexto, o presente artigo analisa as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados nas décadas de 1970-1980. O foco de análise são as motivações recíprocas, os elementos condicionantes e os impactos e legados decorrentes destas. Este processo adquiriu relevância tardiamente, em um curto período de duas décadas (1969-89),

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS e Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, ECEME. Porto Alegre e Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-8874>.

sendo direcionado a alguns países, mas foi intenso (algumas vezes motivado por Cuba) e teve impacto relevante na transformação da África. Considera-se que as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, e que nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África (Coker 1985).

Os países em foco são os que implantaram regimes de orientação socialista via Movimentos de Libertação Nacional ou Golpes Militares: Angola, Moçambique, Etiópia, Somália, Madagascar, República Popular do Congo, Benin, Burkina Faso e Seicheles. A URSS também apoiou ativamente os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra os regimes racistas do Zimbábue (Organização do Povo Africano do Zimbábue/ZAPU), da Namíbia (Organização do Povo do Sudoeste Africano/SAWPO) e da África do Sul (Congresso Nacional Africano e Partido Comunista da África do Sul/ANC-CPSA).

O artigo também busca identificar a percepção soviética sobre esses países, por meio dos conceitos de Estados de *Orientação Socialista* e *Via Não Capitalista de Desenvolvimento*, formuladas pela Academia de Ciências da URSS. Da mesma forma, procura compreender a percepção e expectativa dos atores africanos sobre o bloco socialista e a cooperação bilateral, encerrando com uma reavaliação dos efeitos dessa relação. Normalmente encarado como tendo sido um “fracasso”, há, contudo, elementos neste processo que indicam um outro resultado na evolução ulterior das nações analisadas, apesar dos imensos custos humanos na época. Com raras exceções, atualmente são Estados modernizados com crescente capacidade estatal e significativo protagonismo internacional.

Em meados da década de 1970, o Estado soviético era poderoso militarmente, mas estava em relativa estagnação econômica e pressão diplomática naquela época. Então, como foi possível o paradoxo da superpotência soviética ter se projetado à África e ao Terceiro Mundo, justamente quando enfrentava dificuldades? Uma explicação plausível é que a motivação partiu de fatores locais, que foram predominantes, durante a crise dos anos 1970 e o desequilíbrio da ordem mundial, que ocorria paralelamente. A cautelosa e vacilante política soviética para os Movimentos de Libertação Nacional, num curto espaço de tempo, teve que se posicionar diante das Revoluções Africanas e governos Militares que adotaram regimes socialistas e buscaram apoio diplomático-militar e econômico no campo soviético (Halliday 1999).

Justo em seu declínio, a URSS e outros países socialistas industrializados se envolveram nas Revoluções do Terceiro Mundo (Sul Geopolítico), ainda que relativamente enquadrados pela diplomacia estatal formal

vigente no sistema internacional. O literato italiano Franco Fortini, durante as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa, quando caíam os regimes do Leste Europeu em 1989, disse que “cada Revolução, antes de ser varrida, acende-se por um instante para iluminar as razões daquela que virá” (Fortini 1989, s.p.). Com a reação da Era Reagan, as condições de tal relação se tornaram muito difíceis: Nova Guerra Fria, aprofundamento dos conflitos regionais africanos, problemas econômicos crescentes e, finalmente, o gradual abandono do apoio soviético sob Gorbachov e o próprio colapso da URSS, deixando os aliados africanos ao abandono (Westad 2007).

Em termos específicos, são analisados os casos relacionados no resumo, questionando e contextualizando argumentos como o apoio aos Movimentos de Libertação Nacional para, supostamente, propagar uma Revolução Mundial, uma ação de superpotência com fins geopolíticos e interesses econômicos em explorar recursos dos aliados africanos. Na sequência, serão analisados temas como o papel da rivalidade sino-soviética e da convergência sino-americana na África (impactos regionais e mundiais) e a oportunidade surgida com as revoluções e os regimes militares convertidos em marxistas (Gromiko 1983). O papel ativo de Cuba e o discreto protagonismo alemão-oriental deram suporte ao oportunismo logístico-militar soviético de compensar reveses como a perda da aliança com o Egito e a disputa com a China. Nesse ponto, ganham sentido os referidos conceitos elaborados pelo Partido Comunista e pela Academia de Ciências da URSS para lidar com a inesperada realidade: *Estados de Orientação Socialista* e *Via Não Capitalista de Desenvolvimento* (Agafónov 1984; Ivanov 1987).

Em Moscou havia um debate interno e uma complexa estrutura multinível de formulação e implementação de política externa. No caso africano, os principais protagonistas do processo decisório soviético foram o Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o Comitê Central e o Complexo Industrial-Militar, entre outros. E, por fim, sintetizando e aprofundando o que foi estudado nos dois artigos anteriores, consideram-se os interesses das lideranças africanas, suas percepções, necessidades, dificuldades, expectativas e frustrações (Visentini 2012).

Aspectos teórico-metodológicos

O marco teórico se embasa, primordialmente, nas análises desenvolvidas na obra *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great*

power², de autoria de Fred Halliday, bem como em *Repensando as Relações Internacionais* e outros estudos do mesmo autor, identificados na bibliografia. No tocante ao caso dos Regimes Militares Marxistas, há três obras de grande relevância, com aportes teóricos à questão: Hughes (1992), Markakis (1986) e Ottaway (1982).

Academicamente, as Relações Internacionais iniciaram como estudo da guerra como ato agressivo racional e deliberado, e não como a internacionalização de um conflito social. A própria Carta da ONU encara a ordem mundial como se ela fosse separada da situação interna dos Estados. Na mesma linha, a Ciência Política anglo-americana considera a Revolução como uma quebra de processos regulares. Até a publicação da obra de Theda Skocpol (que, em boa medida atualiza “As origens sociais da ditadura e da democracia” de Barrington Moore Jr), as Revoluções eram encaradas como fenômenos internos. Jack Gladstone et al. (1991), por sua vez, enfatizou que fatores internacionais, tais como pressões econômico-fiscais e política de alianças desestabilizadoras, debilitavam o Estado e provocavam revoluções.

Realistas e neorrealistas como Kenneth Waltz, ao não relacionarem as dimensões interna e externa, ignoram que a maioria das alianças visam impedir as revoluções dentro de Estados membro. Cabe destacar que toda a revolução busca internacionalizar-se, da mesma forma que a contrarrevolução (busca de homogeneidade), geralmente sem sucesso. Assim, os limites da “exportação da Revolução” (ou da contrarrevolução), geram tréguas, redução da retórica ideológica e uma postura mais diplomática. Todavia, isso não significa que as revoluções tenham sido “socializadas”, pois, segundo Halliday, “enquanto suas ordens internas pós-revolucionárias permanecerem intactas, elas continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados” (1999, 187).

Para a sociologia histórica, o “internacional” criou o Estado, e não o contrário, e no tocante aos processos revolucionários aqui estudados em sua dimensão internacional, cabe ressaltar que guerras geram revoluções e vice-versa. Nos casos analisados, por exemplo, percebe-se que as revoluções dos anos 1970 levaram a guerras convencionais na periferia (com envolvimento de grandes potências), para as quais a comunidade internacional não estava preparada. Além disso, no plano regional, o maior impacto não é tanto a ação deliberada, mas o exemplo, que serve de catalisador contra a ordem estabelecida.

2 Halliday, Fred. 1999. *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*. London: Macmillan Press,

Mesmo o marxismo, que supostamente poderia explicar as revoluções que produz, possui limitações explicativas. Uma delas é ter poucos elementos para analisar as diferenças entre as várias revoluções e a persistência da questão nacional. Uma exceção se encontra em Brucan (1974). Outro é que a ênfase nos elementos “infraestruturais” os conduz a uma análise que privilegia as relações capitalistas sistêmicas em escala global. Paradoxalmente, pouca atenção é dada às possibilidades de revoluções. Wallerstein, por exemplo, aposta nos movimentos sociais anti-sistêmicos e Arrighi navega pelos ciclos econômicos, sem um lugar de destaque para as *rupturas* das revoluções nem lidar adequadamente com Estados que romperam com o modelo capitalista. Pensam o sistema internacional como um sistema socioeconômico global (capitalista) sobreposto a estruturas políticas secundárias.

Metodologicamente, Halliday sugere quatro instrumentos que serão utilizados como elementos de pesquisa: a) **causa**: até que ponto o “internacional” produz a revolução; b) **política externa**: como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; c) **respostas**: qual é a reação dos outros Estados; d) **formação**: como, num período mais longo, os fatores internacionais e do sistema mundial constroem o desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica.

O gradativo envolvimento soviético na África revolucionada

O objetivo mais amplo desta análise consiste em contribuir para a discussão da política externa socialista e/ou revolucionária no contexto da História das Relações Internacionais, a partir do caso da interação entre uma superpotência socialista e regimes autoproclamados socialistas africanos. O marco temporal são os anos 1970 e 1980, identificando as motivações políticas, condicionantes históricos e impactos das relações da URSS com Estados Africanos, com os quais houve interação relevante como aliados e adversários. Os países em foco são Angola, Moçambique (independentes através da ação de Movimentos de Libertação Nacional), Etiópia, Madagascar, República Popular do Congo, Benin, Burkina Faso, Seicheles e Somália (já independentes da França, exceto os dois últimos, em que golpes militares estabeleceram regimes socialistas). E, também, os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra os regimes racistas do Zimbábue (ZAPU), da Namíbia (SAWPO) e da África do Sul (ANC/PCSA) (Shubin 2008).

A abordagem enfoca, prioritariamente, o grau de envolvimento soviético em cada país. Na Etiópia e na Somália, onde houve inversão de alianças, a presença soviética e cubana foi intensa, devido à Guerra do Ogaden e os conflitos separatistas etíopes. Da mesma forma, em Angola houve guerra civil, com intervenções do Zaire e da África do Sul, além de envolvimento indireto dos Estados Unidos e da China, que geraram uma guerra convencional na qual cubanos apoiavam, com tropas de combate, o MPLA e contavam com armamento, logística e assessores soviéticos. Em Moçambique, o apoio cubano-soviético foi limitado, mas o alemão-oriental foi importante. Todavia, a África do Sul e a Rodésia racistas se sentiam ameaçadas e buscaram desestabilizar militarmente seus novos vizinhos revolucionários. A resposta foi a formação dos *Estados da Linha de Frente* (Tanzânia, Zâmbia, Botsuana, Angola, Moçambique e, após 1980, Zimbábue). Para responder ao desafio, receberam apoio soviético múltiplo, tendo a URSS preparado militarmente os Movimentos de Libertação contra tais regimes. Esse apoio criou laços políticos e interpessoais com Moscou, que permaneceram quando chegaram ao poder e a URSS não mais existia (Shubin 2008).

Já os Estados francófonos eram menos relevantes para os soviéticos e ainda tinham forte dependência em relação à França, o que sugeria cautela, pois, no plano mundial, Paris abandonara a OTAN e representava um contrapeso aos anglo-americanos. Madagascar e Seicheles (essa anglófona e não militar) eram elementos de luta contra o *Apartheid* e a militarização do Oceano Índico pelos EUA e a primeira teve um apoio médio. Também foi o caso da pequena República Popular do Congo (Brazzaville), que era rica em petróleo, com forte esquerda nacional e importante para o apoio à Angola e suas jazidas de petróleo em Cabinda. Já Benin e Burkina Faso tiveram menor relevância, mas valem como exemplo de países frágeis socialmente, de baixa relevância estratégica e econômica, mas que politicamente não poderiam ser ignorados. Em todos houve presença e atuação cubana e formação de quadros por todos os países do campo socialista e projetos de cooperação ao desenvolvimento e segurança (Silveiro González 2018).

O ponto de partida deve ser a análise histórica sobre a política externa soviética em seu processo decisório geral, o lugar do mundo colonial e, em particular, da quase desconhecida África na fase de Stalin e Krushov. Esse último começou a visualizar o papel da descolonização como relevante, mas teve resultados decepcionantes em suas voluntaristas iniciativas africanas, como na Gana de N’Krumah, na Guiné de Sékou Touré e no Congo de Lumumba. A URSS carecia de africanistas e de conhecimento aprofundado sobre o continente, além de não ver maior relevância estratégica na África. A relação com os Movimentos de Libertação Nacional também era limitada,

retórica e superficial. O primeiro objetivo era a defesa da URSS, seja como “Pátria do Socialismo”, seja como Estado russo, e para tanto era necessário manter uma *détente* com os EUA e sua OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Portanto, buscava evitar “aventuras revolucionárias” contra-producentes na área geopolítica adversária. Na mesma linha, era necessário explorar a rivalidade da França com os anglo-americanos na OTAN e com o rearmamento da Alemanha Ocidental, e isso incluía não confrontar diretamente o colonialismo e o neocolonialismo francês na África.

O que fez, então, a URSS voltar a se envolver na África? Apesar dos reveses anteriores, no início da década de 1970, contudo, a situação se alterou de forma rápida, intensa e inesperada. Como **desafio**, ocorreu um giro de 180 graus no Egito de Sadat, que expulsa os conselheiros soviéticos e se aproxima de Israel e dos Estados Unidos (perda de posição no Oriente Médio), bem como a desafiadora competição com a China (desde 1971 aliada aos EUA) na África. Como **oportunidade**, a Revolução dos Cravos em Portugal teve impacto em Angola e Moçambique, a Revolução Etíope derrubava um sólido aliado dos EUA na região, que também era derrotado no Vietnã. A URSS de Brejnev viu a *détente* se alterar e teve de reagir, compensando perdas e aproveitando oportunidades, mas sua diplomacia era, predominantemente, reativa.

E, para tanto, teve que contar com Cuba, que possuía forte presença, iniciativa e conexão com a África (Leogrande 1980). Desde a quarta Conferência dos Países Não Alinhados (Argel 1973), Fidel Castro explorou a situação africana e estabeleceu uma cooperação estratégica com a URSS. Também vários países do Leste Europeu tinham interesse no continente e os Movimentos de Libertação Nacional buscavam avidamente apoio externo. O processo tornou-se mais agudo quando a independência de Angola começava a se tornar uma Guerra Civil com intervenção da África do Sul e do Congo/Zaire, com apoio norte-americano e chinês. O mesmo ocorreu com a inversão de alianças no Chifre da África, com o apoio soviético passando da Somália para a Etiópia revolucionária (Cardoso 2020).

Qual foi a intensidade da interação e quais os objetivos da URSS na África durante estas duas décadas? A conjuntura demonstrou que Cuba e vários líderes africanos tomavam iniciativas que colocavam o Kremlin diante de fatos consumados, tendo que se envolver econômica, diplomática e militarmente. Angola e a África Austral se tornaram palco de uma Guerra Civil internacionalizada, assim como o Chifre da África (Telepneva 2014; Halliday 1983). O envolvimento diplomático-militar de Moscou, apesar de intenso, foi diferenciado e cuidadoso, desenvolvendo uma diplomacia que buscava adequar-se à Organização da Unidade Africana (OUA), no tocante à manu-

tenção das fronteiras e contra os regimes racistas condenados pela ONU e pela OUA. Apesar de contribuir com o envio de equipamentos, armas, assessores e informações de inteligência, as tropas de combate eram, quase essencialmente, cubanas.

No tocante aos aspectos diplomático-militares, a ajuda soviética foi decisiva para a sobrevivência dos novos regimes, mas a cooperação econômica se revelou insuficiente e pouco adequada. Com a chegada de Gorbachov ao poder em Moscou, o foco foi o gradual desengajamento soviético. Mas um aspecto muito interessante, que retardou o afastamento pretendido pela *Perestroika*, é que durante a cooperação foram forjados laços de camaradagem e amizade pessoal entre quadros médios africanos e soviéticos nas áreas militares, partidárias e de inteligência, o que gerou mecanismos de resistência às decisões dos dirigentes. Contavam com o apoio cubano e permitiram vitórias tardias, como a Batalha de Cuito-Cuanavale em Angola (1988), que contribuíram decisivamente para a independência da Namíbia, quando as negociações estavam estagnadas.

As percepções das Revoluções africanas sobre o socialismo soviético

Basicamente, havia cinco aspectos que os países africanos consideravam atrativos na experiência marxista soviética: 1) uma doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder; 2) uma estratégia de desenvolvimento econômico alternativa ao capitalismo liberal; 3) uma política de construção da nação (unitária ou federal) e do Estado; 4) uma ideologia de controle estatal e social; e 5) uma fonte de apoio internacional nos campos militar, diplomático e econômico (Fontaine 1982; Patman 1990; Ottaway 1982).

É necessário detalhar essa questão relevante: por que os líderes africanos revolucionários que chegaram ao poder na década de 1970 adotaram referências marxistas-leninistas e buscaram apoio no campo soviético? O marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista, segundo Clapham (1996). A Etiópia, por exemplo, era um antigo império, com estruturas feudais, dominada pela Igreja Ortodoxa, que havia passado por um período

de expansão, o qual a levou a controlar um território bastante amplo e com grandes diversidades étnicas.

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma *doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder*. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais — que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar —, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao *status quo* vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças. No caso dos *Regimes Militares Marxistas Africanos*, que chegavam ao poder através de um *Coup d'État*, “a usurpação do poder requer legitimidade através de uma alternativa crível ao regime derrubado. (...) Os soldados radicais compartilhavam a ilusão de que o socialismo poderia ser alcançado rapidamente e por decreto” (Markakis 1986, 4). Mais que isso, era necessário ocupar o espaço político da ultraesquerda civil, aliada que desafiava os novos detentores do poder.

Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma *doutrina de desenvolvimento*. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista do “Socialismo Africano” e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização.

Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a *construção da nação*, fosse ela *unitária* ou *multiétnica*, e a *construção do Estado*. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário

organizar um aparato capaz de dar conta da gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma *ideologia de controle estatal*.

Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como *fonte de apoio internacional* em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos militares, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, foi geralmente concentrada no campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro. Com relação a esse quesito, Arnold Hughes (1992) argumenta que ele representa, igualmente, uma *garantia de soberania nacional*.

Hughes, acrescenta, ainda, outros três elementos adicionais que têm conexão com a cultura política africana. O Marxismo era percebido como uma *ideologia superior*, como uma alternativa ao capitalismo Ocidental e ao Socialismo Africano, considerados nos anos 1970 como projetos inoperantes para o continente. Através do marxismo, os grupos dirigentes se sentiam parte da modernidade socialista mundial, pois ele trazia um sentimento de segurança através de um discurso ideológico que permitia identificar os problemas e formular políticas e estratégias para solucioná-los.

Para vários líderes radicais africanos, o marxismo, além de ser uma estratégia racional, também teria as propriedades de um “*amuleto político*”, com “um charme quase mágico para prevenir as doenças políticas como o neocolonialismo e o subdesenvolvimento” (Hughes 1992, s.p.). Segundo Zolberg (*apud* Hughes 1992, 13), o *Planejamento* não era apenas um instrumento objetivo, “mas também *símbolo* de racionalidade, controle e ordem. A ideologia política se torna um encantamento que, genuinamente, transforma a realidade, e mesmo que nada aconteça, mudando a visão dos homens sobre isso”. Para ele, o “amuleto” capacitaria as elites inteligentes a controlar o futuro.

Por fim, especialmente para as classes médias, o regime marxista representava uma possibilidade de *autopromoção social*. O Estado constituía o principal provedor de empregos formais e o modelo de desenvolvimento socializante ampliava enormemente os postos de trabalho nesse setor. Mas não se tratava apenas de ganhos econômicos, pois amplos segmentos da juventude e da classe média acreditavam que a opção marxista oferecia a esperança de um futuro melhor. Ao remover grande parte das elites vincula-

das ao ex-colonizador, o regime abria espaço para a ascensão social e política de novos atores.

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século 20, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A Revolução na Mongólia, por circunstâncias particulares, faz parte desse período. A segunda onda decorreu dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, institucionalizados na Conferência de Yalta. Ela afetou o Leste Europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções nacionais autônomas da Iugoslávia e da Albânia. É importante ressaltar que existe uma nova historiografia que considera a existência de raízes revolucionárias autóctones mesmo nos países que integraram o Pacto de Varsóvia e dependeram de apoio internacional soviético.

A terceira onda, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Vietnamita fazem parte dessa fase. Essas revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século 20 ocorreram “na periferia do centro”. Isso porque as potências capitalistas industriais que dominavam o centro do sistema entraram em conflito aberto (corrida imperialista, Primeira e Segunda Guerras Mundiais) enquanto lutavam por redefinir o sistema mundial e, dentro dele, a posição hegemônica. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico, afetado pela gigantesca confrontação e transformação.

Finalmente, na quarta e última onda, da qual faz parte o fenômeno associado ao presente estudo, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iemenita e as africanas dos anos 1970. Elas ocorreram na segunda metade do século 20 “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad 2007). Dentre as referidas revoluções, apesar dos limitados recursos, duas acabaram se tornando paradigmáticas e tendo efeitos sistêmicos por todo o mundo: a cubana e a vietnamita. Evidente-

mente, elas estiveram ligadas e dependeram das duas grandes revoluções fundacionais (URSS e China), mas desenvolveram uma dinâmica própria. Portanto, a compreensão das relações URSS-Estados africanos no período 1970-1980 é fundamental para observar as motivações, condicionantes e impactos destes processos.

Motivações, condicionantes e impactos: resultados preliminares

No tocante às motivações, inicialmente observa-se que as originais e tardias Revoluções Africanas, tanto as resultantes de guerrilhas dos Movimentos de Libertação Nacional como as implantadas por via de Golpes de Estado por militares sem iniciação no marxismo, tiveram *origens fundamentalmente autóctones*. O alinhamento internacional com o campo soviético decorreu de necessidades que surgiram gradativamente, onde a ideologia foi ajustada conforme as circunstâncias. Importante lembrar que a URSS era, então, o único Membro Permanente do Conselho de Segurança integralmente favorável aos regimes revolucionários e Movimentos de Libertação anti-África do Sul.

A motivação soviética para apoiar tais regimes se baseava, conjuntamente, em fatores tático-oportunistas, explorados para responder a situações inesperadas da crise dos anos 1970, sem uma Grande Estratégia orientadora prévia, seja uma geopolítica global ou como “exportadora da Revolução”. As alterações negativas para Moscou no cenário internacional e a eclosão quase simultânea de várias revoluções, necessitavam de uma resposta soviética, para não perder seu prestígio no Terceiro Mundo e rebater a acusação chinesa de “social-imperialismo”. O processo decisório esteve longe de ser consensual, mas era em apoio a Estados reconhecidos internacionalmente, os quais sofriam agressões externas. E, acima de tudo, a União Soviética sofria a concorrência político-ideológica da China Popular (Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU desde 1971) por legitimidade junto aos países do Terceiro Mundo. Em decorrência disso, na África eles apoiavam movimentos e países rivais.

O apoio soviético aos Movimentos de Libertação Nacional opostos aos regimes racistas anglófonos da África Austral, diferentemente do oferecido aos Regimes Revolucionários, foi de “subversão” do *status quo*. Todavia, isso ocorria contra os regimes racistas da África do Sul e Rodésia, Estados sob ampla condenação internacional, mesmo por países Ocidentais. Havia uma espécie de guerra não-declarada entre a URSS e o regime do *Apartheid*,

a qual ia muito além das sanções diplomáticas parciais euro-americanas. A formação de quadros revolucionários foi o ponto mais forte, bem como o apoio em armas aos Estados da Linha de Frente, que eram desestabilizados pelos regimes racistas.

O *timing* do processo de conexão da URSS com os Estados Revolucionários Africanos aliados se deu em condições pouco favoráveis para ambos os lados. O que os soviéticos podiam oferecer era pouco diante do que a URSS dispunha e insuficiente para as necessidades dos aliados africanos. O grau de extroversão da economia soviética era muito limitado e concentrado no COMECON (Conselho de Assistência Mútua Econômica), além da despesa com o apoio à Cuba, Vietnã, Nicarágua, Etiópia, Iêmen do Sul e Afeganistão. Os Estados africanos revolucionários, que admiravam o modelo e as realizações da economia soviética, tinham a expectativa de receber ajuda econômica. À estas limitações, deve-se considerar que eram inúmeras revoluções, ocorridas em curto espaço de tempo, que teriam de ser ajudadas, algo inviável.

Por essa razão, vários deles solicitaram adesão ao COMECON, mas isso era inviável, dada a precariedade e desorganização econômica desses países, onde nem mesmo o regime estava consolidado e enfrentavam oposição armada. Com base nisso e nas experiências africanas prévias, foram forjados os conceitos de Via Não Capitalista de Desenvolvimento e de Estado de Orientação Socialista. Argumentavam que se tratava de regimes em transição, que deveriam criar uma economia mista, com um setor estatal, um cooperativo e outro privado, sem uma ruptura completa com a economia capitalista mundial. Paralelamente, deveriam construir o novo Estado e organizar e mobilizar a sociedade, em particular mulheres, jovens e trabalhadores.

O envio de armamentos e maquinário agrícola e industrial era, limitadamente, compensado por concessões na exploração de minérios e pesca. Todavia, muito pouco foi materializado, pois a insegurança interna e os problemas logísticos inviabilizavam tal cooperação. Mesmo assim, há autores, como Campbell (1986), que argumentam que o interesse da URSS na África era buscar suprimento de minérios e energia. Se a afirmação fosse correta, teria sido um mau negócio, pois os Estados africanos acumularam uma dívida enorme com Moscou, a qual, praticamente, não pôde ser paga. Tal argumento, assim como a ideia de que o Kremlin desejava “exportar a revolução” para a África, é típico das narrativas da Nova Guerra Fria.

A “década revolucionária” de 1970 foi sucedida pela “década conservadora” de 1980. Ao contrário do argumento dominante, que afirma que a cooperação URSS-África foi um fracasso, houve fatores construtivos como legado. Apesar dos sofrimentos causados pelas guerras, elas propiciaram a

ascensão dos Movimentos de Libertação na África Austral com o fim do *Apartheid*, a modernização da Etiópia e a sobrevivência e/ou modernização dos Estados africanos. A formação de quadros africanos, como administradores, médicos, técnicos industriais e agrícolas, professores e militares, entre outros, foi intensa e teve efeitos duradouros. Hoje, em muitos países eles voltam ao poder em governos progressistas.

Em suma, a URSS era importante para esse grupo de Estados Africanos nos seguintes aspectos: a) era o único Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU que, naquela época de aliança sino-americana, posicionava-se de forma assertiva ao seu lado; b) além de ser uma potência nuclear, surpreendeu por sua capacidade logística em enviar apoio militar massivo às distantes Angola e Etiópia; c) possuía uma sólida base tecnológico-industrial, a única independente das potências capitalistas; d) e dispunha de um modelo econômico e de organização estatal que era atrativo para jovens nações africanas que buscavam alternativas ao sistema neocolonial.

Assim, é necessário proceder a uma avaliação objetiva do impacto dos conflitos armados ocorridos nos marcos da cooperação soviético-africana. O terrível custo humanitário é bastante explorado na literatura histórica: mortos, feridos, mutilados, refugiados, órfãos e destruição material. Por outro lado, as sociedades recém independentes, bruscamente, tiveram que lidar com guerras envolvendo armamento e organização avançadas, exigindo esforço organizacional, que repercutiram na formação de quadros e estruturas político-administrativas. Como no caso dos Estados europeus, a guerra propiciou o aumento da capacidade estatal.

REFERÊNCIAS

- Agafónov, V. 1984. *O marxismo-leninismo sobre a via não capitalista de desenvolvimento*. Edições Progresso.
- Brucan, Silviu. 1974. *La disolución del poder: Sociología de las relaciones internacionales y políticas*. Siglo XXI.
- Campbell, Kurt. 1986. *Soviet Policy towards South Africa*. Macmillan Press.
- Cardoso, Nilton Fernandes. 2020. *Segurança Regional no Chifre da África*. Cebráfrica/UFRGS.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge University Press.
- Coker, Christopher. 1985. *NATO, The Warsaw Pact and Africa*. St. Martin's Press.
- Fontaine, André. 1982. *Histoire de la "détente" (1962-1981)*. Fayard.

- Fortini, Franco. 1989. "Robespierre". In *A Revolução Francesa, 1789-1989*.
- Gladstone, Jack, Robert Gurr, e Farrok Moshiri, (Eds.). 1991. *Revolutions of the Late Twentieth Century*. Westview.
- Gromiko, Anatoli, (Ed.). 1983. *African Countrie's Foreign Policy*. Progress Publishers.
- Halliday, Fred. 2007. *Repensando as relações internacionais*. Ed. da Universidade/UFRGS.
- Halliday, Fred. 1983. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Fondo de Cultura Econômi-ca.
- Halliday, Fred. 1999. *Revolution and world politics: The rise and fall of the sixth great power*. Macmillan Press.
- Hughes, Arnold, ed. 1992. *Marxism's Retreat from Africa*. Frank Cass (The Journal of Communism Studies).
- Ivanov, A. 1987. *Opção Socialista em África: Polémica Ideológica*. Edições Progresso..
- Leogrande, William. 1980. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. Institute of International Studies, University of California.
- Markakis, John (Ed.). 1986. *Military Marxist Regimes in Africa*. Frank Cass.
- Moore, Barrington Jr. 1975. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Cosmos.
- Ottaway, Marina. 1982. *Soviet and American Influence in the Horn of Africa*. Praeger.
- Patman, Robert. 1990. *The Soviet Union in the Horn of Africa*. Cambridge University Press.
- Shubin, Vladimir. 2008. "The "Hot Cold War": The USSR in Southern Africa'. Pluto Press/University of Kwazulu-Natal Press. <https://doi.org/10.5787/37-2-74>.
- Silverio González, Yoslán. 2018. *Africa Occidental: Crisis vs Estabilidad Política*. Palmarinca/CEBRAFRICA-UFRGS.
- Skocpol, Theda. 1979. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Telepneva, Natalia. 2014. "Our Sacred Duty: The Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies, and the Old War (1961-1975)." Thesis, London School of Economics.
- Visentini, Paulo. 2012. *Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique*. Ed. UN-ESP.
- Westad, Odd Arne (Ed.). 2007. *The Global Cold War*. Cambridge University Press.

RESUMO

O artigo analisa as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados. O período estudado abarca as décadas de 1970-1980, com foco nas motivações recíprocas, nos elementos condicionantes e nos impactos e legados

decorrentes de tal relação. Este processo adquiriu relevância tardiamente, em um curto período de duas décadas (1969-89), esteve direcionado a alguns países, mas foi intenso (muitas vezes motivado por Cuba) e teve impacto relevante na transformação da África. Busca-se comprovar que as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África.

PALAVRAS-CHAVE

Diplomacia Soviética. Relações URSS-África. Regimes Socialistas Africanos.

Recebido em 11 de agosto de 2025

Aceito em 18 de agosto de 2025³

3 Como citar: Visentini, Paulo G. F. 2025. “As relações URSS-África nos anos 1970-1980: uma proposta analítica das motivações, condicionantes e impactos.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 34-49. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.149438>.

MAPEAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DA ARGÉLIA NA ÁFRICA POR MEIO DA ANÁLISE DE REDES COMPLEXAS: DINÂMICA DE SEGURANÇA E ENERGIA (2019–2025)

Mourad Benguita¹



Introdução

Nos últimos anos, África tem emergido como um espaço pivô de realinhamento geopolítico, de competição estratégica, e de experimentos de integração da região. A crescente importância do continente é alimentada por seu potencial energético, configurações de segurança em evolução e multiplicação de iniciativas de infraestrutura e conectividade transfronteiriças. À medida que os Estados navegam nesse ambiente cada vez mais interdependente, as políticas externas têm se alterado de um bilateralismo tradicional para formas de engajamento mais fluidas e multifacetadas, incluindo sobreposição de alianças, corredores regionais e estruturas institucionais transnacionais.

Dentro dessa transformação continental, a Argélia tem embarcado em uma política externa recalibrada, especialmente a partir de 2019. Internamente, o movimento de protesto Hirak e a subsequente reconfiguração da ordem política deram início a demandas por uma postura mais assertiva e diversificada de política externa. Externamente, a Argélia tem enfrentado uma crescente competição pela influência africana, particularmente de rivalidades regionais como o Marrocos, que se reafirmou diplomaticamente em todo o continente, e de potências globais, tanto tradicionais (França e UE) quanto emergentes (China, Rússia, Turquia e países do Golfo). Essa pressão dupla

¹ Departamento de Ciências Políticas, Universidade de Badji Mokhtar Annaba. Annaba, Argélia. E-mail: mourad.benguita@univ-annaba.dz. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5704-9796>.

tem compelido a Argélia a adotar uma abordagem mais proativa e sistêmica na sua política africana.

Essa reorientação estratégica é particularmente visível em dois campos interconectados: o da diplomacia energética — por meio de gasodutos, exportações de eletricidade e cooperação em energias renováveis — e o do engajamento em segurança, especialmente no Norte da África e no Sahel. Embora o país tenha buscado, historicamente, alianças bilaterais com seus vizinhos africanos, o período pós-2019 testemunhou uma notável expansão, densificação e diversificação dos compromissos argelinos, sinalizando uma mudança da diplomacia reativa para um ativismo regional estruturado.

Ainda, essa mudança estratégica continua pouco explorada no discurso acadêmico, em que as abordagens predominantes, muitas vezes, falham em capturar a lógica estrutural e em rede que sustenta o comportamento regional contemporâneo da Argélia. De fato, grande parte da literatura existente continua interpretando as relações argelinas-africanas por meio de lentes tradicionais — enfatizando legados históricos, solidariedades anticoloniais ou interesses estratégicos isolados. Embora sejam valiosas, tais perspectivas frequentemente ignoram os mecanismos dinâmicos institucionais, infra-estruturais e baseados em redes que moldam os compromissos atuais da Argélia em todo o continente.

Esse artigo propõe uma abordagem diferente. Perguntando: Até que ponto a política externa da Argélia na África entre 2019 e 2025 pode ser entendida como um engajamento estratégico e em rede, particularmente nas áreas de energia e segurança?

A partir dessa questão, o artigo avança para a hipótese de que: a Argélia não está mais se envolvendo apenas com a África por meio de iniciativas pontuais ou bilaterais, mas está cada vez mais incorporando sua diplomacia regional em redes multimodais, institucionalizadas e apoiadas por infraestrutura — posicionando-se como ponto central nas arquiteturas africanas emergentes.

Assim, o principal objetivo desse artigo é reinterpretar os engajamentos africanos da Argélia sob a ótica da Análise de Redes Complexas (ANC). Ao invés de focar apenas nas intenções dos Estados ou no discurso diplomático, o estudo adota uma perspectiva estrutural que enfatiza os padrões de conectividade, a intensidade da cooperação e a distribuição espacial dos papéis regionais.

Metodologicamente, o artigo emprega uma abordagem mista qualitativa-quantitativa. Ele se baseia em dados oficiais argelinos e africanos, relatórios internacionais e registros institucionais para construir uma rede

ponderada de parcerias da Argélia em energia e segurança. A rede foi analisada usando Gephi, um software de código aberto para visualização de rede e computação estatística. Através dessa ferramenta, indicadores-chave da rede — como centralidade de grau, intermediação, proximidade e modularidade — foram calculados para avaliar a evolução da centralidade e da conectividade da Argélia no sistema regional africano.

Ao ir além das análises bilaterais convencionais, essa abordagem baseada em rede oferece compreensão mais aprofundada da lógica estrutural, o posicionamento regional e o alcance estratégico da política externa da Argélia em todo o continente no período pós-2019.

Análise de Redes Complexas e suas aplicações na Análise de Política Externa

Em um mundo cada vez mais interdependente, marcado por crises sobrepostas, alianças mutáveis e interações multiescalares, os modelos clássicos de análise de política externa têm lutado para compreender toda a complexidade do comportamento internacional. Estruturas convencionais — sejam elas enraizadas no realismo, liberalismo ou construtivismo — tendem a priorizar relacionamentos diádicos, associações institucionais ou alinhamentos normativos, muitas vezes negligenciando os padrões estruturais que surgem quando múltiplos atores, camadas e ligações são considerados simultaneamente.

A fim de superar essas limitações, os acadêmicos têm recorrido cada vez mais à Análise de Rede, uma metodologia interdisciplinar que mapeia e interpreta relacionamentos entre atores (centrais) com base em sua posição, conectividade e função dentro de uma estrutura mais ampla. Esta seção explora os fundamentos conceituais, ferramentas metodológicas e aplicações empíricas da Análise de Redes Complexas (ARC) no estudo da política externa, com foco particular em sua relevância para a compreensão da arquitetura emergente de alinhamentos regionais e transregionais.

Da Teoria dos Gráficos à Análise de Redes Sociais

As origens intelectuais da análise de redes residem na teoria dos gráficos, um ramo da matemática que se ocupa das propriedades formais dos nós (vértices) e das arestas (ligações) (Harary 1969). Inicialmente aplicada à matemática discreta e à ciência da computação, a teoria dos gráficos

forneceu a linguagem fundamental para a modelagem de conexões, fluxos e configurações estruturais.

Em meados do século XX, esses princípios foram adaptados ao estudo das interações humanas, dando origem à Análise de Redes Sociais (ARS) — uma abordagem que prioriza dados relacionais em detrimento de atributos específicos de cada ator. Diferentemente dos modelos tradicionais de ciências sociais que analisam Estados ou indivíduos como unidades autônomas, a ARS examina como a inserção em redes molda comportamentos, restrições e oportunidades (Wasserman e Faust 1994).

A ARS se tornou especialmente relevante na sociologia e nos estudos organizacionais, mas sua adoção nas relações internacionais permaneceu limitada até a década de 1990. A difusão de ferramentas digitais, a crescente disponibilidade de conjuntos de dados relacionais (por exemplo, fluxos comerciais, visitas diplomáticas, redes de tratados) e o surgimento da pesquisa interdisciplinar expandiram gradualmente a ARS para a teoria das RI, dando origem a um campo crescente de análise de política externa relacional e estrutural (Hafner-Burton, Kahler e Montgomery 2009).

Análise de Redes Complexas: Conceitos e Métricas

Ainda que a ARS ofereça uma base sólida para mapear e interpretar estruturas relacionais, geralmente pressupõe redes planas com valores de ligações uniformes e topologias simples. Por contraste, a ARC baseia-se em princípios da ARS, mas incorpora conceitos da física estatística, da ciência da computação, e da teoria de sistemas para levar em conta a heterogeneidade, a não linearidade e a natureza de múltiplas camadas das redes do mundo real (Barabási 2016).

Propriedades Estruturais

As redes complexas são caracterizadas por diversos atributos distintos:

- Centralidade de grau (Degree centrality): Número de conexões diretas que um ator possui.
- Centralidade de intermediação (Betweenness centrality): Frequência com que um ator se encontra no caminho mais curto entre outros pares de atores.
- Centralidade de proximidade (Closeness centrality): Proximidade de um ator em relação a todos os demais na rede.

- Centralidade de autovetor (Eigenvector centrality): Influência baseada em conexões diretas e indiretas.

- Densidade (Density): Proporção entre conexões reais e todas as conexões possíveis na rede.

- Modularidade (Modularity): Grau em que a rede se agrupa em comunidades ou blocos distintos (Newman 2010).

Esses indicadores permitem que os pesquisadores vão além de mapeamentos relacionais binários, explorando o poder relativo, o posicionamento estratégico e o comportamento de agrupamento dos atores de política externa em sistemas dinâmicos (Kivelä et al. 2014).

Redes Ponderadas e Multiplex

Uma das inovações centrais do ARC é sua capacidade de lidar com *redes multiplex* — em que os nós são conectados por diferentes tipos de laços (por exemplo, diplomáticos, econômicos, militares) — bem como redes ponderadas, onde a força ou frequência dos laços varia. Isso torna a ARC particularmente adequada à análise da política externa, em que os intervenientes se envolvem simultaneamente através de vários canais e intensidades (Maoz 2010). Por exemplo, a relação bilateral pode envolver comércio de armas (nível militar), cooperação energética (nível econômico) e cúpulas regulares (nível diplomático). A ARC permite que esses laços sejam analisados em paralelo, destacando não apenas a conectividade, mas também a densidade estratégica da relação.

Aplicações em Análise de Política Externa

Abordagens baseadas em rede têm sido cada vez mais aplicadas à análise de política externa em vários domínios:

1. **Redes de Alianças e Segurança:** Os estudos tradicionais sobre alianças frequentemente se concentram em tratados formais, mas a ARC permite que acadêmicos explorem laços informais de segurança, exercícios conjuntos, cooperação em inteligência e fluxos de armas. Maoz (2010) utiliza modelos de rede para estudar a evolução de alianças globais e seus efeitos na dinâmica de conflitos. A ARC também tem sido aplicada a arquiteturas de seguranças regionais, como a OTAN, a CEDEAO e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), revelando polos (hubs) e intermediários (brokers) ocultos (Maoz 2010).

2. Interdependência Econômica e Energética: A ARC demonstrou ser particularmente eficaz na análise de cadeias globais de valor, dependências comerciais e infraestrutura energética. Goldthau (2012) e Græger (2016) utilizam abordagens de rede para examinar como oleodutos, redes de energia e comerciais reconfiguram o poder de barganha geopolítico. Modelos de redes ponderadas e direcionais podem revelar assimetrias que ficam ocultas em análises estatísticas tradicionais (Goldthau 2012; Græger 2016).

3. Redes Diplomáticas e Institucionais: A influência diplomática é cada vez mais exercida por meio de plataformas multilaterais, organizações regionais e cúpulas transnacionais. A ARC ajuda a mapear padrões de co-adesão, poder de definição de agenda e centralidade institucional. Hafner-Burton e Montgomery (2006) demonstram como as práticas e normas de direitos humanos se difundem por meio de redes transnacionais (Hafner-Burton and Montgomery 2006).

4. Soft Power e Difusão de Normas: Para além das capacidades materiais, a ARC é usada para rastrear o fluxo de ideias, normas e instrumentos de *soft power*, como educação, intercâmbio cultural e alcance midiático. Kaczmarek e Lloyd (2022) argumentam que, na era digital, a política externa tornou-se mais relacional e performática, exigindo novas ferramentas para compreender a visibilidade, a influência e a recepção do público (Kaczmarek and Lloyd 2022).

Pontos Fortes e Limites da Análise de Redes Complexas

O atrativo da Análise de Redes Complexas (ARC) reside em sua capacidade de capturar tanto a estrutura quanto os processos, tanto os padrões macro quanto as interações micro. Possibilitando:

- Visualização de sistemas dinâmicos;
- Quantificação de posições estratégicas;
- Identificação de hubs, intermediários (brokers) e atores periféricos (outliers);
- Integração de dados qualitativos e quantitativos (Hafner-Burton, Kahler, and Montgomery 2009; Dür and Elsig 2011).

Entretanto, a ARC ainda apresenta limitações:

- Exige dados relacionais de alta qualidade, frequentemente indisponíveis em regimes pouco transparentes;
- Risco de excesso de confiança em representações visuais, em detrimento da profundidade contextual;

- Necessita ser complementada por estudos de caso e conhecimento empírico fundamentado (Maoz 2010; Carpenter 2011).

Como tal, a ARC é melhor compreendida como uma abordagem complementar que enriquece — em vez de substituir — a análise tradicional da política externa (Katzenstein 1976; Hafner-Burton e Montgomery 2006).

Rumo a uma Compreensão Centrada na Rede da Política Externa Argelina

Esse artigo aplica a ARC ao estudo da política externa da Argélia na África, particularmente nas áreas de cooperação energética e engajamento em segurança. A diplomacia regional da Argélia não pode ser plenamente compreendida apenas por meio de análises bilaterais pontuais ou da mera avaliação de tratados. Em vez disso, uma abordagem centrada em redes revela sua posição estratégica como mediadora, conectora e orquestradora dentro de subsistemas regionais.

A seção a seguir operacionaliza o modelo da ARC através do estudo de casos empíricos, visualizações de rede e indicadores ponderados, proporcionando uma leitura estrutural da atuação argelina em um ambiente geopolítico complexo e em constante evolução.

Rede de Segurança da Argélia na África (2019-2025)

A segurança tem sido, há muito tempo, um pilar fundamental do engajamento regional da Argélia, especialmente no Sahel e no Norte da África. Enraizada em sua doutrina de não intervenção e em seu papel histórico como apoiadora de movimentos anticoloniais, a política de segurança da Argélia enfatiza a apropriação regional, a estabilidade fronteiriça e a prevenção de envolvimento militares externos. A partir de 2019, essa orientação se traduziu em ativismo crescente em estruturas regionais de segurança, cooperação militar bilateral e plataformas de compartilhamento de inteligência. Este capítulo analisa a nível de segurança da rede multiplex argelina na África, focando em sua estrutura, nós centrais e funções estratégicas.

Doutrina de Segurança e Princípios Estratégicos da Argélia

A doutrina de segurança em evolução da Argélia na África está estruturada em torno de três lógicas estratégicas inter-relacionadas que refletem

tanto suas limitações institucionais quanto suas ambições regionais. A primeira é a estratégia de segurança cooperativa, que emergiu como a opção mais pragmática e viável, dada a aversão de longa data da Argélia a intervenções militares unilaterais. Essa abordagem enfatiza a importância da construção de estruturas conjuntas — especialmente com os países do Sahel — para combater o terrorismo e o crime organizado transnacional, ao mesmo tempo em que promove condições para a estabilidade e o desenvolvimento regionais. A defesa da Argélia por acordos de cooperação advém de sua autopercepção como um Estado central no Magrebe e no Norte da África, cercado por vizinhos frágeis cuja instabilidade apresenta riscos de transbordamento (Zoubir 2022). A segunda trata da adesão da Argélia a uma doutrina de intervenção seletiva, por meio da qual seu engajamento em questões de segurança é acionado principalmente quando interesses nacionais fundamentais ou a soberania são diretamente ameaçados. Isso reflete uma postura reativa que privilegia cálculos defensivos em detrimento da projeção proativa. Já a terceira lógica é a Argélia exibir cada vez mais o que tem sido chamado de postura de “Estado que não pode ser ignorado”, sinalizando seu desejo de consolidar um papel central nos assuntos de segurança africanos. Essa ambição tornou-se mais evidente nos últimos anos, à medida que a Argélia reafirma sua presença na África Subsaariana por meio de parcerias renovadas e de um alcance diplomático-militar visível — especialmente em resposta às crescentes ameaças e às rivalidades geopolíticas em constante mudança em sua vizinhança imediata (Omran e Chenane 2022).

Essa visão estratégica abrangente está ancorada em três princípios fundamentais que historicamente orientam a política externa e de defesa argelina:

- **Soberania e Não Intervenção:** A Argélia opõe-se firmemente à presença militar estrangeira na região — particularmente no Sahel — e continua a defender soluções lideradas por africanos para conflitos e crises regionais. Este princípio reforça a sua preferência por uma diplomacia centrada na soberania e a rejeição da interferência externa (Chikhaoui 2022);

- **Segurança Coletiva e Diálogo:** Através de plataformas como o Processo de Nouakchott e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, a Argélia defende acordos de segurança cooperativa e o diálogo multilateral como mecanismos para enfrentar ameaças transfronteiriças (Benantar 2022);

- **Controle de Fronteiras e Contraterrorismo:** Dadas as suas vastas e porosas fronteiras meridionais partilhadas com vizinhos instáveis, a Argélia prioriza a integridade territorial, o controle das fronteiras e a coordenação

regional antiterrorista como pilares essenciais da sua segurança nacional (Benantar 2016).

Mapeamento da Rede de Segurança da Argélia e sua Interpretação

Essa seção analisa a arquitetura e a dinâmica operacional dos compromissos securitários argelinos pela África entre os anos de 2019 e 2025. Baseando-se nas ferramentas de Análise de Redes Sociais (ARS) e nas combinações de indicadores visuais e quantitativos, a análise esclarece a extensão, a estrutura e as implicações estratégicas da presença militar-diplomática da Argélia no continente. Fundamenta-se em dados oficiais, registros militares e avaliações internacionais para fornecer uma interpretação multifacetada da postura de segurança em evolução da Argélia.

Visão Geral da Matriz de Engajamentos de Segurança

Utilizando a ARS, esta subseção mapeia os principais laços de segurança da Argélia com parceiros africanos selecionados. O conjunto de dados revisado destaca quatro formas principais de interação: visitas militares bilaterais de alto nível, treinamento militar na Argélia, coordenação de segurança de fronteiras e cooperação multilateral. A matriz a seguir oferece uma visão geral resumida dos engajamentos de segurança da Argélia com estados africanos selecionados. Categorizando as interações em quatro dimensões principais. Essa categorização permite uma perspectiva comparativa entre países e tipos de interação.

Tabela 1: Matriz dos Compromissos Bilaterais e Multilaterais de Segurança da Argélia na África (2019–2025)

País alvo	Altas visitas militares	Treinamento militar na Argélia	Coordenação de segurança fronteiriça	Cooperação multilateral
Mauritânia	3	Sim	Sim	Sim (Capacidade Regional do NA)
Mali	1	Sim	Sim	Sim (CEMOC, NA Reg. Cap.)
Níger	3	Sim	Sim	Sim (CEMOC)
Tunísia	3	Sim	Sim	Sim (Capacidade Regional do NA)

Líbia	2	Limitado	Não	Sim (Capacidade Regional do NA)
Egito	1	Limitado	Não	Sim (Capacidade Regional do NA)
Sudão	1	Sim	Não	Não
África do Sul	1	Limitado	Não	Não
Ruanda	2	Limitado	Não	Não
Serra Leoa	1	Não	Não	Não
Uganda	1	Limitado	Não	Não
Angola	1	Limitado	Não	Não
Tanzânia	1	Não	Não	Não
Camarões	1	Não	Não	Não

Fonte: Compilado pelo autor com base em dados oficiais do Ministério da Defesa Nacional da Argélia (2019–2025).

Indicadores Quantitativos de Centralidade da Rede

Para avaliar o papel e a conectividade da Argélia, foram calculadas três métricas principais de ARS usando o Gephi. A tabela a seguir apresenta as pontuações de centralidade quantitativa para a Argélia e seus parceiros africanos de segurança.

Tabela 2: Métricas Quantitativas das Relações de Segurança Africanas da Argélia: Avaliação Baseada na ARS (2019-2025)

País/entidade	Grau de centralidade	Centralidade de intermediação	Centralidade de proximidade
Argélia	1.000	1.000	1.000
Todos os outros nós	0.067	0.000	0.517

Fonte: Cálculo do autor usando Gephi, com base em dados de segurança bilaterais e multilaterais do Ministério da Defesa Nacional da Argélia (2019–2025).

- **Grau de Centralidade:** A análise revela que a Argélia mantém laços diretos com todos os quatorze nós da rede, ressaltando sua centralidade estrutural na arquitetura de segurança africana. Esse alto grau de conectividade reflete o amplo escopo do engajamento da Argélia em segurança durante o

período de referência, estendendo-se além de sua vizinhança imediata para abranger diversos contextos sub-regionais;

- **Centralidade de Proximidade:** A Argélia apresenta a menor distância geodésica média para todos os outros nós da rede, indicando um alto nível de acessibilidade e eficiência comunicativa. Essa métrica destaca a capacidade da Argélia de interagir de forma rápida e eficaz com uma ampla gama de atores, especialmente no Magrebe e no Sahel — como Mali, Níger, Tunísia, Mauritânia e Líbia;

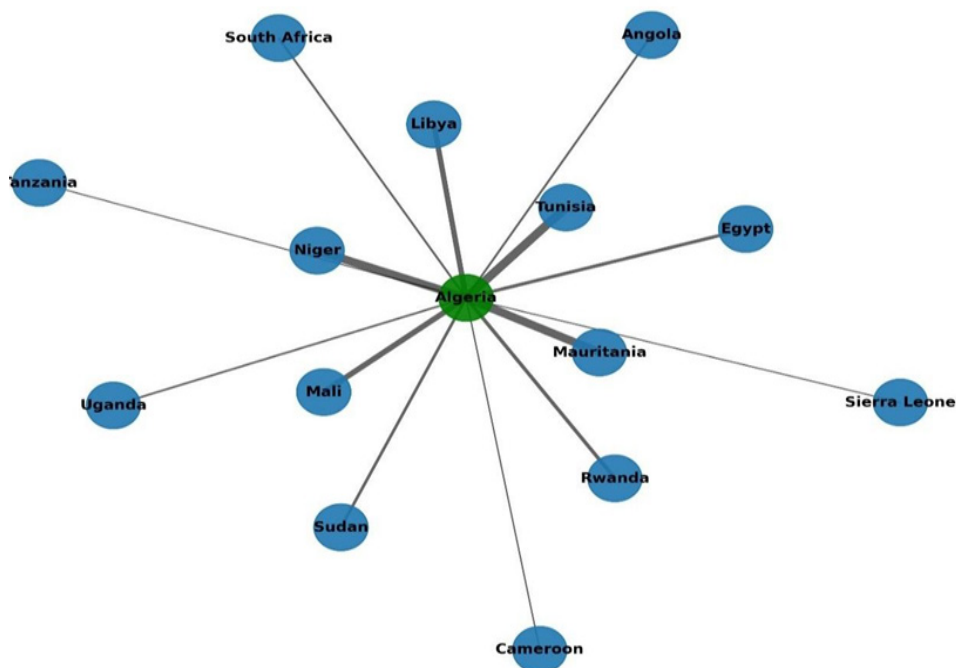
- **Centralidade de Intermediação:** A Argélia ocupa todas as posições intermediárias nos caminhos mais curtos que conectam outros nós, consolidando seu papel como um intermediário crítico. Essa função conectiva reflete a relevância operacional do país na facilitação dos fluxos de segurança interestatais e sua aspiração normativa de atuar como um provedor de segurança continental.

Essas métricas confirmam a estrutura em forma de estrela da rede de segurança da Argélia — com o país atuando como centro dominante, enquanto os demais são nós periféricos. A ausência de interconectividade entre os Estados parceiros revela a natureza bilateral da abordagem argelina.

Configuração Visual e Interpretação

Baseando-se nas métricas apresentadas acima, o gráfico de rede abaixo ilustra a intensidade qualitativa dos engajamentos militares da Argélia pela África entre 2019 e 2025. Cada espaço representa um engajamento em uma das quatro categorias mostradas acima. A estrutura da rede destaca o papel evolutivo da Argélia como polo central do dinamismo militar e de segurança no Norte da África e no Sahel.

Figura 1: Visualização ponderada da rede de segurança da Argélia na África (2019–2025), com base na intensidade dos compromissos bilaterais e multilaterais.



Fonte: Visualização do autor usando Gephi, com base nos dados da Tabela 1.

Essa transformação decorre da crescente complexidade das ameaças regionais — incluindo a persistente instabilidade na Líbia, o colapso da governança no Mali e o transbordamento da violência transnacional no Níger. Em resposta, os *policymakers* argelinos adotaram uma abordagem mais ágil e multidimensional para a cooperação em segurança, enfatizando a diplomacia proativa em defesa, o fortalecimento da capacidade institucional e a coordenação transfronteiriça (Zoubir 2022).

Ao invés de operar em clusters regionais simétricos, a Argélia tem se posicionado cada vez mais como um polo de atuação concentrada em segurança. Essa mudança é ainda mais apoiada pela expansão dos programas de treinamento e assistência da Argélia a Estados vizinhos, que somaram mais de 100 milhões de dólares em apoio ao Mali, Chade, Níger, Líbia e Mauri-

tânia antes de 2019, bem como pela assistência técnica às forças de elite no Níger e pela coordenação conjunta com Niamey (Abdelkader 2019). Esses esforços são uma resposta direta à intensificação da atividade terrorista, ao fortalecimento das redes transnacionais do crime organizado e à crescente presença de potências externas — como Rússia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Israel — na vizinhança imediata da Argélia.

Significativamente, a rede também revela uma notável expansão geográfica no alcance da defesa da Argélia para além de seu foco tradicional no Magrebe e no Sahel. De particular relevância são seus engajamentos com Ruanda — em meio a tensões com a República Democrática do Congo, apoiada pelos Emirados Árabes Unidos — e com o exército sudanês em sua guerra contra as Forças de Apoio Rápido (RSF)², apoiadas pelos Emirados Árabes Unidos. A aproximação da Argélia com Camarões, Tanzânia, Uganda e Serra Leoa reforça ainda mais sua intenção de moldar geometrias de segurança para além de suas fronteiras. É igualmente importante a intensificação da cooperação da Argélia com a Mauritânia, que se tornou crucial na estratégia mais ampla da Argélia para contrabalançar a influência marroquina no noroeste da África. Essa relação em evolução inclui a expansão da cooperação em treinamento e consultas estratégicas, tornando a Mauritânia central para o perímetro de segurança redefinido da Argélia (Laredj 2024).

Coletivamente, estes desenvolvimentos sinalizam uma recalibração da doutrina de segurança da Argélia, em que a cooperação militar bilateral se tornou uma ferramenta fundamental para projetar influência, responder à volatilidade regional e construir parcerias duradouras (Benantar 2022).

Desafios para a Rede de Segurança

Apesar da diplomacia ativa, a rede de segurança da Argélia enfrenta várias restrições estruturais:

- Dependências assimétricas, com parceiros como o Mali a recorrerem à Rússia ou à Aliança dos Estados do Sahel (AES) para apoio de segurança (Marangio 2025);

- Visões regionais concorrentes, especialmente de Marrocos e de atores externos como a França, os EUA ou a Rússia (Zoubir 2025);

² Forças de Apoio Rápido (RSF): Um grupo paramilitar sudanês formado em 2013 a partir das milícias Janjaweed. Lideradas por Mohamed Hamdan Dagalo (Hemeti), tornaram-se poderosas e, posteriormente, entraram em confronto com o exército nacional na guerra civil de 2023.

- Rigidez institucional, à medida que a Argélia permanece cautelosa em relação a alianças formais e intervenções militares conjuntas (Benantar 2016).

Implicações para Política Externa

A rede de segurança ilustra a estratégia da Argélia de se posicionar como estabilizadora e mediadora regional. Sua alta conectividade no domínio da segurança aumenta sua influência diplomática, mas sua aversão a coalizões militares pode limitar uma integração mais profunda nas estruturas de defesa regionais. A configuração da rede em forma de estrela também reflete a preferência da Argélia por engajamentos bilaterais, permitindo-lhe manter autonomia estratégica e controlar os termos do engajamento. No entanto, isso também significa que a rede é frágil em termos de cooperação regional que vão além do papel central da Argélia.

A rede de segurança da Argélia na África constitui uma camada fundamental de sua política externa complexa. Reflete um equilíbrio pragmático entre a afirmação da influência regional e a preservação da autonomia estratégica. A Análise de Redes Sociais revela uma estrutura altamente centralizada que gira em torno da Argélia como um polo de segurança. Pesquisas futuras poderão explorar a evolução desses laços para formas mais institucionalizadas ou multilaterais.

A Estrutura da Rede Energética da Argélia na África (2019–2025)

O crescente alcance energético da Argélia na África reflete um esforço estratégico para consolidar seu papel regional por meio de formas diversificadas de cooperação. Do gás e eletricidade às energias renováveis e aos marcos institucionais, o país engajou diversos parceiros africanos no que parece ser uma construção gradual de uma rede energética continental. Este capítulo examina a estrutura evolutiva dessa rede entre os anos de 2019 e 2025, focando no escopo, na profundidade e na distribuição dos laços bilaterais de energia da Argélia pelo continente. Ao analisar essas conexões por meio de uma abordagem baseada em redes, o capítulo oferece uma visão sobre o posicionamento da Argélia na geografia energética emergente de África.

Estratégia Energética Africana da Argélia: Pilares e Modalidades de Engajamento

A estratégia energética africana da Argélia está estruturada em torno de três pilares fundamentais que moldam a sua visão de longo prazo para o envolvimento continental (Bouzidi 2025):

- **Acesso ao Mercado:** Ao alavancar sua posição geográfica estratégica entre a Europa e África, o país busca servir como um canal vital que conecta produtores regionais e mercados internacionais de energia;

- **Infraestrutura Compartilhada:** Por meio do avanço de projetos transnacionais — como gasodutos e corredores de energia renovável, — pretende-se promover uma integração energética continental mais profunda e uma interconectividade;

- **Capacitação:** Uma forte ênfase é colocada em treinamento, transferência de tecnologia e cooperação institucional, garantindo que o desenvolvimento do capital humano se torne parte integrante das parcerias energéticas.

Com base nesses pilares, a diplomacia energética da Argélia na África se desdobra por meio de um conjunto de modalidades inter-relacionadas e adaptáveis. Estas refletem uma combinação de planejamento estratégico estatal e capacidade de resposta às necessidades em evolução do continente, e podem ser amplamente categorizadas em quatro formas principais:

- **Cooperação em Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás):** Por meio de sua empresa nacional de energia, a Sonatrach³, a Argélia se envolve em cooperação estratégica em atividades *upstream* e *midstream*, incluindo exploração, trânsito de oleodutos e distribuição de produtos petrolíferos (Ministério de Energia e Minas 2023);

- **Interconexão e suporte de eletricidade:** a Argélia desempenha um papel crescente como fornecedora e coordenadora de infraestrutura elétrica, oferecendo assistência técnica, exportação de eletricidade e suporte para projetos de interconexão regional por meio de sua empresa nacional de eletricidade, a Sonalgaz⁴ (Mokhtar Benasla et al. 2023);

3 A Sonatrach é a empresa nacional de petróleo e gás da Argélia, fundada em 1963. É a maior empresa de África, operando em exploração, produção, refino e transporte. A Sonatrach desempenha um papel fundamental na economia e na diplomacia energética da Argélia, especialmente na África e na Europa.

4 A Sonalgaz é a empresa estatal de eletricidade e gás natural da Argélia, fundada em 1969. É responsável pela geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás em todo o país. A Sonalgaz também desempenha um papel crescente na integração energética regional, especialmente por meio de projetos de eletricidade transfronteiriços com países africanos vizinhos.

- **Cooperação em Energias Renováveis:** A Argélia promove a colaboração no desenvolvimento de energias renováveis, especialmente em sistemas solares e híbridos, em alinhamento com sua estratégia mais ampla de transição energética (Saada 2025);

- **Quadros Institucionais e Legais:** A cooperação energética é frequentemente estruturada por meio de memorandos de entendimento, comitês bilaterais e mecanismos multilaterais que fornecem respaldo regulatório e político a iniciativas técnicas. Essas estruturas oferecem plataformas duradouras para coordenação de longo prazo (Aziouez 2024).

Essas modalidades ilustram a mudança da Argélia de mero fornecedor para um integrador regional e centro de infraestrutura, especialmente no Norte e Oeste da África.

Estrutura Ponderada dos Laços Energéticos da Argélia na África (2019-2025)

Entre 2019 e 2025, a Argélia ampliou suas parcerias energéticas em toda a África, envolvendo-se em projetos que abrangem desde interconexões elétricas e trânsito de gás até cooperação em energias renováveis. Esses laços diferem em profundidade e escopo, refletindo tanto a proximidade geográfica quanto as prioridades estratégicas. Para capturar essa variação, utilizou-se uma estrutura ponderada para classificar as relações bilaterais, oferecendo uma visão geral estruturada da evolução da diplomacia energética da Argélia no continente.

Tipologia de Ligações Bilaterais de Energia

Entre 2019 e 2025, a Argélia expandiu significativamente suas relações bilaterais em energia com diversos países africanos. Esses laços variam amplamente em escopo, institucionalização e profundidade estratégica. Enquanto algumas parcerias se limitam à cooperação temática ou técnica (por exemplo, diálogos sobre energias renováveis, programas de treinamento), outras abrangem compromissos complexos e multissetoriais, como gasodutos transnacionais, interconexões elétricas e estruturas institucionais conjuntas.

Para capturar sistematicamente essa variação, este estudo utiliza uma abordagem de rede ponderada, atribuindo uma pontuação de força de 1 a 5 para cada relacionamento bilateral. Essa pontuação reflete três dimensões principais:

- Profundidade (por exemplo, acordos de longo prazo vs. trocas pontuais);
- Diversidade (gás, eletricidade, energias renováveis, logística);
- Relevância estratégica (projetos regionais, fóruns multilaterais, integração de corredores).

Uma pontuação de 1 indica cooperação emergente e de baixa intensidade, enquanto 5 representa parcerias multidimensionais altamente institucionalizadas. A tabela a seguir apresenta as 13 relações energéticas africanas mais importantes da Argélia, destacando seus principais componentes, atores institucionais e força de vínculo atribuída:

Tabela 3: Rede Energética da Argélia na África (2019–2025): Laços Bilaterais Ponderados.

País	Tipo de interação	Instituição(ões) argelinas	Instituição parceira/ estrutura	Observações	Força de Ligação Energética Bilateral (1–5)
Tunísia	Interconexão elétrica, trânsito de gás, Corredor Sul de Hidrogênio, comitê bilateral de energia, projeto de rede trilateral	Sonatrach, Sonelgaz	STEG, Comitê Conjunto Energia-Mineração	Parceiro mais forte; parte da interligação Argélia-Tunísia-Líbia	5
Líbia	Cooperação de gás, exploração, projeto trilateral de eletricidade	Sonatrach, Sonelgaz	NOC, GECOL	Retomada da atividade <i>upstream</i> ; parte do plano de rede trilateral	4
Mauritânia	Exportação de eletricidade, cooperação em energia renovável, ligações de infraestruturas	Sonelgaz, Ministério da Energia	SOMELEC, Comissão Conjunta	Integrado no corredor energia-logística	3
Nigéria	Diplomacia de gasodutos (TSGP), acordo tripartite, coordenação energética	Sonatrach, Ministério da Energia	NNPC, TSGP Comitê Tripartite	Projeto TSGP via Níger para a Europa	3

Mali	Apoio elétrico no norte, projetos de energia híbrida	Sonelgaz, Ministério da Energia	Ministry of Energy (Mali)	Apoio direcionado para redes locais	2
Níger	Trânsito de gás (TSGP), diálogo sobre eletricidade, comitê tripartite	Sonatrach, Sonelgaz	Ministério da Energia (Níger)	Centro de trânsito estratégico	3
África do Sul	Coordenação energética dos BRICS, diálogo sobre energia renovável	Ministério da Energia	DMRE, Plataforma de Energia dos BRICS	Cooperação temática e multilateral	2
Chade	Apoio à eletricidade, projetos híbridos	Sonelgaz	Ministério da Energia (Chade)	Parte do engajamento energético do Sahel	1
Etiópia	Memorando de Entendimento sobre energia renovável, cooperação técnica	Ministério da Energia	Ministério da Energia e Água	Engajamento em estágio inicial	1
Quênia	Diálogo sobre energia solar e partilha de conhecimentos	Ministério da Energia	Ministério da Energia (Quênia)	Intercâmbio em fóruns argelino-africanos	1
Zimbábue	Memorando de Entendimento abrangente sobre energia: eletricidade, distribuição de petróleo, energias renováveis	Ministério da Energia, Sonatrach	Ministério da Energia (Zimbábue)	Jurídico, distribuição, engenharia e energias renováveis	3
Uganda	Cooperação na exploração de petróleo e gás	Sonatrach	Ministério da Energia (Uganda)	Apoio técnico para desenvolvimento de hidrocarbonetos	2

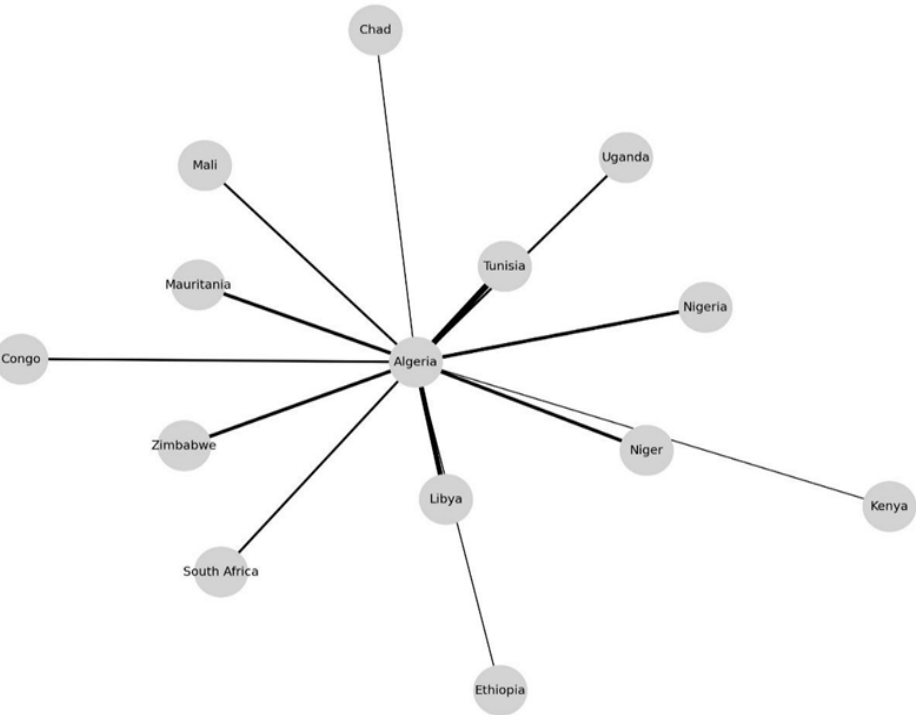
Congo	Refino de petróleo, distribuição, cooperação <i>upstream</i>	Sonatrach	Ministry of Energy (Congo)	Cooperação orientada para infraestruturas	2
-------	--	-----------	----------------------------	---	---

Fonte: Compilação do autor com base em dados do Ministério de Energia e Minas da Argélia, Sonatrach e APS (2019–2025).

Visualizando a Estrutura da Rede

Para complementar a visão tipológica, a Figura 2 oferece uma representação visual dos laços energéticos da Argélia em todo o continente africano. Cada nó representa um país, com a espessura das bordas indicando a força ponderada da relação bilateral (1 a 5). Esta visualização da rede destaca a assimetria e a centralização da diplomacia energética regional da Argélia

Figura 2: Rede de Energia da Argélia na África (2019–2025)



Fonte: Visualização do autor gerada com Gephi, com base nos dados da Tabela 3.

Interpretando Indicadores de Rede

Utilizando indicadores adaptados da Análise de Redes Sociais (ARS), esta seção interpreta as relações energéticas da Argélia ao longo de três eixos analíticos:

1. Centralidade de Nível Ponderado: Isso reflete a força total das conexões bilaterais da Argélia. A Tunísia surge como o parceiro mais central (5/5), seguida pela Líbia (4) e um segundo nível composto por Nigéria, Níger, Mauritânia e Zimbábue (3 cada). Esses países formam o núcleo da diplomacia energética da Argélia, caracterizada pela interdependência estratégica e estruturas institucionalizadas.

2. Densidade Bilateral de Relações: A densidade é calculada como a razão entre os componentes reais de engajamento para o máximo (5). Por exemplo:

- **Tunísia** = 1,0 (completamente diversificada e institucionalizada)
- **Uganda** = 0,4; **Mali** = 0,4; **Congo** = 0,4 (densidade moderada)
- **Chade, Etiópia, Quênia** = 0,2 (baixa densidade, cooperação temática)

Este indicador ajuda a distinguir a profundidade além da interação em nível básico.

3. Agrupamento Regional e Diferenciação de Papéis: A distribuição espacial da rede revela um núcleo no Magrebe (Tunísia, Líbia, Mauritânia), um corredor saheliano (Mali, Níger, Chade) e um alcance subsaariano emergente (Zimbábue, Uganda, Congo). A rede elétrica trilateral com a Tunísia e a Líbia exemplifica a transição da Argélia do bilateralismo para a construção de um sistema regional, sinalizando uma mudança estratégica em direção à orquestração regional.

Implicações Estratégicas e Lógica de Rede

A natureza ponderada e hierarquizada da rede energética da Argélia na África reflete mais do que meros laços geográficos ou legados; ela incorpora uma estratégia intencional de projeção infraestrutural, enquadramento institucional e diversificação geopolítica. Em vez de construir uma rede plana e simétrica, a Argélia moldou uma arquitetura em “hub-and-spoke” (centro-raio), na qual ocupa o nó central de coordenação. Essa assimetria estrutural não é uma fraqueza, mas uma fonte de vantagem estratégica, permitindo à Argélia:

- Definir a agenda em regimes energéticos regionais emergentes;
- Equilibrar compromissos bilaterais com ambições multilaterais (por exemplo, TSGP, fórum energético do BRICS);
- Reduzir a vulnerabilidade evitando a dependência excessiva de uma única rota ou parceiro (Profazio 2025).

Baseando-se em conceitos da teoria de redes — como centralidade, densidade e intermediação — a diplomacia energética da Argélia pode ser entendida como uma forma de governança estratégica em rede, na qual a infraestrutura se torna tanto uma ferramenta de projeção de poder quanto uma plataforma de resiliência. Nesse sentido, a Argélia não está apenas fornecendo energia, mas também projetando a própria arquitetura da cooperação energética. Essa transformação a posiciona tanto como um polo de influência quanto como um orquestrador regional, moldando ativamente os contornos do futuro energético de África.

Implicações Estratégicas e Alcance Geopolítico

A expansão dos compromissos energéticos da Argélia pela África traz consigo profundas implicações estratégicas que transcendem a mera exportação de hidrocarbonetos ou eletricidade. Como demonstrado pela estrutura ponderada e assimétrica de sua rede energética, a Argélia está alavancando infraestrutura, coordenação institucional e parcerias direcionadas para se afirmar como um orquestrador energético regional.

Primeiramente, a liderança da Argélia no projeto do Gasoduto Transaariano (TSGP) com a Nigéria e o Níger consolida seu papel como porta de entrada energética continental para a Europa. Este corredor de infraestrutura permite à Argélia alinhar a oferta africana com a demanda europeia, reforçando sua dupla identidade como ator energético africano e mediterrâneo (Voytyuk 2023). A relevância estratégica do TSGP reside não apenas em seu potencial econômico, mas também em sua função geopolítica como plataforma para a integração inter-regional. Segundamente, o envolvimento da Argélia em projetos regionais de interconexão elétrica — especialmente a iniciativa trilateral Argélia-Tunísia-Líbia — sinaliza uma mudança de abordagens bilaterais para sistêmicas. Esses projetos inserem a Argélia no núcleo de um espaço energético continental, onde contribui para a harmonização jurídica, a compatibilidade de mercado e o planejamento coordenado. Ao invés de ser apenas um fornecedor, a Argélia atua cada vez mais como um construtor de sistemas, fomentando uma arquitetura energética regional.

Em terceiro lugar, a diversificação deliberada de parceiros energéticos — dos vizinhos imediatos do Magrebe aos Estados subsaarianos mais distantes, como Zimbábue, Uganda e Congo — reflete uma estratégia de balanceamento geopolítico. Ao evitar a dependência excessiva de uma única região ou corredor, a Argélia reforça sua resiliência estratégica, distanciando-se da sua posição regional de instabilidade localizada ou volatilidade diplomática (Khennas 2024).

Além disso, a diplomacia energética da Argélia se estende além de *hardware* e cadeias de suprimentos. Por meio de instrumentos de *soft power* — incluindo programas de treinamento, assistência técnica e *joint ventures* — a Argélia cultiva capital político duradouro e molda o cenário normativo da governança energética. Esses componentes de baixa visibilidade reforçam sua rede internamente, garantindo influência de longo prazo em diferentes níveis de cooperação (Aps 2025).

Em conjunto, a estratégia energética africana da Argélia reflete uma transição do bilateralismo reativo para um engajamento proativo e multifacetado. Sua capacidade de alinhar infraestrutura, mercados e instituições em torno de corredores-chave está redefinindo sua postura regional. Ao fazê-lo, a Argélia emerge não apenas como um país fornecedor ou de trânsito, mas também como um mediador geopolítico capaz de estruturar fluxos de energia e convergência regulatória em diversas sub-regiões africanas.

Sobreposição de Rede: Rumo a uma Leitura Composta da Influência Argelina

A presença regional da Argélia não pode ser totalmente compreendida analisando as relações energéticas isoladamente. Em diversas parcerias africanas, a cooperação energética está interligada a acordos paralelos de segurança, criando áreas onde convergem múltiplas formas de engajamento. Essas zonas de sobreposição destacam casos em que infraestrutura, mecanismos institucionais e coordenação de segurança se cruzam, oferecendo uma visão abrangente da presença multidomínio da Argélia. Esta seção descreve os exemplos mais importantes dessas sobreposições.

Zonas de Sobreposição de Rede

Uma leitura composta da presença africana da Argélia revela diversas áreas estratégicas onde os engajamentos em energia e segurança convergem, formando zonas de sobreposição de redes. Essas zonas sobrepostas não apenas refletem uma cooperação bilateral intensificada, mas também sinalizam a tentativa da Argélia de exercer influência composta por meio do engajamento em múltiplos domínios. Esta seção identifica cinco casos-chave que exemplificam esse fenômeno:

1. Tunísia: A Tunísia se destaca como o parceiro mais integrado da Argélia. É simultaneamente receptor das exportações de eletricidade da Argélia, país de trânsito para gasodutos e participante da interconexão elétrica tripartite (Argélia-Tunísia-Líbia). No âmbito da segurança, a Tunísia tem se empenhado em mecanismos de coordenação antiterrorista e segurança de fronteiras com a Argélia, apoiados por reuniões regulares do Comitê Conjunto de Energia e Minas (Ghebouli 2024);

2. Níger: A relação da Argélia com o Níger está ancorada tanto na energia quanto na segurança. O país é parte interessada no Gasoduto Transaariano (TSGP), além de receber apoio em infraestrutura elétrica. Ao mesmo tempo, o Níger é central para a doutrina de segurança argelina no Sahel, com participação em diálogos militares conjuntos, coordenação antiterrorista e programas de capacitação (Marangio 2025).

3. Líbia: A Líbia é tanto um parceiro energético — conectado por meio de projetos de interconexão e interesses compartilhados em hidrocarbonetos — quanto uma preocupação em termos de segurança, devido à instabilidade e à permeabilidade das fronteiras. O duplo envolvimento da Argélia a posiciona como um estabilizador e âncora de infraestrutura nos esforços de reconstrução pós-conflito. O nexo entre energia e segurança, nesse caso, sustenta a influência da Argélia na formação da reintegração regional da Líbia (Ahram 2021; Ministério das Relações Exteriores 2023).

4. Mauritânia: A Mauritânia se tornou cada vez mais central na estratégia da Argélia voltada para África. Os laços energéticos incluem acordos de exploração liderados pela Sonatrach e apoio à distribuição de eletricidade (Aps 2025), enquanto, no âmbito da segurança, Argélia e Mauritânia expandiram as patrulhas transfronteiriças e o compartilhamento de informações (Laredj 2024). O entrelaçamento de instrumentos de *soft power* e *hard power* reforça o papel da Argélia no Sahel Ocidental;

5. Nigéria: Embora geograficamente distante, a Nigéria ocupa um lugar de destaque no cálculo estratégico da Argélia. A cooperação energética é simbolizada pelo Pacto Global de Transição (TSGP), enquanto os diálogos

sobre segurança — tanto bilaterais quanto por meio de fóruns multilaterais — se intensificaram (Argélia Invest 2023). Essa relação demonstra o esforço da Argélia para expandir sua influência para além da África do Norte e Saariana, chegando ao Golfo da Guiné.

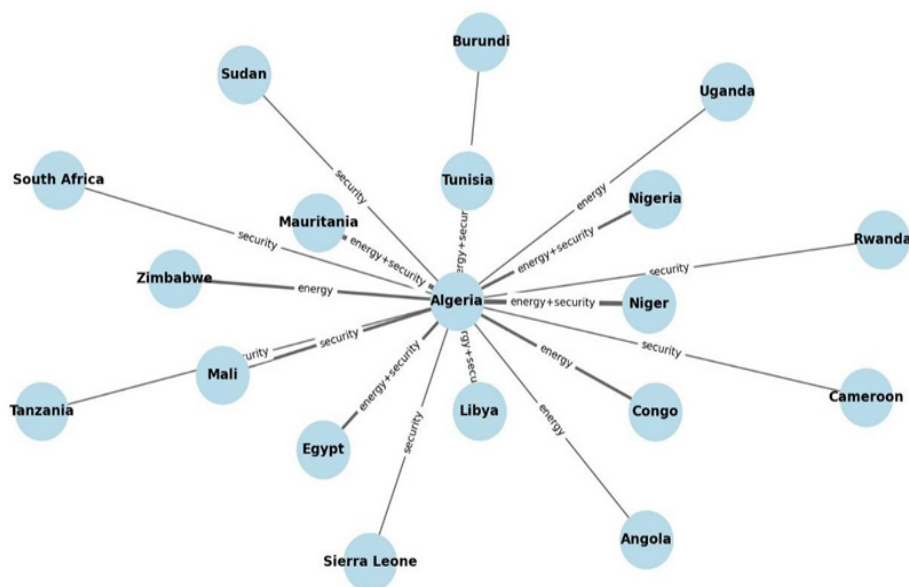
Juntos, esses casos ilustram como a projeção de poder da Argélia vem sendo cada vez mais concretizada por meio de redes sobrepostas, nas quais infraestrutura, coordenação militar e mecanismos institucionais convergem para produzir uma autoridade regional em camadas.

Visualizando a Rede Composta

Para complementar a análise baseada em casos apresentada acima, o mapa de rede a seguir oferece uma síntese visual da presença multidomínio da Argélia na África de 2019 a 2025. Ele integra laços energéticos e de segurança, revelando não apenas zonas de intensa sobreposição bilateral, mas também conexões periféricas que ilustram a rede geoestratégica mais ampla da Argélia.

Cada nó representa um país com o qual a Argélia mantém cooperação setorial, enquanto as arestas refletem a natureza e a profundidade desses laços. A espessura de cada aresta corresponde à intensidade da sobreposição — que varia do engajamento mínimo (por exemplo, assistência técnica) à integração estratégica (por exemplo, coordenação conjunta de infraestrutura e defesa).

Figura 3: Rede Composta de Segurança Energética da Argélia na África (2019–2025)



Fonte: Compilado e visualizado pelo autor usando Gephi, com base no conjunto de dados anterior.

Essa rede composta permite uma compreensão mais holística da presença africana da Argélia, demonstrando que sua influência está inserida em múltiplos sistemas interligados. A visualização também prepara o terreno para a identificação de padrões mais amplos de alavancagem e posicionamento regional, conforme explorado na seção seguinte.

Padrões de Influência e Alavancagem Estratégica

As zonas de sobreposição identificadas acima não são fenômenos isolados; elas revelam padrões recorrentes na abordagem mais ampla da Argélia ao engajamento africano. Esses padrões refletem um esforço calculado para maximizar a alavancagem estratégica, investindo em domínios políticos interconectados, reforçando a influência por meio da densificação da rede e da interdependência intersetorial.

1. Consolidação Vertical de Influência: em muitas zonas sobrepostas, a Argélia combina infraestrutura física (por exemplo, oleodutos, linhas de energia) com mecanismos institucionais (por exemplo, comissões conjuntas, programas de treinamento). Essa integração vertical aprofunda a dependência e permite que a Argélia atue simultaneamente como fornecedora de energia, financiadora de infraestrutura e garantidora de segurança;

2. Equilíbrio Regional Através da Presença Multidimensional: a Argélia evita a concentração em uma única sub-região. Sua presença no Magrebe, no Sahel e em partes da África Ocidental reflete uma estratégia de proteção e equilíbrio geopolítico. Essa diversificação geográfica aumenta a resiliência da Argélia contra rupturas locais e lhe permite mediar disputas regionais.

3. Influência Através da Intermediação Infraestrutural: ao invés de simplesmente exportar recursos, a Argélia se posiciona cada vez mais como um interconector — conectando mercados de energia (por exemplo, Europa e África Subsaariana), facilitando o intercâmbio de energia transfronteiriço e viabilizando bens públicos regionais. Esse papel intermediário reforça seu capital geopolítico;

4. Ambiguidade Estratégica e Autonomia Diplomática: a estratégia de rede da Argélia permite que o país mantenha autonomia em sua política externa. Ao manter laços bilaterais entre blocos rivais e evitar alinhamentos profundos com qualquer potência externa, garantindo uma margem de manobra e, ao mesmo tempo, ampliando seu papel de facilitador neutro.

Em suma, a influência da Argélia não advém do domínio em um único domínio, mas de sua capacidade de tecer conexões entre domínios, moldando as regras, os fluxos e as interações que regem o regionalismo africano. Essa lógica multirede de alavancagem reflete um modelo emergente de liderança não hegemônica, mas capaz de moldar o sistema regional.

Conclusão

Este estudo se propôs a explorar a evolução do papel da Argélia na África, examinando suas relações bilaterais sob a ótica da parceria estratégica, da conectividade setorial e da análise de redes. Com base em evidências empíricas de 2019 a 2025, demonstrou como a Argélia está gradualmente transitando de um ator reativo e centrado na segurança para uma parte interessada regional proativa com influência multidimensional.

Por meio de sua diplomacia energética em expansão, iniciativas de infraestrutura transfronteiriça e cooperação em segurança em camadas, a

Argélia cultivou uma presença estratégica no Magrebe, no Sahel e na África Ocidental. A convergência desses engajamentos em zonas de sobreposição revela uma lógica mais profunda de integração regional — enraizada não na hegemonia, mas no posicionamento estrutural em sistemas interdependentes.

A estrutura baseada em rede adotada nesta pesquisa permitiu uma compreensão diferenciada da influência da Argélia. Em vez de analisar o poder por meio de métricas convencionais (militar, PIB ou alianças), o estudo destacou a centralidade relacional, a alavancagem intersetorial e o entrelaçamento infraestrutural como indicadores-chave da profundidade estratégica da Argélia.

No entanto, os desafios permanecem. Restrições estruturais — incluindo pressões econômicas internas, instabilidade regional e concorrência externa — podem limitar a capacidade da Argélia de consolidar seus ganhos a longo prazo. Além disso, manter a influência em redes tão complexas exigirá não apenas investimentos materiais, mas também uma visão diplomática consistente e inovação institucional.

Em conclusão, o envolvimento da Argélia na África reflete uma transição para um paradigma de parceria estratégica — que combina segurança, energia e infraestrutura em uma plataforma coesa de influência. Ainda que o caminho a seguir dependa de múltiplas variáveis, a trajetória atual da Argélia sugere um papel regional crível, adaptável e cada vez mais capaz de moldar sistemas.

REFERÊNCIAS

- Abdelkader, Abderrahmane. 2019. “Understanding Algeria’s Foreign Policy in the Sahel.” In *The Politics of Algeria*, edited by Yahia H. Zoubir, 1st ed., London: Routledge.
- Algeria Invest. 2023. “Algeria-Nigeria: Enhanced Economic Cooperation and Joint Strategic Projects.” May 14, 2023. Accessed May 23, 2025. <https://algeriainvest.com/premium-news/algerie-nigeria-une-cooperation-economique-consolidee-et-des-projets-strategiques-en-commun>
- Aps. 2025. “President Tebboune Reiterates Algeria’s Commitment to Step Up African Energy Cooperation.” June 23, 2025. Accessed June 25, 2025. <https://www.aps.dz/en/economy/57992-us-africa-busi->

ness-summit-president-tebboune-reiterates-algeria-s-commitment-to-step-up-african-energy-cooperation.

- Aziouez, Sabrina. 2024. "Sonatrach se déploie en Afrique." *La Sentinelle*, 22 maio, 2024. Acessado 28 maio, 2025. <https://lasentinelle.dz/index.php/2024/05/22/sonatrach-se-deploie-en-afrique>
- Barabási, Albert-László. 2016. *Network Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Benantar, Abdennour. 2016. "Sécurité aux frontières: portée et limites de la stratégie algérienne." *L'Année du Maghreb* 14 (1): 147–63.
- Benantar, Abdennour. 2022. "Algeria's Security Policy: Transformations and Dilemmas in the Context of Regional Unrest and Internal Hirak." *Al-Muntaha Journal* 5 (2): 64–84.
- Bouzidi, Samir. 2025. "Algeria and Africa: A Strategic Alliance for a Shared Energy Future." June 30, 2025. Accessed July 1, 2025. <https://lequotidien-deconstantine.dz/?p=2469>
- Carpenter, R. Charli. 2011. "Vetting the Advocacy Agenda: Network Centrality and the Paradox of Weapons Norms." *International Organization* 65 (1): 69–102.
- Chikhaoui, Arslan. 2022. "The Non-Alignement Paradigm of Algeria's Foreign Policy." *Institute of New Europe*, July 11, 2022. Accessed April 16, 2025. <https://ine.org.pl/en/the-non-alignement-paradigm-of-algerias-foreign-policy/>
- Dür, Andreas, and Manfred Elsig. 2011. "Principals, Agents, and the European Union's Foreign Economic Policies." *Journal of European Public Policy* 18 (3): 323–338.
- Ghebouli, Zine L. 2024. "Tunisia in Its African Neighbourhood: Economic Opportunities and Political Challenges." In *Tunisia in Context: Local, Regional and International Dynamics under Kais Saied*, edited by Akram Ezzamouri. Rome: Istituto Affari Internazionali (IAI). Accessed April 28, 2025. <https://www.iai.it/sites/default/files/9788893683234.pdf>
- Goldthau, Andreas. 2012. "Energy Diplomacy in Trade and Investment." In *Global Energy Governance*, edited by Andreas Goldthau and Jan Martin Witte, 149–170. Washington: Brookings Institution Press.
- Græger, Nina. 2016. "European Energy Security: Policy Challenges and Networked Foreign Policy." *Journal of International Affairs* 69 (1): 103–119.

- Hafner-Burton, Emilie M., and Alexander H. Montgomery. 2006. "Power Positions: International Organizations, Social Networks, and Conflict." *Journal of Conflict Resolution* 50 (1): 3–27.
- Hafner-Burton, Emilie M., Miles Kahler, and Alexander H. Montgomery. 2009. "Network Analysis for International Relations." *International Organization* 63 (3): 559–592.
- Harary, Frank. 1969. *Graph Theory*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Kaczmarek, Katarzyna, and Rebecca Lloyd. 2022. "Networked Foreign Policy: Rethinking Diplomacy in the Digital Age." *Review of International Studies* 48 (2): 205–225.
- Katzenstein, Peter J. 1976. "International Relations and Domestic Structures: Foreign Economic Policies of Advanced Industrial States". *International Organization* 30 (1): 1–45.
- Khennas, Smail. 2024. "Algeria's Energy Dilemma and Sustainability." *Istituto Affari Internazionali (IAI)*, September 4, 2024. Accessed May 26, 2025. <https://www.ispionline.it/en/publication/algerias-energy-dilemma-and-sustainability-182972>
- Kivelä, Mikko, Alex Arenas, Marc Barthelemy, et al. 2014. "Multilayer Networks." *Journal of Complex Networks* 2 (3): 203–271.
- Laredj, Bassem. 2024. "Mauritanie: Un Pays Stratégique pour L'Algérie et Le Maroc." *Observatoire du Maghreb*, September 2024. Accessed May 9, 2025. https://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2024/10/ObsMaghreb_2024_09_14_Mauritanie_Note.pdf
- Marangio, Rossella. 2025. "Shifting Sands: Hedging Strategies in Sahel-Maghreb Relations." *EU Institute for Security Studies (EUISS)*, May 23, 2025. Accessed May 28, 2025. <https://www.iss.europa.eu/publications/briefs/shifting-sands-hedging-strategies-sahel-maghreb-relations>
- Maoz, Zeev. 2010. *Networks of Nations: The Evolution, Structure, and Impact of International Networks, 1816–2001*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ministry of Energy and Mines (Algeria). 2025. *Energy Cooperation Updates (2019–2025)*. Accessed May 7, 2025. <https://www.energy.gov.dz>.
- Ministry of National Defence (Algeria). 2025. *Press Releases and Statements (2019–2025)*. Accessed May 5, 2025. <https://www.mdn.dz>.
- Newman, Mark. 2010. *Networks: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

- Omrani, Rabab, and Messaoud Chanane. 2022. "Al-Istratijiyya al-Jazairiyya tijah Mantiqat al-Sahil al-Ifriqi: al-Waqi wa-al-Afaq." *Al-Majalla al-Akadimiyya li-al-Buhuth al-Qanuniyya wa-al-Siyasiyya* 6 (2): 1591–1608.
- Profazio, Umberto. 2025. "Pipeline Politics: Algeria, Italy and the Great Game in North Africa." *Observatoire du Maghreb*, April 2025. Accessed May 28, 2025. https://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2025/04/ObsMaghreb_2025_04_17_Pipeline_algerie_Note_EN.pdf
- Saada, Hana. 2025. "Algeria Steps Forward as Renewable Energy Leader at African Energy Forum in Cape Town." June 16, 2025. Accessed June 20, 2025. <https://www.dzair-tube.dz/en/algeria-steps-forward-as-renewable-energy-leader-at-african-energy-forum-in-cape-town/>
- Sonatrach. 2024. *International Partnerships and Strategic Projects*. Accessed May 7, 2025. <https://www.sonatrach.dz>.
- Voytyuk, Oksana. 2023. "New Gas Pipelines as an Element of the Geopolitical Competition of Algeria and Morocco in Africa." *African Journal of Economics, Politics and Social Studies* 2 (1): 21–45.
- Wasserman, Stanley, and Katherine Faust. 1994. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zoubir, Yahia H. 2022. "Algeria's Foreign Policy in the Post-Hirak Era." *Middle East Council on Global Affairs*, September 2022. Accessed April 16, 2025. https://mecouncil.org/wp-content/uploads/2022/09/MECGA_Issue-Brief-7_Zoubir_Final-Web-1.pdf
- Zoubir, Yahia H. 2025. "Tensions Mount in the Sahel as Algeria and Mali Face Off." *Middle East Council on Global Affairs*, May 15, 2025. Accessed May 24, 2025. https://mecouncil.org/blog_posts/tensions-mount-in-the-sahel-as-algeria-and-mali-face-off/

RESUMO

Este artigo explora a evolução da política externa da Argélia na África entre os anos 2019 e 2025 sob a ótica da análise de redes complexas (ARC). Embora a Argélia tradicionalmente tenha mantido laços bilaterais seletivos com países africanos, desenvolvimentos recentes revelam uma mudança em direção a parcerias mais densas, diversificadas e estrategicamente integradas — particularmente nos domínios da diplomacia energética e da cooperação em segurança. A literatura existente frequentemente trata o engajamento africano da Argélia como reativo ou ideologicamente motivado. Este estudo desafia essa narrativa ao levantar a seguinte questão: Em que medida a Argélia adotou uma estratégia de política externa coerente e em rede em todo o continente? A hipótese central sustenta que a Argélia está se reposicionando

como orquestradora regional por meio da construção de redes multinodais, institucionalmente estruturadas e infraestruturalmente fundamentadas, que fortalecem sua autonomia estratégica e influência regional. Para testar essa hipótese, o estudo adota uma abordagem de método misto, combinando análise qualitativa de conteúdo com análise quantitativa de redes. Dados empíricos foram coletados de fontes oficiais e mapeados utilizando o Gephi, um software de código aberto para visualização e análise de redes. Os vínculos ponderados foram atribuídos com base na profundidade, diversidade e institucionalização dos engajamentos bilaterais e multilaterais. Os resultados revelam uma estrutura hierarquizada e regionalmente agrupada: a Argélia mantém laços de alta densidade com vizinhos do Magrebe, como Tunísia e Líbia, parcerias estratégicas de infraestrutura com países como Nigéria e Níger, e vínculos emergentes com Estados subsaarianos, como Zimbábue e Uganda. Indicadores de rede, como grau de centralidade e modularidade, confirmam o papel da Argélia como um nó central nas arquiteturas de energia e segurança de África. Os resultados sugerem uma transição deliberada do bilateralismo para o regionalismo estrutural, posicionando a Argélia como um mediador estratégico em um sistema continental cada vez mais interligado.

PALAVRAS-CHAVE

Argelino. África. Segurança. Energia.

Recebido em 8 de julho de 2025

Aceito em 12 de agosto de 2025⁵⁵

Traduzido por Gabriele Lima de Souza

5 Como citar: Benguita, Mourad. 2025. “Mapeamento da política externa da Argélia na África por meio da análise de redes complexas: dinâmica de segurança e energia (2019–2025).” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 50-80. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.148664>.

FRANÇAFRIQUE, O NEOCOLONIALISMO E A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOLPES DE ESTADO NA ZONA DO FRANCO (2020 - 2023)

Mussa Jau¹

Karine de Souza Silva²



Introdução

Nos últimos anos, os países francófonos da África foram palcos de golpes de Estado desencadeados pela classe castrense inconformada com os regimes vigentes entre 2020 e 2023. Com os eventos que ocorreram no Mali, Burkina Faso, Gabão, Níger e Guiné-Conacri, foi possível constatar algumas similaridades nas justificativas invocadas pelos protagonistas dos golpes, tais são: depressão econômica, insegurança ou a falta do progresso no combate ao terrorismo, corrupção e, por fim, mas não menos importante, o combate ao imperialismo econômico e o neocolonialismo da França no continente.

A população aparenta estar alinhada com os ideais dos atuais regimes militares e demonstra o seu descontentamento em relação ao histórico de atuação diplomática, militar e econômica da França no continente. Por conseguinte, mobilizaram-se manifestações incisivas frente às embaixadas francesas praticamente em todos territórios afetados — nas quais a população exigiu a expulsão do corpo diplomático francês, a saída de países africanos da

1 Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. E-mail: mussajau@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1315>.

2 Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. E-mail: karinedesouzasilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9212-8818>.

Zona do Franco³, e, consequentemente, a desinstitucionalização do Franco CFA⁴, delimitado aqui como o objeto da pesquisa.

Importa salientar que o golpe de Estado tem sido um fenômeno muito contestado no cenário político africano. De um lado, os governantes depostos e seus aliados tendem a caracterizar os protagonistas de golpes como rebeldes e violadores da constituição. De outro, os perpetradores apresentam-se como patriotas que buscam a soberania popular, destituindo os governantes serviçais do neocolonialismo (Marsteintredet e Malamud 2019).

É necessário reparar que, por trás dos golpes de Estado na Zona do Franco, existe uma narrativa segundo a qual eles representam uma luta contra o neocolonialismo. Portanto, neste artigo, defende-se que esses golpes representam o fim da *Françafrique*, isto é, a queda do imperialismo econômico que contribuiu para a periferização da maioria dos países da África subsaariana. A necessidade de saída da união monetária está atrelada aos termos anacrônicos dos acordos que instituíram a moeda colonial francesa, o Franco CFA. A compreensão da origem da instabilidade política governativa que se criou nessa região requer uma revisão histórica e uma análise sofisticada das relações franco-africanas, que começa na deflagração de independências das nações francófonas e se estende até o desdobramento dos complexos acordos de cooperação econômica firmados no período colonial e mantidos na contemporaneidade.

Neste artigo, discute-se o papel do Franco CFA e o seu futuro dentro da atual conjuntura política franco-africana. Esta análise é importante porque traz um elemento histórico crucial: o Franco CFA, pouco explorado em investigações sobre os conflitos na África. Aliás, como atesta Diallo (2018), o Franco CFA é um pilar esquecido da colonização. Entretanto, nesta abordagem, iremos explorar como as questões econômicas são tão importantes quanto as questões políticas para entendermos o levante militar nesses países.

3 A Zona Franco foi criada pela França em 1939, antes dos países franco-africanos conquistarem as suas independências (Verschave 1998). O objetivo primordial era potencializar as trocas comerciais entre as colônias francesas por meio de um mercado comum. Entretanto, em 1945, o império francês decidiu criar uma moeda única para as suas colônias, fato que transformou Zona Franco em uma união monetária. Trata-se de um sistema monetário que atualmente engloba 14 países africanos, não só os francófonos, mas também outros países, como Guiné-Equatorial (antiga colônia espanhola) que aderiu em 1985 e a Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) que se juntou ao sistema em 1997.

4 Na reportagem feita pela BBC News (2024), é possível observar a insatisfação da população com o desempenho de antigos regimes eleitos democraticamente, ao mesmo tempo em que, se manifesta o seu sentimento o descontentamento em relação à presença da França no continente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rwt9JwrZuE4&t=491s>, acessado no dia 02/09/2024.

Para tanto, fizemos uma pesquisa de caráter qualitativo, através da interpretação dos atuais fenômenos políticos que se desenham na “simbiose” França-África como, por exemplo, os golpes de Estado e a sua relação com as lutas anti-(neo)coloniais. Ainda, neste sentido, as inferências foram feitas a partir do método hipotético-dedutivo proposto por Popper (1975), associando-o às técnicas de análise de discurso e pesquisa bibliográficas em fontes primárias e secundárias, tais como livros, artigos, teses, documentários, jornais e entrevistas.

Como de praxe, o artigo contém quatro seções além da introdução e da conclusão. Na primeira parte, foi feita uma breve conceitualização do neocolonialismo; na segunda, foram exploradas as independências dos países franco-africanos e a constituição da *Françafrique*; a terceira seção foi ocupada com as análises das relações econômicas franco-africanas; na quarta seção, analisou-se a deflagração de golpes de Estado na região e a rejeição ao neocolonialismo francês.

Uma breve conceitualização sobre o neocolonialismo

É comum entre os pesquisadores da política africana o uso do termo “independência” para referir-se aos países africanos “descolonizados”. O termo em si não está errado, mas não define a condição dos Estados africanos dentro do Sistema-Mundo moderno, uma vez que a maioria destes, senão todos, dependem sistematicamente do Ocidente para assegurar os desafios da governança interna.

Diríamos que a “descolonização” trouxe a autodeterminação para os países africanos e não necessariamente a independência. Aliás, nenhum país do sul global deve ser visto como “independente”, sobretudo quando este não é autossuficiente no setor econômico, político e securitário. A autodeterminação significa o livre arbítrio, ou seja, que um povo tem a liberdade de definir estatuto político para o seu país e ser autônomo, sem que sofra imposição de nenhuma força externa. Em resumo, nem todos os países descolonizados são independentes, de maneira que muitos deles continuam dependentes e subservientes de sua ex-metrópole. Os termos dos acordos que regem a cooperação econômica entre a França e suas antigas colônias comprovam isso (Pigeaud e Sylla 2018).

Até hoje os países francófonos da África sofrem dominação simbólica e material de Paris — concebida como neocolonialismo, isto é, a nova forma de colonização. Trata-se de uma colonização por vezes branda, e outras não,

na qual os países africanos são juridicamente independentes, no entanto, os seus sistemas econômicos e políticos são dirigidos por uma mão invisível da ex-metrópole. Na verdade, o neocolonialismo, como atesta Uzoigwe (2019), é uma prática de permissão da independência a um país no sentido de transformá-lo em cliente. E, neste contexto, é relevante enfatizar a agência conivente dos setores internos com as práticas imperiais, como bem ressaltava Fanon (1968).

Do mesmo modo, Nkrumah (2011), um dos principais idealizadores desse conceito, chamava atenção para a persistência do colonialismo mesmo depois da independência formal dos países africanos. Para esse autor, o neocolonialismo representa o último estágio do imperialismo, que não se configura no neo-imperialismo e, talvez, seja a fase mais perigosa do imperialismo, haja vista ao seu *modus operandi* difícil de se decifrar e de se combater.

Segundo Amin (1973), o neocolonialismo significa um sistema de influência econômica, política e cultural implementada desde a colonização e que vem se manifestando negativamente nos países colonizados durante o pós-colonialismo. Um dos exemplos incontestáveis do neocolonialismo é a moeda colonial francesa, o Franco CFA, criada durante o jugo colonial e que ainda persiste em uso, mesmo com as inúmeras denúncias de suas inconveniências para as economias da Zona Franca.

Importa salientar que o neocolonialismo que está sendo discutido no contexto africano, e que nos interessa nesse artigo, é aquele que se iniciou na segunda metade do século XX, isto é, um sistema de dominação política que usa como meio de coerção os agenciamentos econômicos, financeiros e políticos para se perpetuar (Lopes 2011). Dessa forma, no caso da crise sociopolítica que se desdobra em revolta popular nos territórios coloniais, os governos locais são substituídos por outros governos igualmente subservientes da metrópole, seja pela intervenção militar ou por meio de financiamento das eleições fraudulentas (Nkrumah 1967).

No caso da Zona do Franco, setores que se declaram como anti-(neo) coloniais têm mobilizado narrativas segundo as quais os golpes de Estado são movimentos revolucionários que visam romper os laços paternos que restam com o colono, para assim formar um Estado verdadeiramente soberano e independente. É oportuno pontuar que, na África-francófona, como evidenciamos na seção subsequente, o neocolonialismo tem o seu nome específico: *La Françafrique*.

Do colonialismo ao neocolonialismo: a criação da rede *Françafrique*

Após a descolonização, a França se tornou, de longe, uma das antigas potências coloniais que mais exerce influência cultural, política, econômica e militar na África, especialmente nas zonas francófonas, apesar das independências formais de suas ex-colônias. Isso se deve à estratégia difundida pela França no auge da pressão da comunidade internacional pela descolonização entre os anos 1945 e 1980.

Nesse contexto, a França, ciente da invencibilidade dos movimentos anticoloniais, optou por negociar o reconhecimento das independências de sua zona de influência por vias “pacíficas”. No entanto, essa soberania veio com os acordos de cooperação em diversas áreas, entre elas destacam-se: cultural, militar e econômica. Na cultural, os termos desses acordos obrigavam os países colonizados a adotar a língua francesa como a língua oficial. Na área militar, as antigas colônias concordaram com os termos que previam a livre circulação dos oficiais franceses e instalações de bases militares da França em seus territórios, com a prerrogativa de intervenção das tropas francesas em caso de ameaças aos interesses da França. Por fim, no âmbito econômico, os países franco-africanos concordaram em fazer parte da Zona do Franco e, consequentemente, com o uso do Franco CFA, moeda colonial francesa (Ligot 1964).

Dessa forma, os acordos em questão possibilitaram a presença contínua da França no continente, exercendo, até certo ponto, a mesma influência que teve durante a colonização, não obstante algumas restrições meramente burocráticas. Esse modelo de descolonização, amigável por sinal, rendeu ao império francês uma profunda simpatia dos líderes africanos, ao ponto de Félix Houphouët-Boigny, o primeiro presidente da Costa do Marfim, pela primeira vez usar o termo “*Françafrique*” em 1975, para demonstrar gratidão e as boas relações que se pretendia manter com o Estado francês mesmo depois da independência (Sena 2012; Verschave 1998; Verschave 2004).

Entretanto, convém ressaltar que a célula da *Françafrique* foi fundada por Charles De Gaulle e Jacques Foccart em 1958, sob a premissa de manter influência no continente nos períodos pós-coloniais (Verschave 1998)⁵.

5 Nessa época, no contexto europeu, pairavam as ideias de que, para que um país pudesse ser considerado uma potência mundial, precisava ser auto-suficiente em recursos naturais (Marques 2017). E a França era (e ainda é) dependente dos recursos naturais das suas ex-colônias. Como por exemplo, a Argélia é reconhecida pelo governo francês como sua principal fonte de abastecimento do petróleo e gás (Verschave 1998).

Segundo Chazan (1992), a partir dos anos 1960 — período que se seguiu às independências —, a relação *Françafrique*, após uma exaustiva investigação, foi comprovada ser baseada na corrupção e no clientelismo por intermédio da cooperação para o desenvolvimento. Para Verschave (1998), trata-se de uma rede de aprisionamento das matérias primas, a qual integra as lideranças africanas alienadas e os governantes franceses que lutam para manter as antigas colônias sob controle, como uma estratégia de ter acesso aos insumos necessários para alimentar a estrutura econômica de Paris.

Desde o início do século XX, a França adotou uma estratégia de subalternização político-educacional, por meio da concessão de bolsas de estudos aos líderes africanos selecionados com a pretensão de se tornarem futuros aliados. Um exemplo foi o caso do líder e primeiro presidente do Senegal, Sédar Senghor, que foi condecorado com uma bolsa de estudo em uma das instituições de ensino francês nos anos 1928 (Sena 2012). Este, posteriormente, tornou-se deputado do Senegal dentro da Assembleia Nacional Francesa. Do mesmo modo, Omar Bongo, do Gabão, também recebeu formação militar numa das instituições francesas e foi membro do Serviço Secreto da França. Mais tarde, tornou-se presidente do seu país por 42 anos, ou melhor, até a sua morte.

No contexto da Guerra Fria, quando uma parte da África aderiu ao socialismo soviético, e outra, ao capitalismo, a França entrou na disputa no pós-independência, utilizando-se da estratégia de conceder “apoio” econômico, militar e político para que aliados nativos chegassem ao poder; e os que lá se encontravam recebiam ajudas especiais para serem reeleitos, e continuarão a governar com “segurança” (Sirag 2014; Anani 2023). Este argumento corrobora com a observação de Verschave (2004), quando o autor afirma que a política africana da França é extremamente hostil à democracia, tendo em conta as suas posições e intervenções arbitrárias a favor dos líderes vistos como “amigos da França”. Ou seja, só chega ao poder — e nele permanece — o governante que apoia a presença agressiva da ex-metrópole e faz vista grossa à relação paternal e exploratória da *Françafrique*.

Destarte, os líderes africanos beneficiados, por sua vez, facilitam o acesso da França aos recursos naturais e priorizam as empresas francesas em caso de contratos para serviços de alta relevância econômica, fato que leva o país europeu a cristalizar cada vez mais suas influências na região e ampliar sua larga vantagem em relação aos seus concorrentes no mercado africano. Verschave (2004) aborda com precisão o papel das lideranças africanas para o domínio da França no continente. Nota-se, portanto, que a instabilidade política nesses países, em parte, deriva da relação de clientelismo entre o

Estado francês e algumas lideranças africanas, na medida em que criam rede de controle dos recursos para os ganhos relativos que garantem apenas a manutenção do *status quo* da metrópole e as regalias de um grupo restrungido de marionetes nativos.

Atualmente, entre os setores internos declarados anti-imperialistas, o termo *Françafrique* é usado para caracterizar a dominação neocolonial da França em relação às suas antigas colônias. Assim o léxico do *Françafrique* tem sido articulado para se questionar as independências dos países da região.

Diante dessas tensões, a França tem prometido findar as assimetrias da *Françafrique* (Oliveira e Lima 2022), porém, os dispositivos de dominação colonial não foram reajustados até agora. As intervenções arbitrárias, ou sem nenhuma justificativa plausível não cessaram, de maneira que Paris continuou a usar os respaldos jurídicos dos acordos militares para coagir e defender os seus interesses geopolíticos e econômicos no continente. As intervenções na Líbia e no Mali, em 2011, e na Costa do Marfim, em 2013, têm muito a dizer sobre a “*real politik*” da França no continente e as suas incongruências entre o discurso e a prática. No que tange aos acordos econômicos, a deterioração dos termos de troca e as injustiças nos termos da união monetária franco-africana não foram sanadas, como esmiuçamos nas etapas seguintes deste texto.

Percebe-se, portanto, que a França exerce uma influência enorme no continente africano, controlando suas antigas colônias mesmo depois das independências dessas nações. No entanto, o segredo dessa influência está guardado nos acordos feitos com os países franco-africanos e o apoio de algumas lideranças africanas cooptadas e mantidas próximas das aspirações neocoloniais da *Françafrique*.

As armadilhas da Zona do Franco

A Zona do Franco foi criada em 1939 antes de os países franco-africanos conquistarem as suas independências. O objetivo primordial era potencializar as trocas comerciais entre as colônias francesas por meio de um mercado comum. Em 1945, a França criou uma moeda única para suas colônias, denominada Franco CFA. Assim, a Zona do Franco passou a ser uma União Monetária e Econômica.

Trata-se de um sistema monetário que atualmente engloba não só os países franco-africanos, mas também outros países, como Guiné-Equatorial (antiga colônia espanhola) que aderiu em 1985 e a Guiné-Bissau (ex-colônia

portuguesa) que se juntou ao sistema em 1997. Pode-se dizer que a Zona do Franco foi uma das maiores estratégias de controle e dominação entre as potências coloniais, cujos termos anacrônicos não foram alterados desde a sua criação, mesmo depois de muitos estudos comprovarem os seus desfalques para as economias integradas (Pigeaud e Sylla 2018).

O Estado francês alega que a criação da moeda única para as suas colônias tinha como objetivo protegê-las de uma forte desvalorização do franco francês depois da Segunda Guerra Mundial, mas a sua operatividade ilustra o contrário (Ligot 1964). A verdade é que, na pior das hipóteses, os termos que uniram essas economias precisam ser alterados e adequados à contemporaneidade, visto que, ao invés de impulsionarem o desenvolvimento socioeconômico local, estão agravando as dependências deste para com a metrópole.

Para efeitos de conhecimento, a moeda em questão é produzida em Paris, tendo o Banco Central da França como a única instituição autorizada a imprimir e fazer a conversão da moeda para o Euro. Além disso, sua taxa de câmbio não foi alterada desde 1999, de modo que 1 euro corresponde à 0,0015 Franco CFA (Marques 2017). Isso limita as atividades comerciais dos países que usam Franco CFA, haja vista a impossibilidade de imprimir a moeda em outros bancos que não seja o Banco Central da França, fato que evidencia a dependência desses países em relação à instituição francesa. Além disso, a moeda em questão é altamente desvalorizada no mercado internacional, de maneira que as flutuações cambiais favorecem mais outras moedas, como o Euro e o Dólar, por exemplo.

Nota-se de início o quão prejudicial é essa cooperação para as franco-africanas e como a França pode controlar o comércio desses países com ela, podendo usá-la para angariar vantagens geopolíticas no mercado africano. Sena (2012) confirma o argumento anterior quando afirma que, em 1994, os países africanos da Zona Franco sofreram uma crise econômica provocada pela própria França devido à desvalorização de 50% da moeda local. Isso ilustra a vulnerabilidade e a falta de soberania em que se encontram os países africanos em relação à França. Vê-se, portanto, que com este sistema as empresas francesas são capazes de conseguir as *commodities* a um preço acessível, uma vez que o seu Estado tem o poder de manejar o sistema econômico da Zona do Franco a seu favor, e desvalorizar a moeda local para conseguir maior excedente.

Ademais, os dados mostram que o Franco CFA diminuiu a competitividade dos seus usuários no mercado internacional. De acordo com Nubukpo (2016), a Zona do Franco chegou a perder cerca de 40% de competitividade

no comércio do algodão e outras matérias-primas com outros países que usam moedas mais fortes. Também, são alvos da deterioração dos termos de troca, porque compram os produtos estrangeiros a um preço exorbitante em moedas mais valorizadas e vendem suas matérias-primas em moeda local que é desvalorizada. Em outras palavras, os países estrangeiros compram produtos africanos a um preço baixo porque compram em Franco CFA, e exportam seus produtos para o continente a um preço alto porque vendem em Dólar ou Euro, sendo estas moedas mais valorizadas do que o Franco CFA na arena internacional.

Na verdade, a moeda francesa nem sequer conseguiu, pelo menos de maneira satisfatória, movimentar o comércio entre os países da Zona do Franco, algo esperado de uma integração monetária: facilitar o comércio entre os países integrantes. Por exemplo, em 2014, o intercâmbio comercial entre os países da união oscilava entre 2% a 3%, uma tendência muito abaixo do esperado, sobretudo quando se compara com outras regiões, como é o caso da zona Euro, onde 60% do comércio foi efetuado apenas em suas fronteiras internas (Marques 2017).

As desvantagens que os países africanos carregam justificam, parcialmente, o entrave no desenvolvimento econômico. Isso se deve aos termos anacrônicos que não foram atualizados para amenizar os desafios da contemporaneidade. Por exemplo, ao produzir dinheiro, o Banco Central da França obriga seus clientes a deixarem 50% dos excedentes de câmbio em uma conta de operação francesa, ou seja, só é permitido a circulação da metade da massa monetária produzida para a Zona do Franco (Kormaz 2019). Entretanto, essa porção não é suficiente para assegurar o mercado africano e, além disso, o pacto de moeda comum dificulta aos países africanos a consecução dos créditos dos bancos e investimentos das grandes corporações.

Geralmente, os bancos são descrentes em conceder créditos a esses países que não possuem controle total dos seus capitais, porque a metade de suas rendas são administradas por instituições estrangeiras. Marques (2017) atesta que os créditos ofertados pelos integrantes da Zona do Franco correspondem a 20% do PIB (Produto Interno Bruto) de todos os países desta organização, enquanto na zona Euro os créditos equivalem a 100% do PIB da região.

Ademais, a falta de capital suficiente no mercado africano resultaria na baixa capacidade de compra dos cidadãos e, portanto, esse não seria atrativo para grandes investimentos; sem investimentos de grandes empresas, o desenvolvimento socioeconômico torna-se cada vez mais atroficante. Dessa maneira, as empresas francesas são as únicas que conseguem fazer um

investimento seguro nessa zona, com uma larga primazia sobre as demais empresas internacionais.

Não há dúvidas de que a relação privilegiada entre a França e suas ex-colônias trouxe mais vantagem para empresas francesas em relação às outras firmas concorrentes, como as dos Estados Unidos (EUA) e as da China, por exemplo, na corrida para o mercado africano. Os líderes franco-africanos priorizam as empresas nacionais/multinacionais francesas, como Total, Areva, Bolloré, Bouygues e TotalEnergies — em casos de contratos de alta relevância econômica (Ligot 1964; Diallo 2018) — levando assim a ex-metrópole a ampliar a sua vantagem em relação aos seus rivais. A título de exemplo, a empresa petrolífera Total, criada em 1924 durante a colonização, está presente em 36 países africanos com contratos bilionários para a extração de recursos energéticos. É uma das sociedades com mais postos de combustíveis no continente. Isso se deve a continuidade do pacto colonial que obrigava os países francófonos a negociar os seus recursos naturais primordialmente com as corporações francesas.

Entretanto, a influência francesa no continente parece ter sofrido alguns reveses, perdendo postos para a concorrente chinesa, depois de reações internas contra contratos leoninos. Por exemplo, em 2019, a empresa francesa Bolloré perdeu um contrato para a construção de ferrovias que ligam Costa do Marfim ao Benin em detrimento de uma empresa chinesa (Kormaz 2019). Além disso, os líderes africanos que assumiram o poder após os golpes (2020 – 2023), argumentam que irão acabar com os privilégios da França, e abrir mais espaços para outras potências, entre elas destacam-se a Rússia, a China e os EUA.

O Níger é, entre os países francófonos, o principal parceiro comercial da França, aliás, a segurança energética do país europeu é extremamente dependente do urânio nigerino, motivo pelo qual o país abriga diversas empresas francesas de mineração. O líder do golpe de Estado, Mohamed Bazoum, acabou com a base militar da França instalado no Níger desde a época colonial, e afirma que vai tirar o país da Zona do Franco e expulsar as empresas francesas que operam no país. Do mesmo modo, os outros Estados assolados pelos golpes, Mali e Burkina Faso, ameaçaram sair da Zona do Franco.

Essas deliberações com certeza irão impactar o tesouro francês, não só pelo lucro que a moeda Franco CFA traz às contas de operação francesa, mas também pelas barreiras tarifárias que os países franco-africanos podem impor às empresas francesas na barganha para o acesso aos recursos naturais. Isso resultará na perda parcial de influência da França e na ascensão dos seus

concorrentes no mercado africano, como a China, que vem se destacando nesse quesito.

Pela descrição histórica dos termos que instituíram o Franco CFA, nota-se que ela foi criada para manter as dependências das ex-colônias francesas nos períodos posteriores à colonização. Dessa forma, a renúncia do Franco CFA significaria o desmantelamento de uma das células fortes da *Françafrique*. No entanto, dada a influência da França sobre alguns governantes africanos, o despejo da Zona do Franco só será possível, em primeiro lugar, com a destituição destes, e, em segundo lugar, com a criação de uma moeda única que represente os valores pan-africanistas e que preze pelo desenvolvimento da África a partir de seus princípios e termos.

Narrativas sobre os golpes de Estado e suas relações com a Zona do Franco

O golpe de Estado é definido como a tomada de poder político de forma inconstitucional, isto é, sem que seja por meio de uma eleição justa e transparente, na qual o povo escolhe o seu governante (Luttwak 1969; Mwai 2023). Trata-se de ação ilegal veementemente execrada pela comunidade internacional, com base nos preceitos democráticos. No contexto africano, as justificativas para a deflagração de golpes de Estado também os relaciona às lutas de classes entre a burguesia nativa que se constituiu durante o colonialismo e os nativos desprivilegiados da colonização — revolucionários que nunca se curvaram aos ditames senhoriais e aos seus súditos autóctones (Fanon 1968; Nkrumah 1967; Marx e Engels 2012; Nkrumah 2018). Desta forma, pelo menos em alguns casos, golpes passaram a ser tolerados pela população, já que se alinhavam com a história da colonização e o processo de lutas anticoloniais.

Os colonos não dividiram apenas os territórios, eles também criaram, por meio da velha tática conhecida como “dividir para reinar”, as classes sociais dentro da sociedade africana colonial (Nkrumah 2018). Cooptou-se um grupo de líderes africanos para formar a classe burguesa colonialista nativa, deram-lhe certos privilégios, como a alfabetização, por exemplo, que os distancia da maioria dos colonizados não-alienados (Fanon 1968; Verschave 1998). Essa burguesia passou por um processo de cooptação, foi condecorada e formada para assumir, futuramente, o lugar do colono e governar o resto dos colonizados. Destarte, por questões de sobrevivência ou ganância,

tornaram-se conservadores e reacionários à qualquer que seja a revolução anticolonial articulada pela classe operária/desprivilegiada do colonialismo.

De certa forma, a África ficou dividida entre os reacionários nativos que lutam pela manutenção do colonialismo e os nativos revolucionários que prezam pela libertação do continente do jugo colonial. Essas cisões dificultaram a luta pela independência e contribuíram para o fracasso do Pan-africanismo, o movimento que surgiu durante o século XIX nos Estados Unidos para unificação dos povos africanos do continente e da diáspora contra o racismo e em prol anticolonialismo e do anti-imperialismo. Não obstante, a resistência pela autonomia total continuou em alguns países africanos, principalmente os lusófonos e anglófonos, de maneira que a independência foi conquistada, custando suor e sangue dos nacionalistas revolucionários. Na Zona do Franco, como visto ao longo desta abordagem, os movimentos anticoloniais foram muito tolerantes, motivo pelo qual as suas independências não se solidificaram.

Dessa forma, no período pós-independência, os golpes surgiram como consequências de luta de classe, na qual os nacionalistas visam destituir os políticos serviais do neocolonialismo. Também, existem situações em que os reacionários — alienados — usurpam o poder para pôr em prática os ideais dos senhores neocoloniais que financiam a sua ascensão ao poder. Assim, no pano de fundo dos golpes ocorridos na Zona do Franco entre os anos de 2020 e 2023 sobressaem-se diversos interesses, entre os quais, aparecem motivações anti-(neo)coloniais contra as elites e as políticas franco-africanas que permanecem ativa desde a colonização. Por mais execrável e antidemocrático que possa ser qualquer tipo de golpe, observa-se que na África existe, em alguns casos, um componente de insurreição anticolonial.

Por exemplo, o golpe de Estado de 2023 no Gabão é uma evidência da queda da dinastia da família Bongo. O então presidente deposto, Ali Bongo, que esteve no poder durante 14 anos, é primogênito de Omar Bongo, ex-oficial do Serviço Secreto da França, que governou o Gabão durante 42 anos. Ou seja, esse país foi governado pela mesma família (pai e filho) durante 56 anos. Com efeito, esse golpe revela uma luta pela soberania nacional, que pode condicionar, de igual modo, o processo de redemocratização desse país, caso os perpetradores decidam entregar o poder ao povo por meio da organização de eleições justas e transparentes. Nesse sentido, os autores Suma e Caomique (2024), na obra intitulada “Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel”, argumentam que essas insurreições suscitem estratégias descolonizadoras que poderiam pavimentar caminhos para um

processo de redemocratização em países com as conjunturas democráticas debilitadas.

O autor Chinweizu (1975), em sua obra intitulada “*The West And The Rest Us: White Predators, Black Slavers And The African Elite*”, atesta como é que a França contribui para a instabilidade política e econômica na África. O especialista em política internacional, Simon Pascal Alain Handy, argumentou em uma entrevista à “*France 24*” que os recentes golpes de Estado na região do Sahel devem ser encarados como meios para libertar estas nações dos legados do colonialismo (Handy 2023).

Como foi aludido, a presença da França no continente foi estabelecida por meio da rede *Françafrique*, objetivada para controlar a exploração dos recursos naturais e o capital financeiro na África. Os acordos de cooperação com as suas antigas colônias são apontados como origens das condições econômicas subalternas e de incessantes instabilidades políticas do contexto franco-africano (Pigeaud e Sylla 2018; Sirag 2014; Sylla 2024). Destarte, a expulsão de tropas francesas e os seus corpos diplomáticos, assim como o manifesto de saída da Zona do Franco no Níger, Mali e Burkina Faso têm sido interpretados como sinais de rejeição coletiva à França, e uma busca pela soberania econômica a partir da queda daquilo que consideramos alicerce do neocolonialismo francês, o Franco CFA.

Com efeito, os debates referentes à saída da Zona do Franco e a possibilidade da criação de uma moeda alternativa são tão antigos quanto a própria moeda Franco CFA. Aliás, havia lideranças africanas que nunca concordaram com os termos da integração econômica franco-africana propostos pela metrópole naquela época. Desde então, a cédula francesa se tornou pivô dos conflitos internos entre os países africanos e entre uma parcela destes com a França. Depois da sua instituição, tanto os ativistas que posicionaram contra a integração monetária, quanto os países que cogitaram sair dela sofreram represálias, não só da França, mas também dos próprios líderes africanos alinhados com os ideais do imperialismo francês.

O primeiro país a recusar a independência parcial em relação ao império colonial francês foi a Guiné-Conacri, em 1958, quando as lideranças dessa nação, por meio de um referendo, disseram “*non à la colonisation*”. Na sequência, o país africano decretou a sua saída da Zona do Franco e anunciou imediatamente a criação de uma moeda independente denominada “Franco Guineense”. Essa decisão levou França a isolar a sua antiga colônia e procurou desestabilizá-la produzindo cédulas falsas da Franco Guineense e distribuiu-as secretamente para a população, condenado assim o país a uma inflação incontrolável e uma crise socioeconômica sem precedentes.

Em resumo, a Guiné Conacri conseguiu superar a crise e permanece ainda fora da integração sem perspectiva de voltar.

Em 1963, o então presidente do Mali, decidiu abandonar a Zona Franco para criar o “Franco Maliano”, três anos depois do seu país tornar-se independente. Em consequência disso, o país sofreu isolamento econômico e político dos seus vizinhos da África Ocidental e, claro, da França. Do mesmo modo, o presidente do Togo, Sylvanus Olympios, elaborou um projeto ambicioso para a emancipação monetária que propunha a criação da moeda para o seu país. Todavia, a moeda não chegou a ser institucionalizada, pois Sylvanus foi assassinado no mesmo ano por um grupo de milícias treinadas pela França — entre os integrantes estava o autocrático Etienne Gnassingbe Eyadema, que mais tarde se tornaria presidente do Togo em 1967, cargo que ele ocupou durante 38 anos, até a sua morte (Louati 2023).

Ao nível regional, foram criadas organizações de integração econômica e iniciativas para a união monetária entre os países africanos, especialmente os da África Ocidental, região onde predominam ex-colônias francesas. Entre essas iniciativas, destaca-se a União Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que contempla os países francófonos como Benin, Burkina Faso, Mali, Níger, Senegal e Togo. A UEMOA é uma união monetária dentro da organização de integração regional chamada CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), criada em 1975 e hoje composta por 15 países africanos. Importa salientar que, dentro da CEDEAO, consta também a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) desde 2000, para os países⁶ que não fazem parte da UEMOA (Mendes 2014). Ou seja, já havia os planos para a substituição do Franco CFA, porém, faltavam arranjos políticos e institucionais para pôr em prática essa ambição.

Entretanto, a ideia de criar uma moeda única para o continente foi lançada pela primeira vez em 1983, na Guiné-Conacri, durante a cúpula dos chefes de Estado (Mendes 2014). Foi também nessa ocasião em que se criou o Programa de Cooperação Monetária da CEDEAO. No entanto, houve muitos entraves para o seu avanço, posto que a cooperação monetária entre os Estados da África ocidental esteve/está muito atrasada em termos de convergência políticas macroeconômicas, levando assim à postergação da efetivação de moeda única para 2004, 2009, 2015 e 2020. Isso se deve à falta de comprometimento dos Estados africanos, tal como mostra o relatório de 2016 de CEDEAO:

6 Gana, Gâmbia, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.

[...] apenas um país (a Libéria) conseguiu respeitar os critérios estabelecidos. Com a exceção do rácio do défice orçamental/PIB, a maioria dos países da UEMOA respeitam os 5 critérios de convergência, exceto o Togo que segue 4 critérios, com o rácio da dívida pública/PIB acima do limite. O Gana, a Serra Leoa e a Gâmbia são os mais atrasados em termos de convergência, todos com apenas 2 critérios respeitados. Nota-se as dificuldades dos Estados membros da CEDEAO no que diz respeito ao cumprimento da disciplina fiscal, nomeadamente o limite do défice orçamental fixado a 3% do PIB. Em 2016 apenas 3 países (Guiné-Conakry, Libéria e Nigéria) conseguiram manter-se nos limites. Nota-se igualmente, a persistência da inflação na Nigéria, Gana e Serra Leoa com índices aproximadamente de 15,7%, 17,5% e 10,8% respectivamente (Djalo 2019, s.p.).

Ora, a atual conjuntura política franco-africana trouxe, novamente, os debates sobre a independência monetária na África. As denúncias sobre a depressão econômica levaram a CEDEAO a anunciar, em 2021, o novo pacto de convergência para o projeto da moeda única africana — ECO —, cujo lançamento está previsto para 2027.

Inferese que a crescente impopularidade da França na região e os discursos dos insurgentes sobre a necessidade de “descolonização” das políticas e instituições monetárias, podem apressar a convergência da cooperação monetária africana rumo à efetivação de uma moeda independente, provavelmente a ECO. Ou seja, a série de golpes de Estado que ocorreram na Zona do Franco pressupõe o início do fim da era da moeda colonial francesa.

Conclusão

A descolonização remete a um contexto sociopolítico controverso, onde as rupturas se misturam com as continuidades, o que sugere uma ressignificação das independências dos países colonizados. No caso da África francófona, percebeu-se que a colonização francesa cristalizou as estruturas de dominação econômica, deixando os Estados africanos cada vez mais dependentes.

De certa forma, isso gerou depressão econômica, revoltas populares e uma certa aversão aos governantes que mantêm relações próximas com a potência europeia. Diante disso, por trás de alguns dos recentes golpes de Estados na África-francófona há interesses de destituição de tais governantes, mas também há fundamentos de rejeição à política neocolonial francesa, e à Zona do Franco, bem como desejos de estabelecimento de uma moeda

independente, uma vez que não se pode falar do fim do neocolonialismo francês na África, sem a desinstitucionalização efetiva do seu dispositivo chave: o Franco CFA.

Não obstante, é preciso reconhecer igualmente a ambiguidade e os riscos dessas sublevações, pois, apesar dos discursos emancipatórios difundidos pelos insurgentes, os golpes são, sempre, ataques à democracia. Ademais, não se pode negligenciar que as dinâmicas neocoloniais têm flertado com outras potências internacionais, como a China e a Rússia, que, após a propagação de “políticas anti-França” na região, vêm se destacando como principais atores no teatro geopolítico do continente. Essa suspeição nos leva a sugerir pesquisas futuras que se engajem nos desafios da governança pós-golpes e nas transformações da ordem sistêmica dentro da conjuntura política e econômica franco-africana.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir. 1973. *Neo-Colonialism in West Africa*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Anani, Gregoire. 2023. “Golpes de Estado de política internacional em países africanos francófonos causas, consequências e respostas internacionais”. *Revista Africana de Ciência Política e Relações Internacionais* 17 (4):54-64.
- BBC News. 2024. “O que explica a onda de golpes militares na África”. *BBC News*, 09 de setembro de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=rwt-9JwrZuE4&t=491s>.
- Chazan, Naomi. 1992. *Politics and Society in Contemporary Africa*. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Chinweizu, Ibekwe. 1975. *The West And The Rest Us: White predators, Black Slavers And The African Elite*. New York: Rondon House.
- Djalo, Suleimane. 2019. “Os ecos da ECO: a moeda comum da CEDEAO”. *Vida Econômica*, 27 de novembro de 2019. <https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1>.
- Diallo, M. Alpha. 2018. “As relações franco-africanas: O Franco CFA, um pilar esquecido da colonização.” *Revista Intertelas*, 21 de setembro de 2018. <https://www.intertelas.com/single-post/2018/09/21/as-relacoes-franco-africanas-o-franco-cfa-um-pilar-esquecido-da-colonizacao>.
- Fanon, Frantz. 1968. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Handy, P. A. Simon. 2023. “Global Think Tank analysis on military coup in GABON”. *Entrevista France* 24, 01 de setembro de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=hwNCUVezsyg>.

- Kormaz, Tugba. 2019. “La Françafrique: the special relationship between France and its former colonies in Africa”. *INSAMER*, 1-12.
- Ligot, Maurice. 1964. *Les accords de coopération entre la France et les États africains et malgache d'expression française*. Réédition numérique. Paris: La Documentation Française.
- Lopes, A. M. Henriques. 2011. “Neocolonialismo na África”. In *Dossiê - II Seminário Sankofa- Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Ano IV, Nff 8.
- Louati, Yasser. 2023. “Franco CFA: a moeda que mantém 14 nações africanas como coloniais francesas”. *Estratégia Global*, 26 de março de 2023. <https://estrategiaglobal.org/2023/03/26/franco-cfa-a-moeda-que-mantem-14-nacoes-africanas-como-coloniais-francesas/>.
- Luttwak, Edward. 1969. *Coup d'état: a practical handbook*. Cambridge: Harvard University Press.
- Marques C. A. Ferreira. 2017. “Influência francesa em África no século XXI: O caso do Níger”. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Marsteinredet, L. e Malamud, Andrés. 2019. “Coup with Adjectives: conceptual stretching or innovation in comparative research?”. *Political Studies* 68 (4): 1014-1035.
- Marx, Karl e Friedrich Engels. 2012. *As Armas da Crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Mendes, Degol. 2014. *Programa da Moeda Única da CEDEAO: Que Lições da Crise na Zona Euro?* Praia: West Africa Institute (WAI) – Instituto de África Ocidental (IAO).
- Mwai, Peter. 2023. Golpe no Gabão: o mais recente de uma série de aquisições militares no continente. *BBC NEWS*, 30 de agosto de 2023. <https://www.bbc.com/news/world-africa-46783600>
- Nkrumah, Kwame. 1967. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nkrumah, Kwame. 2011. “Neocolonialismo em África”. In: Sanches Manuela Ribeiro. *As malhas que os impérios tecem*. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais. Lisboa, Edições 70.
- Nkrumah, Kwame. 2018. *Luta de Classes em África*. Nova Cultura.
- Nubukpo, Kako. 2016. “Il faut sortir de l'omerta sur le franc CFA.” *Le Monde Afrique*, 30 de setembro de 2016. https://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/09/30/il-faut-sortir-de-l-omerta-sur-le-franc-cfa_5000000_3212.html.
- Oliveira, Guilherme Ziebell de, e Thiago Bernardo Lima. 2022. “Toujours pareil: as relações neocoloniais franco-africanas no século XXI.” *Brazilian Journal of International Relations* 11(1): 139-165. <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2022.vi1n1.p139-165>

- Pigeaud, Fanny e Sylla N. Samba. 2018. *L'arme invisible de la Françafrique: Une histoire du Franc CFA*. Paris: Éditions La Découverte.
- Popper, Karl S. 1975. *A lógica da pesquisa científica: Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Editora Cultrix, 2 edição.
- Sena, C. Regina. 2012. “Françafrique: a permanência francesa na África diante dos processos descolonizadores”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul.
- Sirag, Abdurrahim. 2014. “Compreendendo a Política Externa e de Segurança Francesa em relação à África: Pragmatismo ou Altruísmo.” *Afro Eurasian Studies* 3, no. 1.
- Suma, N. Paulo e Caomique P. Gomes. 2024. “Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel”. *Tensões Mundiais*, 1-28.
- Sylla, N. Samba. 2024. “The Crisis of French Imperialism: Debating Military Coups in Africa.” *Revisão da Economia Política Africana* 51 (181): 463-489.
- Uzoigwe, N. Godfrey. 2019. “Neocolonialism Is Dead: Long Live Neocolonialism.” *Journal of Global South Studies* 36 (1): 59-78.
- Verschave, F. Xavier. 1998. *La Françafrique: le plus long scandale de la République*. Paris: Stock.
- Verschave, François. 2004. *De la Françafrique à la Mafrafrique*. Paris: Éditions Tribord. ISBN 2-930390-10-7.

RESUMO

O presente artigo examina a instrumentalização do Franco CFA para o domínio neocolonial da França na África e o seu futuro na atual conjuntura política franco-africana, depois da série de golpes de Estado ocorridos na Zona do Franco entre os anos de 2020 e 2023. Para trazer a clareza sobre os impactos dos eventos em voga, recorreu-se às narrativas históricas, começando pelo processo de descolonização até o desdobramento dos complexos acordos econômicos firmados entre a França e suas antigas colônias africanas. A partir disso, exploramos o que poderia ter sido as origens dos golpes, suas consequências para a moeda colonial francesa, bem como evidenciamos a narrativa mobilizada segundo a qual eles constituem uma sublevação contra o imperialismo econômico da potência europeia no continente africano. O estudo articula teorias e metodologias anti e pós-coloniais, e desenvolve análises de caráter qualitativo.

PALAVRAS-CHAVE

Golpes de Estado. Zona do Franco. Franco CFA.

Recebido em 25 de fevereiro de 2025

Aceito em 27 de maio de 2025⁷

7 Como citar: Jau, Mussa, e Karine de Souza Silva. 2025. “*Françafrique*, o neocolonialismo e a economia política dos golpes de Estado na Zona do Franco (2020 -2023).” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 81-99. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.148664>.

POLÍTICA INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL E DE REGENERAÇÃO NO CONTEXTO DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA E MITIGAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A ÁFRICA

Kenneth Chukwuemeka Nwoko¹



Introdução

A África encontra-se numa intersecção crítica na luta global mais ampla contra as alterações climáticas, bem como nos esforços para se adaptar ao seu impacto. Por um lado, o continente tem contribuído menos para as emissões de gases com efeito de estufa e poluição de carbono em relação à sua dimensão e população. Por outro lado, está na vanguarda dos impactos devastadores das alterações climáticas: desde a intensificação da desertificação do Sahel e da África Austral às secas e condições meteorológicas extremas na África Oriental, bem como à subida do nível do mar que prejudica cidades costeiras como Lagos e Acra. Estes problemas são agravados por uma série de pressões que ameaçam os ecossistemas locais e a capacidade das comunidades de se adaptarem às mudanças ambientais, incluindo a grilagem de terras e a exploração extrativa e colonial de recursos. Infelizmente, as abordagens atuais à política internacional em torno das alterações climáticas não abordam de forma equitativa as necessidades dos Estados-nação africanos ou dos povos do continente (Grimaldi 2018).

Tomando como ponto de partida as ideias de regeneração e renovabilidade, a produção e o consumo de energia representam um dos desa-

¹ Departamento de História e Relações Internacionais, McPherson University. Abeokuta, Nigéria. Email: nwokokenneth@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4697-7813>.

fios políticos globais mais significativos, bem como oportunidades. Para os Estados-nação africanos, as questões sobre como lidar com a pobreza energética — uma condição que aflige 600 milhões de pessoas no continente — enquanto se industrializam rapidamente são primordiais. No entanto, a política internacional de energia renovável é crucial além das fronteiras da África, com implicações geopolíticas que se espalham por todo o mundo. Recursos e tecnologias de energia renovável podem remodelar o poder na África. Enquanto o colonialismo e as abordagens pós-coloniais de extração alocavam o poder em metrópoles em grande parte exógenas, o continente possui recursos significativos de energia renovável — eólica terrestre, eólica marítima, solar, hidrelétrica e geotérmica — que, se desenvolvidos soberanamente e direcionados às necessidades das populações locais, poderiam lidar com a pobreza energética e promover a industrialização local. Todavia, lidar com as mudanças climáticas e, de forma mais ampla, avançar em direção à produção e ao consumo sustentáveis exige um olhar para além das fronteiras da África. Portanto, é necessário investigar a política internacional de energia renovável com a África no centro. Para isso, são colocadas três questões de pesquisa: 1) Quais são as políticas e os marcos regulatórios essenciais para viabilizar iniciativas de energia renovável na África? 2) Quais são as perspectivas relativas à implementação e à regeneração de energia renovável na África e quais barreiras são encontradas? 3) O que deve ser considerado nas políticas internacionais de iniciativas de energia renovável, especialmente em relação a países em desenvolvimento e emergentes, e em particular na África?

Este artigo emprega uma abordagem qualitativa, utilizando fontes primárias que incluem entrevistas orais e telefônicas com entrevistados selecionados. Esses entrevistados incluem pesquisadores da Universidade de Lagos e do Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais em Lagos. O artigo também incorpora reportagens de jornais, particularmente artigos online, juntamente com informações de sites de agências de notícias internacionais como *Reuters* e *Moroccan World News*, bem como relatórios de organizações e agências internacionais como o Banco Mundial, a IEA e o Fórum Econômico Mundial. Esses dados são ainda mais enriquecidos por observações extraídas da extensa estadia do autor, como especialista em desenvolvimento e pesquisador, na África. Além disso, fontes secundárias, incluindo artigos de periódicos relevantes, livros e relatórios online foram consultadas. Os dados coletados foram examinados mediante a análise de conteúdo.

O Contexto Global da Energia Renovável e das Mudanças Climáticas, Acordos e Compromissos

A conscientização global sobre o impacto das mudanças climáticas e a necessidade de adaptação a essa ameaça existencial está aumentando devido às suas consequências globais para a humanidade e para a Terra. Com essa conscientização, a energia renovável é cada vez mais reconhecida como uma solução fundamental *a priori* para mitigar o impacto das mudanças climáticas, reduzindo drasticamente o *status quo* atual das emissões de gases de efeito estufa (Karim et al. 2018). A energia, sendo a espinha dorsal de quase todas as atividades antropogênicas, é a maior contribuinte para as emissões de gases de efeito estufa. Acredita-se, portanto, que a transição para fontes de energia limpas e renováveis poderia reduzir radicalmente as emissões de gases de efeito estufa do setor energético. Vários acordos internacionais foram promulgados para combater as mudanças climáticas, sendo o mais recente e proeminente o Acordo de Paris em 2016, que estabeleceu a cooperação e o compromisso globais na promoção de tecnologias de energia renovável (Falkner 2016).

As políticas e compromissos globais, tratados, grupos de tratados e esforços de parceria que moldam as políticas de energia renovável ao nível global giram essencialmente em torno de acordos internacionais. Desde o início do novo milênio, o mundo tem se reunido em uma série de reuniões de alto nível de chefes de Estado, fóruns e negociações para enfrentar os crescentes desafios das mudanças climáticas. Nesse sentido, diversos tratados, iniciativas e parcerias internacionais importantes foram estabelecidos, sendo o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, como mencionado anteriormente, os dois tratados juridicamente vinculativos mais significativos sobre redução de emissões de gases de efeito estufa e ações climáticas, envolvendo a participação da maioria dos países, incluindo nações africanas (Madubuegwu et al. 2021). Embora o Protocolo de Quioto se concentre amplamente na regulamentação dos países desenvolvidos para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, o princípio central do Acordo de Paris é a abordagem de compromissos nacionais determinados de baixo para cima, na qual se espera que tanto os países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos tomem medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa de acordo com suas capacidades e circunstâncias nacionais (Karim et al. 2018).

Além desses tratados legais, diversas organizações internacionais defendem e promovem significativamente a agenda global de energia renovável, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos

internacionais associados, como a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), juntamente com organizações de longa data, como o Banco Mundial. Desde a criação da ONU, inúmeras cúpulas globais importantes relacionadas ao meio ambiente e à energia foram organizadas, resultando em marcos globais significativos que moldam o futuro da energia mundial no desenvolvimento e na transição para sistemas de energia renovável, como a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) (Bolarinwa 2024). A partir da cúpula de Paris de 2015, a comunidade global se comprometeu a perseguir uma série de metas globais de alto nível sobre estratégias e ações de mitigação e adaptação climática, incluindo a transição para sistemas de energia com emissões líquidas zero até meados do século em todo o mundo — sendo apenas as nações africanas mais pobres sobrecarregadas com obrigações mais ambiciosas (Yakubu 2025).

O Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris impõem obrigações relativas à contabilização de emissões de gases de efeito estufa, conformidade e ação climática, exercendo influência ou pressão sistemática sobre as políticas energéticas dos países e as transições da dependência de combustíveis fósseis para sistemas de energia renovável (Mor et al. 2023). Isso é particularmente verdadeiro para as nações africanas e, entre esses acordos, o Acordo de Paris tem uma influência mais sistemática sobre as políticas energéticas e as escolhas dos países africanos em relação aos sistemas de energia renovável (Madubuegwu et al. 2021; Bolarinwa 2024). Contudo, é importante observar que os compromissos internacionais geralmente envolvem questões controversas, particularmente no que diz respeito ao cumprimento e à responsabilização. Uma questão controversa notável é quem deve ser responsabilizado pelo fracasso em aderir aos tratados internacionais, especialmente no contexto das nações em desenvolvimento. Apesar da ampla ratificação desses acordos internacionais, a maioria dos países em desenvolvimento tem historicamente lutado para cumprir suas obrigações. Isso se deve, em parte, à incompatibilidade entre as obrigações especificadas nos tratados e as circunstâncias sociopolíticas internas dessas nações (Ojo 2021). Grande parte dessa tensão surge da percepção, entre os tomadores de decisão dos países em desenvolvimento, de que os tratados representam imposições alheias (Mravcová 2025). Por outro lado, os debates sobre justiça global enfatizam as obrigações morais das nações industrializadas relativamente mais prósperas de auxiliar os países em desenvolvimento a cumprir suas obrigações decorrentes dos tratados, argumentando que é injusto exigir dessas nações padrões que elas não têm condições de alcançar (Newell et al. 2021). No entanto, também se observou que o estabelecimento de instituições ou estruturas para ajudar os países em desenvolvimento a cumprir suas obrigações internacionais tende a

negligenciar questões de responsabilização e conformidade (Aworawo 2024). De fato, tem havido persistentemente pouca discussão sobre o que pode acontecer se um país em desenvolvimento não buscar assistência ou recusar a ajuda oferecida. Além disso, os mecanismos de conformidade e os sistemas de responsabilização dos regimes de tratados não levam em consideração a incapacidade dos países em desenvolvimento de cumprir suas obrigações devido a restrições de recursos e às desigualdades sistêmicas na economia política global (Mor et al. 2023).

Assim, entre esses dois extremos — o desafio de conformidade dos países em desenvolvimento e a perspectiva de justiça climática sobre esse desafio — existe pouca estrutura ou consideração para abordar as preocupações dos próprios regimes de tratados. Apesar das reconhecidas desigualdades sistêmicas na economia política global, a viabilidade de os países em desenvolvimento cumprirem as obrigações impostas por tratados internacionais é raramente questionada. De modo geral, os tratados internacionais, além de sua contestada legitimidade política em relação a considerações de equidade, não exigem que essas nações enfrentem os encargos mais punitivos de conformidade dentro da política global (Mor et al. 2023). Isso evidencia, de forma clara, a necessidade de uma revisão sistemática e de marcos normativos mais robustos para auxiliar as nações africanas na transição para sistemas de energia renovável.

Tecnologias de Energia Renovável e seu potencial na África

A necessidade urgente de adaptação e mitigação das mudanças climáticas exige uma mudança global em direção a fontes de energia renováveis. Essa mudança desejada em direção a fontes de energia renováveis vai além dos imperativos de crescimento econômico. Operacionalmente, as tecnologias de energia renovável podem ser implantadas centralmente ou instaladas perto do ponto de consumo de energia. A primeira opção requer um investimento de capital substancial e o estabelecimento de uma grande rede de distribuição de energia. Esses requisitos de infraestrutura tornam a resolução da pobreza energética altamente complexa em muitas comunidades rurais na África (Aworawo 2024). Portanto, a última opção é mais viável, pois as tecnologias de energia renovável podem ser aproveitadas individualmente ou por meio de pequenos clusters para atender às necessidades locais de energia. Além disso, a energia gerada localmente reduz a dependência de combustíveis

fósseis caros que não estão prontamente disponíveis e diminui os gastos com transporte de energia. Ela proporciona, também, um caminho mais sustentável para o crescimento econômico e a industrialização, pois pode criar oportunidades de emprego locais e mitigar as preocupações ambientais associadas ao fornecimento de energia.

Em termos de potencial de energia renovável na África, o continente possui abundantes recursos de energia renovável que, se aproveitados, poderiam satisfazer suas necessidades energéticas e, ao mesmo tempo, abordar as preocupações com as mudanças climáticas. A energia solar, por exemplo, é capturada por meio de tecnologias fotovoltaicas e solares térmicas. As tecnologias fotovoltaicas podem ser implantadas em diversas escalas, desde grandes usinas a instalações em telhados de áreas urbanas, chegando a sistemas residenciais individuais. Tecnologias de calha parabólica e torre de energia são exemplos de usinas solares térmicas, que geralmente são implantadas em larga escala. Os resultados do mapeamento da irradiação solar realizado para a África ilustram claramente que o continente é geograficamente vantajoso para o aproveitamento da energia solar (Quansah et al. 2016). Mais de 80% do continente oferece excelente potencial e muitas áreas concebíveis para a captação de energia solar (Alam 2024). De fato, a África recebe, em média, os maiores níveis de radiação solar do planeta, o que é um bom presságio para as ambições do continente de fazer do sol sua principal fonte de energia, liderando o mundo em tecnologias solares. A vantagem geográfica da África, com vastas extensões de terra perto do Equador, com altos níveis de luz solar, apresenta um imenso potencial de recursos solares. O continente detém cerca de 39% do potencial solar mundial e, somente no Norte da África, o recurso solar é maior do que a necessidade total anual de fornecimento de energia de todo o continente (Grimaldi 2018). Além disso, os avanços tecnológicos e a tendência de queda dos custos da energia solar estão tornando a adoção de tecnologias solares cada vez mais competitivas. Além disso, as tecnologias solares vêm em várias formas, incluindo sistemas fotovoltaicos (PV) fixos, inclinados ou de rastreamento e sistemas de energia solar concentrada (CSP). Também conhecidos como sistemas solares térmicos, os sistemas CSP combinam energia solar, espelhos e geradores de vapor para produzir eletricidade.

Inúmeros projetos de energia solar em andamento estão espalhados por nações africanas, desde a usina de energia solar concentrada de 200 MW da África do Sul até a usina solar fotovoltaica de 140 MW em Burkina Faso (Mas'ud et al. 2016). Da mesma forma, os parques solares fotovoltaicos de Ruanda e a enorme usina de energia solar fotovoltaica de 100 MW da Etiópia no Estado Regional da Somália são implementações pioneiras de projetos de

energia solar no continente. A energia solar é crucial para a África e apresenta inúmeras oportunidades, vantagens e benefícios, incluindo acesso à energia barata e descentralizada, criação de empregos, um custo irrecuperável menor do que os sistemas de energia convencionais e, acima de tudo, energia mais limpa e verde para combater as mudanças climáticas. Similarmente, a energia solar é essencial na busca da África por industrializar, transformar e modernizar suas economias. O futuro energético do continente deve ser baseado em energias renováveis, com a energia solar como tecnologia emblemática, visto que cerca de 600 milhões de africanos vivem em pobreza energética e não têm eletricidade. No entanto, o setor de energia solar na África enfrenta inúmeros desafios, incluindo os altos custos das tecnologias solares, a limitada capacidade de fabricação e qualificação humana local, além da falta de infraestrutura adequada, entre outros. Portanto, a necessidade de políticas e recomendações para fomentar a adoção, a promoção e a implantação da energia solar é primordial. A solução para o dilema energético na África pode ser alcançada por meio de uma abordagem rigorosa e abrangente para a utilização de recursos de energia renovável, com as tecnologias solares como peça central.

De maneira similar, a energia eólica é um componente importante das energias renováveis, desempenhando um papel crucial na obtenção da segurança energética na África. O continente é dotado de vastos recursos de energia renovável, incluindo energia hidrelétrica, solar, eólica, biomassa e geotérmica. A energia eólica é um desses recursos — é local, abundante e mais barata do que os combustíveis fósseis. Com sua menor intensidade de emissão de carbono, a energia eólica é particularmente adequada para a África, o continente mais vulnerável às mudanças climáticas (Abbas et al. 2020). Os recursos de energia eólica da África são estimados em 81,312 TWh por ano, com uma vasta distribuição geográfica do potencial em todo o continente (Abbas et al. 2020). Cinquenta e sete por cento deste potencial está concentrado em três países: Líbia, Argélia e Etiópia. A Líbia detém o maior potencial de recursos de energia eólica na África, seguida pela Argélia, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Marrocos, Egito e Tunísia. Esses países estão liderando o caminho na instalação de capacidade eólica em todo o continente. Houve aceitação política de fontes de energia renováveis, particularmente a eólica, na África, marcada pelo estabelecimento da Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI) em 2015. Os impulsionadores do desenvolvimento da energia eólica na África incluem a África do Sul, que visa atingir 6.360 MW de energia eólica até 2030, com 69% disso vindo de Produtores Independentes de Energia (PIEs) como parte do Programa de Aquisição de Produtores Independentes de Energia Renovável (REIPPPP). Marrocos

também desempenha um papel significativo no desenvolvimento de energia eólica no continente africano. A energia eólica pode ser explorada usando turbinas eólicas *onshore* ou *offshore*. As turbinas eólicas *onshore* podem ser viáveis na África Austral, onde as costas e escarpas criam uma ampla gama de locais para aproveitar a energia eólica. Existem também várias áreas no interior com bom potencial eólico (Grimaldi 2018). As turbinas eólicas *offshore* não são atualmente viáveis devido aos altos custos associados à sua instalação. No entanto, a viabilidade da exploração de energia eólica ao longo das costas requer uma avaliação oportuna em estudos futuros.

Além disso, os rios africanos fornecem ao continente os meios para satisfazer suas necessidades atuais e futuras de energia hidrelétrica. A energia hidrelétrica é a segunda fonte de energia renovável mais significativa do mundo. Com seus vastos recursos hídricos, a África tem o potencial de gerar eletricidade a partir de energia hidrelétrica sem depender de combustíveis fósseis. Já existem projetos hidrelétricos em operação em todo o continente, contribuindo para a rede elétrica nacional em vários países africanos. A Etiópia é líder em potencial de geração de energia hidrelétrica na África. O Projeto Hidrelétrico de Tekeze de 640 megawatts (MW), recentemente concluído, aumentou a capacidade total de geração de energia hidrelétrica da Etiópia para mais de 1.600 MW (Adera e Alfredsen 2020). Os projetos hidrelétricos em andamento incluem a Grande Barragem do Milênio, que deverá gerar cerca de 5.250 MW após sua conclusão (Taliotis et al. 2014). Da mesma forma, a Tanzânia concluiu a Barragem de Mtera, de 184 MW, e está atualmente construindo outra barragem de 75 MW no Rio Kihansi (Domasa 2017). Em toda a África, existe uma capacidade agregada de geração de energia hidrelétrica de mais de 100.000 MW; no entanto, apenas 30% desse potencial foi explorado até o momento. Dada a crescente escassez de energia, chegou a hora da África considerar seriamente seu vasto potencial hidrelétrico e investir na regeneração de barragens em seus corpos d'água e rios (Mukheibir 2007).

Além de ser renovável, a geração de eletricidade por meio de energia hidrelétrica também é bastante confiável. Mesmo no clima continental da África, que varia de deserto a savana semiárida e regiões de floresta tropical, a geração de energia hidrelétrica não comprometeria a existência dos corpos d'água. A água represada pode até mesmo armazenar energia local por vários anos durante períodos de seca extrema. Com uma produção de cerca de 0,6 MW para cada milhão de metros cúbicos de água represada, a África tropical pode produzir uma fonte de energia significativa exclusivamente a partir da recém-projetada barragem de Lamu, com 100 bilhões de metros cúbicos, no Quênia (Andeso 2025). Barragens maiores em vários países, como as do Rio Congo, poderiam gerar até 100.000 MW de energia. A principal desvantagem

da energia hidrelétrica é sua tendência a gerar energia em larga escala e alta capacidade. Sejam grandes ou médias, as barragens de geração de energia hidrelétrica normalmente excedem o limite viável de 1 MW e exigem a construção anual de barragens de engenharia civil nos rios, o que afeta profundamente o ecossistema natural do rio. Usinas hidrelétricas fluviais poderiam ser implantadas, especialmente em países do sul da África, onde extensas redes fluviais oferecem oportunidades para o desenvolvimento de dispositivos de pequeno a médio porte em locais descentralizados (Sanusi 2022).

A energia de biomassa pode fornecer aos países africanos uma fonte de energia renovável altamente compatível com suas necessidades energéticas. Ela compreende diversas fontes de biomassa, desde biomassa lenhosa (como lenha e carvão vegetal) até resíduos agrícolas (incluindo palha de cereais, talos de algodão e espigas de milho), culturas dedicadas à energia de biomassa (por exemplo, *Jatropha* e *Azolla*), espécies arbóreas de rápido crescimento (por exemplo, eucalipto e acácia) e resíduos sólidos urbanos (resíduos orgânicos). A África é dotada de abundantes recursos energéticos de biomassa. Uma estimativa recente indica que 370 milhões de toneladas de resíduos de biomassa são produzidos anualmente na África, dos quais 51,3% são provenientes da agricultura, 32,5% de florestas e 16,2% de sistemas agro-florestais (Röder et al. 2022). As fontes de energia de biomassa são frequentemente derivadas de resíduos gerados pela agricultura, pecuária e atividades cotidianas. Portanto, o uso de energia de biomassa pode, simultaneamente, oferecer soluções para os problemas de gestão de resíduos frequentemente enfrentados por cidades e áreas rurais africanas.

A energia de biomassa pode ser sólida ou gaseificada antes da utilização. Geralmente, considera-se que se trata de resíduos orgânicos gerados por atividades agrícolas, excrementos animais ou plantas que crescem naturalmente em um ecossistema. Portanto, os sistemas de energia de biomassa são geralmente projetados em escala comunitária local, visto que os resíduos energéticos são tipicamente gerados localmente. Como resultado, seriam necessárias operações no local ou o transporte de energia para uma usina central. Sistemas implantados localmente também oferecem oportunidades duplas de crescimento econômico, pois reduzem a dependência do transporte de energia e, ao mesmo tempo, criam empregos para a comunidade local no processo de conversão de energia de biomassa. As aplicações dos sistemas de energia de biomassa variam de simples fogões a combustão a projetos sofisticados de usinas de energia.

Existem muitos projetos bem-sucedidos de energia de biomassa em diversas regiões da África, demonstrando a capacidade da tecnologia de esti-

mular as economias locais. Por exemplo, na República do Mali, briquetes de combustível de biomassa foram produzidos com sucesso a partir de resíduos agrícolas e comercializados para cozimento doméstico. Os briquetes mostraram-se mais econômicos do que os combustíveis importados de GLP (gás liquefeito de petróleo) e carvão vegetal, proporcionando trabalho gerador de renda para muitas mulheres que antes não tinham oportunidades de emprego. Em Uganda, um modelo foi desenvolvido e amplamente promovido para converter resíduos de casca de banana em briquetes de biomassa para um cozimento mais limpo e eficiente (Gumisirizaa et al. 2019).

A energia de biomassa tem maior potencial para fornecer acesso à energia a comunidades rurais fora da rede elétrica do que outras tecnologias de energia renovável, como a energia solar fotovoltaica ou eólica. As populações rurais são responsáveis por 58% do uso de energia de biomassa em toda a África, frequentemente empregando fontes tradicionais de energia de biomassa (por exemplo, lenha e carvão vegetal) para cozinhar e aquecer (Akubue 2000; Grover et al. 1994; Hall e Patricia 1983). Os países africanos também possuem ricos recursos de energia de biomassa que permanecem inexplorados e são frequentemente adequados para aplicações de tecnologia energética de pequena escala. Todavia, o desenvolvimento de energia de biomassa enfrenta múltiplos desafios (Ebhodaghe et al. 2023). O primeiro desafio é a sustentabilidade. O uso generalizado de lenha já levou a sérios problemas de desmatamento e degradação florestal em muitas cidades africanas. A energia de biomassa frequentemente compete com a produção de alimentos; a conversão de terras agrícolas em plantações de biomassa reduz a oferta de alimentos e aumenta seus preços. Uma abordagem integrada que considere a segurança alimentar, a segurança energética e a integridade do ecossistema é essencial para o planejamento da energia de biomassa.

Em segundo lugar, os sistemas de energia de biomassa são geralmente de pequena escala, exigindo grandes investimentos em terra e mão de obra, o que frequentemente os torna social e economicamente menos atraentes do que os sistemas concorrentes de grande escala. Sem políticas fortes de apoio ao desenvolvimento da energia de biomassa, a oportunidade da energia de biomassa contribuir para os esforços de mitigação das mudanças climáticas e acesso à energia na África pode ser rapidamente perdida.

Desafios e oportunidades da implementação de Projetos de Energia Renovável na África

Sendo o continente com o menor acesso à energia (IRENA e BAD 2022; Baskaran e Coste 2024) e o crescimento populacional mais rápido, investimentos substanciais em energia são necessários para que a África faça a transição para uma estratégia de crescimento de baixo carbono (Savvidou et al. 2021). No entanto, apenas US\$ 20 a 25 bilhões em financiamento público (menos de 1% do total global) são atualmente fornecidos por ano aos sistemas energéticos africanos (Savvidou et al. 2021). Além disso, o financiamento para energia tem sido destinado principalmente ao desenvolvimento de combustíveis fósseis (> 70%), levando a uma exposição significativa a riscos multidimensionais (insegurança, incerteza, volatilidade) e a resultados insustentáveis e catastroficamente prejudiciais (desde 2020, mais de 500 milhões de pessoas foram recentemente expostas à pobreza, à fome, a crises de saúde e ao deslocamento forçado), com financiamentos legalmente irresponsáveis que muitas vezes não se alinham com as prioridades das nações beneficiárias.

A África é dotada de vastos recursos de energia renovável, com um potencial economicamente explorável estimado de 350.000 TWh/ano para energia hidrelétrica, 4.400 GW para energia eólica e 5.000-10.000 GW para energia solar (Nyika e Dinka 2024). No entanto, foram identificadas barreiras críticas à implementação de projetos de energia renovável em toda a África — totalizando 17 para projetos de energia renovável de grande escala e 12 para projetos de energia renovável fora da rede (Mahrous 2016). A melhoria do acesso à energia é fundamental para o desenvolvimento sustentável da África, exigindo a implantação de 600 GW adicionais de fornecimento de energia em 55 países até 2030. Consequentemente, um investimento de US\$ 924 bilhões em infraestrutura de energia renovável deve ser facilitado, com 95% desse valor necessário para a execução de projetos prioritários em países com as estruturas mais adequadas. Portanto, compreender as oportunidades e os desafios em projetos de energia renovável é crucial para planejadores de energia, formuladores de políticas e investidores locais.

Para projetos de energia renovável em larga escala, as barreiras mais críticas são identificadas como infraestrutura de rede inadequada, disponibilidade limitada de financiamento, um ambiente político instável e hostil e a ausência de contratos de compra de energia financiáveis. Da mesma forma, para projetos de energia renovável fora da rede, as barreiras mais críticas incluem terrenos e acessibilidade difíceis, disponibilidade limitada

de financiamento, um ambiente político instável e hostil e a ausência de estudos adequados de avaliação de necessidades. Por fim, o investimento em infraestrutura de energia renovável é essencial para a implementação bem-sucedida de projetos de energia renovável em larga escala e fora da rede. Isso requer investimentos adequados na rede de transmissão, a fim de aproveitar os recursos renováveis de grande escala localizados em áreas remotas em relação aos centros de demanda, bem como o desenvolvimento de um arcabouço regulatório sólido para atrair investidores locais e internacionais, o que é imperativo para evitar situações em que os países disponham de estruturas inadequadas. O investimento no desenvolvimento de mecanismos inovadores de financiamento e em parcerias de transferência de tecnologia com países doadores pode fornecer uma via de abordar muitas das barreiras enfrentadas por projetos de energia renovável fora da rede.

Infraestrutura e desenvolvimento

O avanço de projetos de energia renovável depende significativamente de infraestrutura e investimento. A infraestrutura energética atual na África, a mais inadequada de todos os continentes em termos de acesso à energia, dificulta a implantação de tecnologias renováveis. Mesmo com um conjunto de políticas que garantam amplo apoio técnico e financeiro, experiências anteriores indicam que são necessários investimentos de capital significativos para construir redes de geração e distribuição de energia (Mahrous 2016). Estimativas sugerem que a África precisará de US\$ 55 bilhões por ano em investimentos para o desenvolvimento e acesso à energia até 2030 (IEA 2024). Sem financiamento público maciço ao nível continental para abordar diversos problemas socioeconômicos mais amplos, o setor privado deve financiar os projetos. Contudo, é improvável que o setor privado se envolva em investimentos em energia renovável quando a instabilidade política ameaça a segurança de seus investimentos. Além disso, potenciais investidores exigem estruturas políticas claras e previsíveis que garantam regulamentações e retornos transparentes. Consequentemente, embora os governos africanos devam liderar a mobilização de investimentos, eles devem garantir que a vontade política esteja alinhada com uma política econômica sólida. O fornecimento de infraestrutura pública é essencial para criar um ambiente no qual o investimento privado possa prosperar. No entanto, o papel central do setor público não exclui o papel crucial do setor privado no financiamento de projetos. Após a conclusão da infraestrutura pública, o setor privado pode se envolver em sua operação, muitas vezes de forma mais eficiente do que

o setor público. Atrair investimento privado frequentemente requer financiamento público para dar início ao projeto. Organizações internacionais de financiamento consideram investir em infraestrutura pública em antecipação a uma mudança para a operação privada. Todavia, mesmo sem infraestrutura pública, vários projetos de energia alternativa com financiamento privado foram realizados na África. O financiamento climático tem se concentrado em infraestrutura energética nos últimos anos, o que é crucial para o continente e, nesse contexto, direciona o interesse para projetos de energia renovável. Apesar disso, diversas limitações persistem (Fulga e Yao 2024). Projetos de geração de energia renovável não podem ser realizados sem abordar barreiras como acesso limitado ao financiamento público necessário para as etapas de planejamento; instabilidade política e corrupção ameaçando o retorno do investimento; uma força de trabalho pouco qualificada comprometendo a implementação bem-sucedida do projeto; e uma estrutura regulatória rudimentar que não garante a lucratividade (Pillay et al. 2025). Portanto, embora existam oportunidades de investimento em energia renovável na África, é essencial entender as necessidades e as preocupações de potenciais investidores para enfrentar as barreiras cruciais ao investimento.

Quadros políticos e regulatórios

Políticas e marcos regulatórios robustos são vitais para viabilizar as energias renováveis na África. Uma política de investimento eficaz, juntamente com um marco regulatório e institucional, deve ser implementada para promover o investimento em recursos energéticos e garantir seu desenvolvimento sustentável. As regulamentações sobre energias renováveis devem ser favoráveis aos pobres, à igualdade de gênero, à criação de empregos e ao desenvolvimento socioeconômico local (Abbas et al. 2020). Políticas que estabeleçam metas estratégicas, incentivos e uma direção-geral para o desenvolvimento e a implantação de recursos energéticos renováveis são essenciais para o sucesso da implementação de programas nacionais de energia renovável.

Os países que adotaram marcos regulatórios progressivos apresentam as melhores práticas nessa área, tendo enfrentado com sucesso os desafios encontrados em outros lugares. O incentivo de investimentos e a capacitação do setor privado é fundamental; portanto, a importância de regulamentações confiáveis e executáveis não pode ser subestimada. A fragmentação de políticas entre os níveis constitucionais pode representar um desafio para o setor de energias renováveis, assim como políticas mal formuladas (Pillay et al. 2025). Além disso, a falta de diretrizes claras sobre a coordenação de funções

entre as diversas instituições governamentais envolvidas na implementação de políticas pode gerar desafios adicionais. Políticas abrangentes que abordem os desafios, alinhadas aos compromissos regionais e internacionais, e que designem claramente uma instituição governamental para liderar a implementação de políticas, podem ajudar a superar esses problemas. Também é essencial estabelecer políticas que definam de forma precisa os papéis das partes interessadas e que incentivem sua participação ativa nos processos de planejamento e formulação de políticas energéticas. Políticas proativas podem impulsionar a agenda de energias renováveis na África.

Transferência de tecnologia e capacitação

A transferência de tecnologia e a capacitação, que envolvem o avanço e a implementação eficazes de projetos de energia renovável por meio do compartilhamento de conhecimento e habilidades, são cruciais para a África. Embora haja expectativas de que as nações em desenvolvimento avancem para caminhos de energia limpa, é vital examinar e esclarecer o que significa a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades nesse contexto (Hostettler 2015). Em sua essência, a transferência de tecnologia refere-se ao processo de transferência de conhecimento, habilidades e tecnologias de nações desenvolvidas (doadoras) para nações em desenvolvimento (receptoras), sendo o desenvolvimento de capacidades visto como o aprimoramento da *expertise* local para operar, manter e replicar as tecnologias transferidas (Platonova e Leone 2012). Um aspecto fundamental para o debate sobre equidade em iniciativas de energia renovável é a disponibilidade e a acessibilidade dos recursos necessários para desenvolver e implementar soluções eficazes. Compreender o propósito, os processos e as questões que envolvem a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades no contexto das energias renováveis é, portanto, crucial para identificar as perspectivas e os desafios que a África enfrenta ao capitalizar parcerias internacionais para tais transferências. Em iniciativas de energia renovável, a transferência de tecnologia não se refere apenas à transferência de máquinas; envolve o engajamento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto, do planejamento à implementação e operação, sendo que as partes interessadas locais precisam ter conhecimento prévio e experiência na tecnologia para se envolverem efetivamente. A maioria das tecnologias de energia renovável exige a contribuição de partes interessadas locais treinadas para operar e manter os sistemas pós-implementação; portanto, o planejamento

para transferência de tecnologia e capacitação é essencial para a construção de *expertise* local.

Isso exige a disponibilidade dos recursos necessários para elaborar e implementar com sucesso os programas de capacitação, o que pode dificultar a concretização da transferência prevista em muitos casos. Em outras circunstâncias, os recursos podem estar disponíveis, mas as expectativas dos doadores não são atendidas porque o entendimento prévio e a abordagem da transferência de tecnologia não estão alinhados com os do beneficiário. Isso destaca a necessidade de uma melhor compreensão dos processos, desafios e questões que envolvem a transferência de tecnologia e a capacitação em países em desenvolvimento.

Vários projetos foram implementados na África para fornecer às comunidades tecnologias aprimoradas de energia renovável para serviços de água e para atender às necessidades de capacitação; no entanto, esses projetos nem sempre foram totalmente bem-sucedidos na transferência da tecnologia e no desenvolvimento da capacidade necessária. Em muitos casos, cabe às comunidades identificar e mobilizar os recursos necessários para promover a capacitação, sendo que abordagens tendem a ser amplas e generalizadas, em vez de adaptadas às necessidades específicas dos usuários e das comunidades. Isso levanta questões sobre como garantir a transferência bem-sucedida de tecnologia e a capacidade de utilizá-la e mantê-la. Acumular evidências dos sucessos e fracassos de atividades passadas é vital para uma melhor compreensão das questões envolvidas. Em última análise, o desenvolvimento de energia e de capacidades humanas andam de mãos dadas e, sem pessoal qualificado, os recursos podem ser de pouco ou nenhum benefício. Portanto, no contexto de recursos abundantes, garantir oportunidades adequadas de treinamento e educação para fomentar uma força de trabalho qualificada é fundamental para que o setor de energia renovável cresça e forneça os serviços esperados.

Boas práticas: lições do Marrocos e do Quênia

Em um continente onde o setor de energia renovável é extremamente pouco pesquisado, o compartilhamento de conhecimento é fundamental para seu sucesso. Seja por meio do apoio de instituições econômicas ou de parcerias com países que implementaram estratégias renováveis com sucesso, as melhores práticas devem servir de exemplo para outras nações que buscam fazer o mesmo. Com uma esmagadora maioria da população

africana desconectada da rede elétrica, uma abordagem inovadora fora da rede elétrica é necessária, e aprender com os sucessos e fracassos do passado é extremamente importante. No entanto, também é preciso cautela ao considerar as geografias, estruturas governamentais e economias únicas em todo o continente, pois o que funciona em um país pode não funcionar em outro (Grimaldi 2018).

As iniciativas de energia renovável marroquinas

O Marrocos está emergindo como líder no desenvolvimento de energias renováveis na África. Com metas ambiciosas, investimentos substanciais e o potencial de servir de modelo para outros países africanos, o Marrocos demonstra a promessa das energias renováveis para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Atualmente, o país continua buscando sua meta de produzir 42% de sua energia a partir de fontes renováveis (Mayraz 2020). Essa meta deve ser alcançada com a implementação de novos projetos de energia renovável em larga escala, principalmente na forma de energia eólica e solar. O país adotou as políticas nacionais mais abrangentes em relação às energias renováveis, investindo fortemente no setor solar. Em nenhum lugar isso é mais claro do que no Complexo Solar Noor, que é atualmente o maior complexo de energia solar concentrada do mundo (World Energy 2023), projetado para gerar mais de 580 megawatts de energia, o suficiente para fornecer energia para 1,1 milhão de pessoas (World Bank Group 2017). Aliado à redução dos subsídios aos combustíveis fósseis, ao estabelecimento de uma agência nacional de energia renovável e à introdução de tarifas *feed-in*, o impulso do Marrocos em direção às energias renováveis é incomparável na África. Atualmente, existem quatro grandes usinas de energia solar em planejamento ou em construção no Marrocos (Kawach 2023). Além da energia solar, há vários grandes parques eólicos em construção ou em fase de planejamento. Esses projetos são amplamente financiados por investimentos estrangeiros (Sellers et al. 2015).

A geração de energia eólica está sendo desenvolvida atualmente no Marrocos. As condições no país são adequadas para a geração de energia eólica, com estimativas sugerindo que mais de 5.000 MW poderiam ser aproveitados economicamente (Choukri et al. 2017). Dezesete regiões do Marrocos foram identificadas como adequadas para a geração eólica. Vários grandes parques eólicos estão em construção ou em fase de planejamento, como parte do Projeto Integrado de Energia Eólica (Rahhou 2023), com duração de dez anos. Este projeto visa aumentar a capacidade de energia eólica de 280 MW em 2010 para 2.000 MW até 2020. Tarfaya I é atualmente a maior

usina eólica da África, com capacidade de 300 MW; foi inaugurada em 2014. Outros grandes parques eólicos também estão planejados ou em construção e, assim como os projetos solares, muitas dessas iniciativas foram realizadas por meio de parcerias público-privadas.

Além disso, a busca do Marrocos por energia renovável destaca a importância tanto do investimento estrangeiro quanto das parcerias público-privadas na expansão da capacidade de energia renovável. Projetos de energia solar e eólica envolvem uma combinação de investimentos públicos e privados, com uma quantidade substancial de investimento estrangeiro. Para projetos de energia solar e eólica, inúmeras iniciativas foram desenvolvidas por meio de parcerias público-privadas, e o governo reconheceu o papel essencial do investimento privado para atingir as metas energéticas. Essas parcerias público-privadas são vistas como um meio de aumentar a capacidade de energia renovável, visto que o governo não seria capaz de financiar todos os projetos de forma independente. De fato, durante a primeira rodada de licitações para projetos de energia solar, todos os licitantes selecionados eram empresas estrangeiras. No entanto, existem desafios dentro dessas parcerias. Muitos desenvolvedores expressam preocupações de que o governo exerça controle excessivo sobre as determinações tarifárias, que são cruciais para a lucratividade do projeto, enquanto o governo alega que os desenvolvedores frequentemente relutam em assumir responsabilidades públicas (El Hafdaoui et al. 2025).

As iniciativas de energia renovável do Marrocos mostram como os países podem alavancar esse setor para o desenvolvimento econômico e para a sustentabilidade. Os formuladores de políticas em países com capacidades de desenvolvimento e energia semelhantes às do Marrocos devem reconhecer que projetos de energia renovável podem gerar vantagens econômicas e ambientais significativas. Países que possuem recursos renováveis suficientes, como eólica ou solar, mas ainda estão em desenvolvimento, devem considerar que esses projetos podem atuar como catalisadores para um desenvolvimento econômico mais amplo. De fato, semelhante à experiência do Marrocos, o sucesso de projetos de energia renovável depende fortemente do comprometimento do governo com políticas e regulamentação, como demonstrado pelo Quênia.

Os projetos de energia geotérmica do Quênia

À medida que países ao redor do mundo buscam maior dependência de energias renováveis, o Quênia se destaca como prova de que recursos comumente negligenciados podem ser aproveitados com investimentos ade-

quados. Após a descoberta de fontes termais no Grande Vale do Rift por um ex-oficial colonial britânico e geólogo em 1923, que resultou em duas usinas geotérmicas fracassadas na década de 1950, a energia geotérmica permaneceu completamente subutilizada até o início de novos desenvolvimentos em 1986. Hoje, graças a inúmeros investimentos e à expansão da exploração, a energia geotérmica fornece 51% de toda a eletricidade gerada no Quênia (Richter 2015), tornando-se o exemplo mais bem-sucedido de utilização de recursos geotérmicos na África.

O desenvolvimento da energia geotérmica moldou fundamentalmente o crescente setor de energia renovável do Quênia, apoiado por uma política energética robusta e pela liderança pioneira da estatal Kenya Electricity Generating Company (KenGen), a maior produtora de energia da África (Maguire 2023). Contratada pelo governo para explorar e aproveitar os recursos geotérmicos ao longo do geologicamente ativo Vale do Rift da África Oriental, as descobertas da KenGen levaram à aprovação da produção de energia a partir de energia geotérmica em 1985. Leis de privatização subsequentes, em 1997, incentivaram produtores independentes de energia a ingressar no setor geotérmico, com resultados mistos para os objetivos de políticas públicas (Mori e Le 2017). A energia geotérmica é atualmente projetada como um pilar fundamental da ambição do Quênia de atingir 100% da capacidade instalada de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis até 2030 (Maguire 2023).

Conclusão

Este artigo examinou as políticas internacionais em torno das energias renováveis e da regeneração na África, considerando as perspectivas e os desafios do continente em relação à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O estudo reconhece que a África enfrenta atualmente crises e degradação ambiental devido às mudanças climáticas, mas é a região que menos contribui para esse cenário. Argumenta-se que a energia renovável é uma solução viável para que a África atenda às suas necessidades energéticas, reduzindo, ao mesmo tempo, a pegada de carbono. O estudo enfatiza os aspectos e as implicações internacionais da transição energética da África, com foco no contexto geopolítico relativo à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Uma análise das políticas de regeneração energética no contexto do desenvolvimento de energias renováveis na África destaca tanto as perspectivas quanto os desafios.

O estudo afirma que as nações africanas precisam de parcerias internacionais para apoiá-las em sua transição para as energias renováveis. Consequentemente, a necessidade contínua de investimento na infraestrutura necessária, transferência de tecnologia e capacitação é ressaltada para manter o ímpeto do desenvolvimento das energias renováveis. De modo semelhante, enfatiza-se a necessidade de estruturas políticas mais fortes para ampliar o acesso às energias renováveis, particularmente em áreas rurais e localidades remotas. Nesse sentido, a importância do envolvimento da comunidade na iniciação e condução de projetos renováveis locais é destacada, uma vez que se vislumbra uma perspectiva esperançosa para o cenário de energia renovável da África, impulsionada por sua adaptabilidade e resiliência diante das adversidades (Grimaldi 2018).

REFERÊNCIAS

- Abbas, Q., A. R. Khan, A. Bashir, D. A. Alemzero, H. Sun, R. Iram, e N. Iqbal. 2020. "Scaling up renewable energy in Africa: measuring wind energy through econometric approach." *Environ Sci Pollut Res Int.* 27 (29):36282-36294. DOI: 10.1007/s11356-020-09596-1.
- Adera, A. G. e K. T. Alfredsen. 2020. "Climate change and hydrological analysis of Tekeze riverbasin Ethiopia: implication for potential hydropower production." *Journal of Water and Climate Change* 11(3):744-759.
- Akubue, A. 2000. "Appropriate Technology for Socioeconomic Development in Third World Countries." *Virginia Tech.* DOI: <https://doi.org/10.21061/jots.v26i1.a.6>.
- Alam, Majbaul. 2024. "Solar PV potential in Africa for three generational time-scales: present, near future and far future." *Solar Energy* 275(2). DOI:10.1016/j.solener.2024.112638.
- Andeso, A. 2025. "British Firm to Build Kenya's Largest Water Reservoir." *Construction Kenya*. Acessado 28 Jan. 2025. <https://www.constructionkenya.com/933/high-grand-falls-dam-kenya/>.
- Baskaran, G. e S. Coste. 2024. "Achieving Universal energy access in Africa amid Global decarbonisation." *CSIS Briefs*. <https://www.csis.org/analysis/achieving-universal-energy-access-africa-amid-global-decarbonization>.
- Choukri, K., A. Naddami e S. Hayani. 2017. "Renewable energy in emergent countries: lessons from energy transition in Morocco." *Energy, Sustainability and Society*, 7 (25): 1-11 <https://doi.org/10.1186/s13705-017-0131-2>.

- Domasa, S. 2017. "Mtera Dam Being Fixed to Improve Power Supply." *Energy Central News*. Acessado 28 jan. 2025. <https://energycentral.com/news/mtera-dam-being-fixed-improve-power-supply>.
- Ebhodaghe, S. O., E. O. Babatunde, T. O. Ogundijo, e A. D. Omotosho. 2023. "Biomass: Challenges and Future Perspectives." In *Handbook of Biomass*, editado por S. Thomas, M. Hosur, D. Pasquini, e C. Jose Chirayil.. Springer: 1-16 https://doi.org/10.1007/978-981-19-6772-6_60-1.
- El Hafdaoui, Hamza, Ahmed Khallaayoun, e Salah Al-Majeed. 2025. "Renewable energies in Morocco: A comprehensive review and analysis of current status, policy framework, and prospective potential." *Energy Conversion and Management*: 10 (26), 100967.
- Falkner, Robert. 2016. "The Paris Agreement and the New Logic of International Climate Politics." *International Affairs*, 92(5): 1107-1125. <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12708>.
- Fulga, Manuela Stefania e Yao Wang. 2024. "The 3 key challenges to financing the climate transition — and what to do about them." *World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/stories/2024/06/net-zero-climate-finance-transition-challenges/>
- Grimaldi, J. 2018. "Models of Growth and Colonial Implications in the Renewable Energy Sector in Africa." 2018 Claremont Colleges Library Undergraduate Research Award. 6. https://scholarship.claremont.edu/cclura_2018/6.
- Grover, P., S. Mishra, e J Clancy. 1994. "Development of an appropriate biomass briquetting technology suitable for production and use in developing countries." *Energy for Sustainable Development*, 1(1):45-48.
- Gumisirizaa, R., J. F. Hawumbab, e S. P. Apollo. 2019. "Processing of East African Highland Green Bananas: Waste Generation and Characterization as a Potential Feedstock for Biogas Production in Uganda." *American Scientific Research Journal for Engineering, Technology, and Sciences* 53: 215-236. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:135055036>.
- Hall, D., e M. Patricia. 1983. "Biomass for energy in developing countries." *GeoJournal*, 7(1): 5-14.
- Hostettler, S. 2015. "Energy Challenges in the Global South." In *Sustainable Access to Energy in the Global South*, editado por S. Hostettler et al., (Switzerland: Springer International Publishing). DOI 10.1007/978-3-319-20209-9_1.
- IEA. 2024. "Clean Energy Investment for Development in Africa." IEA, Paris. <https://www.iea.org/reports/clean-energy-investment-for-development-in-africa>, Licence: CC BY 4.0.
- IRENA e AfDB. 2022. "Renewable Energy Market Analysis: Africa and Its Regions, International Renewable Energy Agency and African Development Bank." Abu Dhabi e Abidjan. www.irena.org/publications.

- Karim, M. E., A. B. Munir, A. M. Karim, F. Muhammad-Sukki, S. H. Abu-Bakar, N. Sellami, N. Bani, e M. Z. Hassan. 2018. "Energy revolution for our common future: an evaluation of the emerging international renewable energy law." *Energies (Online)*, 11(7). DOI: [org/10.3390/en11071769](https://doi.org/10.3390/en11071769).
- Kawach, Nadim. 2023. "Morocco to build 4 solar energy plants." *Zawya Projects*. Acesso 20 maio 2025. <https://www.zawya.com/en/projects/utilities/morocco-to-build-4-solar-energy-plants-pdiue9qk>.
- Madubuegwu, Chibuike E., Groupson Paul Okechukwu, Dominic Onyejebu Eme-ka, Nwagbo Samuel, e Ugwu Kyrian. 2021. "Climate Change and Challenges of Global Interventions: A Critical Analysis of Kyoto Protocol and Paris Agreement." *Journal of Policy and development Studies* 13(1):1-10.
- Maguire, Gavin. 2023. "Kenya steps up as global geothermal powerhouse." *Reuters*. Acesso 20 maio 2025. <https://www.reuters.com/markets/commodities/kenya-steps-up-global-geothermal-powerhouse-2023-10-05/>.
- Mahrous, W. 2016. "Private Investment in Renewable Energy Sector in Africa: An Economic Analysis." MPRA Paper No. 79271, *Institute of African Research and Studies*. <https://mpa.ub.uni-muenchen.de/79271/>.
- Mas'ud, A., A. V. Wirba, F. Muhammad-Sukki, R. Albarracin, A. B. Munir, e N. A. Bani. 2016. "A review on the recent progress made on solar photovoltaic in selected countries of sub-Saharan-Africa." *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 62:441-452. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.201604.55>.
- Mayraz, Noam. 2020. "Morocco aims to have renewable energy constitute 42% of its energy production by the end of 2020." *Energy Central*. Acesso 20 maio 2025. <https://energycentral.com/c/cp/morocco-aims-have-renewable-energy-constitute-42-its-energy-production-end-2020>.
- Mor, Surender, Ranjan Aneja, Sonu Madan e Makes Ghimire. 2023. "Kyoto Protocol and Paris Agreement: Transition from Bindings to Pledges – A Review." *Millennial Asia*, 15(4):691-711. <https://doi.org/10.1177/09763996221141546>.
- Mori, A. e D. Le. 2017. "Multi-level analysis of sustainable energy transition in Kenya: Role of exogenous actors." *International Journal of Energy Economics and Policy*, 7(5): 111-122.
- Mravcová, Anna. 2025. "Assessing the Effectiveness of International Climate Agreements in Mitigating Global Warming." *Studia Ecologiae et Bioethicae* 23(1): 51-62.
- Mukheibir, P. 2007. "Possible climate change impacts on large hydroelectricity schemes in southern Africa." *Journal of Energy in Southern Africa*, 18(1): 4-9.
- Newell, Peter, Sanjay Srivastava, Lars O. Naess, e Gustavo A. Torres Contreras. 2021. "Toward Transformative Climate Justice: An Emerging Research

- Agenda.” *WIREs Climate Change* 12(6): e733. <https://doi.org/10.1002/wcc.733>. OECD. 2024.
- Nyika, Joan e Megersa Olumana Dinka. 2024. “The Push for Renewable Energy Adoption in Africa: Challenges and Prospects.” In *Handbook of Energy and Environment in the 21st Century*, editado por Muhammad Asif, Guller Sahin, e Muhammad Khalid, 1 edição. Boca Raton: CRC Press. <https://doi.org/10.1201/9781032715438>.
- Pillay, Kamlesh, Mohanlal Shanice, Dobson Blaise, e Adhikari Bhim. 2025. “Evaluating institutional climate finance barriers in selected SADC countries.” *Climate Risk Management* (47) 1006: 1-11.
- Platonova, I. e M. Leone. 2012. “Energy-water nexus in the context of climate change in developing countries: experiences from Latin America, East and Southern Africa.” Synthesis Report. Climate Change and Water Program, Project No. 106298-02.
- Quansah, D. A., M. S. Adaramola, e L. D. Mensah, L. D. 2016. “Solar Photovoltaics in Sub-Saharan Africa – Addressing Barriers, Unlocking Potential.” *Energy Procedia* 106: 97-110. DOI:10.1016/j.egypro.2016.12.108 .
- Rahhou, J. 2023. “Report: Morocco at the Forefront of Africa’s Wind Energy Industry.” *Moroccan World News*. Acesso 26 jan. 2025. <https://www.moroccoworldnews.com/2023/10/358116/report-morocco-at-the-forefront-of-african-wind-energy-industry>.
- Richter, A. 2015. “Geothermal plants supply 402 GWh or more than 50% of electricity in Kenya.” *ThinkGeoenergy*. Acesso 29 jan. 2025. <https://www.thinkgeoenergy.com/geothermal-plants-supply-402-gwh-or-more-than-50-of-electricity-in-kenya/#:~:text=Geothermal%20now%20represents%2051%20percent%20>
- Röder, M., K. Chong, e P. Thornley. 2022. “The future of residue-based bioenergy for industrial use in Sub-Saharan Africa.” *Biomass and Bioenergy* 159: 106385.
- Sanusi, Yekeen. 2022. “Renewable Energy for Overcoming the Dilemma of Darkness in Nigerian Urban Centers.” *CSID Journal of Infrastructure Development* 5(1):46. DOI:10.32783/csid-jid.v5i1.241.
- Savvidou, G., A. Atteridge, K. Omari-Motsumi, e C. H. Trisos. 2021. “Quantifying international public finance for climate change adaptation in Africa.” *Climate Policy*, 21(8):1020–1036. <https://doi.org/10.1080/14693062.2021.1978053>.
- Sellers, B., J. Voltaire, W. Hartman, e S. Gustafson. 2015. *Energy Sustainability in Morocco*. Rabat: Worcester Polytechnic Institute.
- Taliotis, C., A. Miketa, M. Howells, S. Hermann, M. Welsch, O. Broad, H. Rogner, M. Bazilian, e D. Gielen. 2014. “An indicative assessment of investment

opportunities in the African electricity supply sector.” *Journal of Energy in Southern Africa*, 25(1):2-12.

World Bank Group. 2017. Morocco: Noor Ouarzazate Concentrated Solar Power Complex Multilateral Development Banks’ Collaboration: Infrastructure Investment Project Briefs. Acesso 28 jan. 2025. https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/sites/ppp.worldbank.org/files/2022-02/MoroccoNoorQuarzazateSolar_WBG_AfDB_EIB.pdf

World Energy. 2023. “Noor Ouarzazate Solar Complex in Morocco, World’s Largest Concentrated Solar Power Plant.” *World Energy*. Acesso 30 jan. 2025. <https://www.world-energy.org/article/29094.html>.

Entrevistas orais e por ligação

Bolarinwa, Joshua. 2024. Entrevista oral efetuada pelo autor com o professor associado do Nigerian Institute of International Affairs, Lagos (Nigéria), junho.

Aworawo, David. 2024. Entrevista oral com o professor de História e Relações Internacionais, University of Lagos, pelo autor Lagos (Nigéria), agosto.

Ojo, Olusola. 2021. Entrevista oral com o professor de Relações Internacionais, McPherson University, pelo autor, Abeokuta (Nigéria), junho.

Yakubu, Moses. 2025. Entrevista por ligação com o Diretor Adjunto, Institute of Diaspora Studies, University of Lagos, pelo autor, Lagos (Nigéria), janeiro.

RESUMO

Este artigo examina as políticas internacionais em torno de energias renováveis e de regeneração na África, considerando as perspectivas e os desafios do continente em relação à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Reconhece-se que a África está atualmente enfrentando crises e degradação ambiental devido às mudanças climáticas, embora seja a que menos contribui para elas. O ensaio argumenta que a energia renovável é uma solução viável para que a África atenda às suas necessidades energéticas, reduzindo, ao mesmo tempo, a pegada de carbono. Enfatizam-se os aspectos e as implicações internacionais da transição energética da África, com foco no contexto geopolítico relativo à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Ao fazê-lo, os desafios atuais que os países africanos enfrentam no aproveitamento dos recursos renováveis são examinados criticamente. Primeiro, discute-se a urgência da transição para soluções energéticas mais sustentáveis, argumentando-se que tal transição é essencial não apenas para o meio ambiente, mas também para as perspectivas de desenvolvimento econômico local. Em segundo lugar, questionam-se os recursos renováveis da África, delineando como, em um contexto geopolítico diferente, eles poderiam remodelar o poder no continente e além.

PALAVRAS-CHAVE

Energia renovável. Mitigação. Regeneração. Adaptação climática. África.

Recebido em 17 de junho de 2025

Aceito em 06 de agosto de 2025²

Traduzido por Augusto Lorenzo Esposito

² Como citar: Nwoko, Kenneth Chukwuemeka. 2025. “Política internacional de energia renovável e de regeneração no contexto da adaptação climática e mitigação: perspectivas e desafios para a África”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 100-123. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.148265>.

CAMINHOS OBSTRUÍDOS PARA A JUSTIÇA: GRILAGEM DE TERRAS E A CRISE DA RECONCILIAÇÃO NOS CONFLITOS PÓS- COLONIAIS DA NIGÉRIA CENTRAL

Glória Longbaam-Alli^{1 2}



Introdução

Orgulhosamente chamada de “Cesto de Alimentos da Nação”, a Nigéria Central já foi considerada uma região tranquila, amplamente isolada dos conflitos étnico-religiosos predominantes no norte da Nigéria. Legados históricos e coloniais da era pré-colonial permitiram que comunidades agrícolas em Plateau e Benue coexistissem com pastores fulanis. Quando surgiam conflitos, sistemas tradicionais de resolução de conflitos eram empregados. No entanto, o domínio indireto britânico facilitou o domínio político da elite hausa-fulani sobre grupos minoritários na Nigéria Central. As políticas fundiárias favoreciam os “colonos”, como os hausa-fulanis, enquanto marginalizavam os “indígenas”, criando hierarquias administrativas que fomentaram ressentimentos duradouros (Madueke 2018; Logams 2004; Ochonu 2014).

Após a independência, as relações entre grupos minoritários que se uniram sob a identidade do “Cinturão Médio” emergiram como uma forma de resistência ao controle hausa-fulani. Os fundamentos da política identitária estabelecida durante o período colonial, juntamente com a instrumentalização

¹ Departamento de História e Estudos Internacionais, Universidade de Jos. Jos, Nigéria. E-mail: longbaang@unijos.edu.ng. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3581-8550>.

² Este projeto, “Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central”, foi apoiado pela bolsa de estudos de pós-doutorado Next Generation Social Sciences in Africa do Social Science Council, com fundos fornecidos pela Carnegie Corporation de Nova York.

de queixas históricas, têm sido utilizados ao longo dos anos para justificar a violência e os confrontos envolvendo pastores e agricultores. Por exemplo, os conflitos de terra entre pastores fulani e comunidades agrícolas na Nigéria Central intensificaram-se recentemente, resultando em violência cíclica e dificultando os esforços de reconciliação. Este estudo explora o papel crítico das apropriações de terras sem resoluções na perpetuação dos confrontos entre agricultores e pastores e na obstrução da construção sustentável da paz na região. Entre 2010 e 2022, tensões étnico-religiosas, disputas culturais e conflitos de terra entre pastores muçulmanos fulani ou colonos agropastoris e agricultores indígenas cristãos tiveram um impacto devastador, levando a inúmeras fatalidades (Nigeria Watch 2021).

Pesquisas recentes associam esses conflitos a fatores como políticas estatais patrimoniais, mudanças climáticas, terrorismo, roubo de gado e crescimento populacional (Ajala 2020; Benjaminsen e Ba 2021; Ejiofor 2022; Lenshie et al. 2021; Olaniyan e Yahaya 2016; Olumba 2022; Olumba et al. 2022). Consequentemente, um número significativo de pessoas deslocadas internamente (PDIs) reside em campos temporários há mais de três anos, enfrentando péssimas condições de vida e perdendo a esperança de retornar às suas terras ancestrais devido à insegurança e à falta de intervenção governamental (Longba'am 2022; Ukase e Jato 2022).

Embora estudos anteriores tenham explorado estratégias de gestão de conflitos envolvendo colaborações entre atores não estatais e forças de segurança (Lar 2018; Longba'am 2022), há uma necessidade de abordar o impacto das apropriações de terras na paz, justiça e reconciliação, uma área pouco explorada. Este estudo preenche essa lacuna de pesquisa ao demonstrar como as injustiças da desapropriação de terra não resolvidas alimentam conflitos comunitários cíclicos e prejudicam a reconciliação na Nigéria Central. Critica as deficiências das tentativas existentes de resolução de conflitos e propõe soluções políticas estruturais para abordar essa barreira fundamental à construção da paz. O estudo oferece uma perspectiva única ao examinar a questão pela lente da população afetada, em vez de políticas técnicas ou disputas de elite. Também lança luz sobre os custos humanos negligenciados e as implicações de segurança das tensões em curso, que remontam ao legado colonial.

Por fim, este estudo contribui significativamente ao elucidar o papel crucial da injustiça fundiária na perpetuação de conflitos e no impedimento da reconciliação na Nigéria Central. Nos obriga a confrontar as consequências reais de crises fundiárias não enfrentadas e da governança cleptocrática, que colocam vidas em risco e impedem a reparação social. Assim, as conclusões

do estudo têm relevância prática para o desenvolvimento de estratégias específicas para cada contexto, a fim de abordar conflitos fundiários e promover a construção de uma paz sustentável na região e em outras regiões.

A grilagem de terras na Nigéria Central prejudicou significativamente os esforços de resolução de conflitos, exigindo uma reavaliação das abordagens de gerenciamento de conflitos que reconheçam a economia política da terra na região e priorizem o combate à grilagem de terras para garantir paz, justiça e reconciliação sustentáveis.

Abordaremos a tese a partir das seguintes questões:

1. Como os padrões de apropriação de terras moldam a dinâmica do conflito e as perspectivas de paz nas sociedades pós-conflito?
2. Que estratégias os atores estatais e não estatais empregam para abordar conflitos relacionados à terra e quão eficazes são essas intervenções para alcançar uma resolução sustentável?
3. Até que ponto as relações de poder entre diferentes atores influenciam os resultados de justiça e reconciliação nos processos de resolução de disputas de terras?

Revisão da literatura

A grilagem de terras, melhor definida como a aquisição de grandes áreas de terra por atores poderosos, é um problema global observado em diferentes regiões, incluindo África, Europa e América Latina (Borras e Franco 2011; Bunkus e Theesfeld 2018; Rulli et al. 2013). Diversas motivações, como investimentos agrícolas, preocupações com a segurança alimentar, expansão do agronegócio e especulação, impulsionam esse fenômeno (Lahiff 2014; Sosa Varrotti et al. 2022; White et al. 2012). No entanto, a grilagem de terras frequentemente leva a consequências negativas, incluindo impactos sociais, injustiça, conflitos e deslocamento de pequenos proprietários.

O impacto da grilagem de terras é particularmente severo em regiões pós-conflito, dificultando os esforços de recuperação e reconciliação. Restaurar os sistemas de direitos à terra e à propriedade é crucial para o retorno das populações deslocadas, a revitalização da agricultura e a garantia da segurança alimentar (Unruh e Shalaby 2022). No entanto, a complexidade das políticas de posse da terra e a confusão em torno da propriedade da terra em regiões pós-conflito contribuem para a insegurança e a vulnerabilidade (Castro e Kuntz 2022). Essa insegurança afeta indivíduos, comunidades e esforços de conservação em áreas onde a posse da terra é incerta (Robinson et al. 2017).

De uma perspectiva continental africana, estudos conduzidos em Camarões argumentam que a grilagem de terras marginaliza os usuários da terra e leva a conflitos dentro e entre comunidades e empresas (Ndi e Batterbury 2017). Na Costa do Marfim pós-conflito, as disputas por terras impedem retornos sustentáveis e a paz, apesar das tentativas do governo de formalizar os direitos à terra (Pritchard 2016). Na República Democrática do Congo (RDC), os conflitos por terras surgem da violência e das divisões étnicas, com direitos garantidos aos indivíduos “mais fortes”, frequentemente empregando o exército, agentes estatais e chefes (Mudinga et al. 2014). A grilagem de terras na RDC está profundamente enraizada em uma competição política mais ampla.

Da perspectiva nigeriana, antecedentes históricos e a exclusão de comunidades locais são citados como causas de conflitos relacionados à terra. O trabalho de Olayinka Akanle (2017) e Nnabuihe et al. (2020) relaciona a grilagem de terras à mineração de estanho durante o período colonial. Assim, explica como as autoridades coloniais britânicas alteraram os sistemas consuetudinários de posse por meio da Portaria de Aquisição de Terras de 1900. A noção colonial britânica de propriedade da terra diferia significativamente do sistema de terras familiares africano, alterando assim o sistema africano e formando as raízes dos problemas de grilagem de terras pós-coloniais em Jos, no estado de Plateau.

A grilagem de terras representa uma ameaça significativa às comunidades e aos meios de subsistência, criando conflitos que só podem ser resolvidos por meio de processos inclusivos. Mecanismos de responsabilização e ativismo podem auxiliar no enfrentamento dessa questão, mas fatores como competição política, autoritarismo e tensões étnicas também influenciam os resultados. Pesquisa, coprodução de conhecimento e desenvolvimento de novos modelos são cruciais para lidar com o fenômeno da grilagem de terras.

Referencial Teórico

Conflitos étnico-religiosos apresentam desafios constantes em regiões caracterizadas por instabilidade política e governança fraca. Nessas áreas, a relação entre a grilagem oportunista de terras e a capacidade institucional gera dinâmicas de conflito complexas. Este estudo examina dois arcabouços teóricos complementares: a teoria da grilagem oportunista de terras, que ilustra como os atores exploram situações vulneráveis para se apropriar de terras por meios coercitivos, e a teoria institucional, que examina como

as estruturas de governança impactam os processos de gestão de conflitos. Ambos os arcabouços exemplificam como os desequilíbrios de poder e a legitimidade institucional influenciam a eficácia da resolução de conflitos.

O pesquisador baseia-se na teoria da grilagem oportunista de terras, que se concentra nas ações de indivíduos ou grupos que exploram as circunstâncias para adquirir terras em seu benefício. Essa teoria é particularmente relevante em situações de conflito e deslocamento, nas quais indivíduos ou organizações influentes podem usar violência ou coerção para se apropriar de terras e seus recursos (Dell'Angelo et al. 2021; Jurkevics 2022; Twomey 2014). Diversas necessidades, incluindo requisitos agrícolas e de desenvolvimento e motivos oportunistas, impulsionam a grilagem de terras. A teoria enfatiza o envolvimento de governos, corporações e investidores na exploração das circunstâncias para adquirir terras para fins que vão além da produção agrícola imediata.

Na resolução de conflitos, a teoria institucional examina como as instituições formais e informais impactam a gestão e a resolução de conflitos. Essa perspectiva analisa como as estruturas, normas e práticas institucionais influenciam o comportamento e as interações de indivíduos e grupos envolvidos no conflito. As instituições são cruciais para fornecer estruturas para negociação, cooperação e resolução pacífica, sejam entidades formais como tribunais ou mecanismos informais como a mediação comunitária. A teoria institucional enfatiza os aspectos duplos da influência normativa e estrutural e destaca a importância da adaptabilidade ao longo do tempo. A teoria também sugere que o poder e a eficácia das instituições dependem de sua legitimidade percebida. Confiança e conformidade são mais prováveis quando todas as partes consideram as instituições de resolução de conflitos legítimas. Reconhecer a legitimidade do processo aumenta a probabilidade de adesão às decisões ou acordos institucionais.

O pesquisador extrai *insights* de teorias institucionais e de grilagem oportunista de terras para analisar como a influência e os motivos dos grileiros afetam a resolução de conflitos no estado de Plateau. Por exemplo, a literatura sobre grilagem oportunista de terras mostra como atores poderosos exploram sistemas de posse de terra pouco claros, deslocamentos relacionados a conflitos e desequilíbrios para adquirir terras (Borras e Franco 2011; Fonsah 2015; White et al. 2012). Da mesma forma, a literatura sobre teoria institucional argumenta que a governança fraca facilita a grilagem de terras sem controle, enquanto instituições legítimas contribuem para soluções não violentas (Mora 2022; Mudinga et al. 2014). Esses argumentos enfatizam como normas e estruturas influenciam os resultados de conflitos.

Essas teorias fornecem uma base para explorar os motivadores e efeitos da grilagem oportunista de terras e fatores institucionais no estado de Plateau e seu impacto na resolução de conflitos.

Metodologia

O estudo utilizou um delineamento de pesquisa histórica qualitativa para analisar como a grilagem de terras na Nigéria Central dificulta os esforços de resolução de conflitos. Essa abordagem facilitou o exame de registros coloniais, mudanças na paisagem, cobertura da mídia e entrevistas orais, permitindo uma análise precisa de causa e efeito entre a grilagem de terras e a resolução de conflitos. Dois métodos principais de coleta de dados foram utilizados. A pesquisa arquivística investigou questões de grilagem de terras em documentos oficiais, enquanto as histórias orais foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com 20 informantes-chave dos estados de Plateau e Benue entre 2019 e 2023.

As entrevistas foram conduzidas em inglês, hausa e tiv, com um assistente de pesquisa auxiliando na interpretação das perguntas para os entrevistados falantes de tiv. A maioria das entrevistas foi gravada digitalmente, com anotações feitas por aqueles que optaram por não ser gravados. As entrevistas seguiram um roteiro flexível, permitindo que os participantes discutissem tópicos além do foco inicial. Essa abordagem explorou as relações intergrupais, a economia política da terra, os impactos do deslocamento de terras sobre pessoas deslocadas internamente e as barreiras à paz sustentável.

A análise temática focou em padrões, tendências e causalidade ao longo do tempo. Um processo de três etapas — codificação primária, reconhecimento de padrões e análise contextual — espelhou a análise histórica tradicional. Emergiram temas que refletiam tanto processos históricos de longo prazo quanto causas imediatas de grilagem de terras e conflitos, informados por sequências temporais, relações causais e a interação de agência e estrutura. A estrutura analítica contextualiza a grilagem de terras como uma questão contemporânea enraizada em padrões históricos. O estudo revela como eventos passados moldam os esforços atuais de resolução de conflitos ao examinar temas mediante uma lente histórica. O pesquisador reconheceu a ênfase de Denzin na triangulação de dados para aumentar a confiabilidade (Denzin 2012).

Para proteger a confidencialidade e a privacidade dos participantes devido à natureza sensível dos dados, os entrevistados foram escolhidos com

base em sua experiência e habilidades de gerenciamento de conflitos, com o tamanho da amostra determinado pela saturação dos dados.

Contexto histórico do uso e da propriedade da terra na Nigéria Central

Caso 1 - Estado de Plateau

A economia política da terra na Nigéria Central ilustra como a manipulação institucional colonial estabeleceu estruturas sistemáticas para apropriação oportunista de terras, que continuam a influenciar os conflitos contemporâneos. No estado de Plateau, as Leis Minerais de 1903 e as Leis Britânicas de Proclamação de Terras de 1904 e 1910, promulgadas por Lord Lugard, exemplificam um princípio central da teoria institucional: que mudanças nas regras formais alteram fundamentalmente as relações de poder e os padrões de acesso aos recursos.

Essas leis transferiram os direitos territoriais indígenas para a Coroa Britânica, concedendo às autoridades coloniais poderes exclusivos sobre a alocação de terras para ganho econômico. A motivação econômica tornou-se evidente com o início da mineração de estanho por expatriados em 1904. O governo britânico lucra com essa indústria, com uma receita que aumentou de 10.486 toneladas, avaliadas em £ 1.435.157 em 1938, para 11.942 toneladas em 1952-53 — ilustrando a teoria central da grilagem oportunista de terras, de que atores poderosos priorizam seus ganhos egoístas em detrimento dos direitos indígenas ou do desenvolvimento sustentável (Azgaku e Osuala 2015).

Uma consequência direta dos Atos e Ordenanças Coloniais foi a realocação forçada dos fazendeiros Berom de suas terras ancestrais ('JOS PROF 220/51 Notas sobre Procedimento, Divisão Jos' 1946). C. W. Rowling, residente em exercício da Província de Plateau, declarou:

É entre os Bi Rom³ que, de longe, a maior parcela de terras [nigerianas] foi alienada [para mineração]. Algumas comunidades rurais foram forçadas a alugar terras de comunidades vizinhas... Nenhuma melhoria nos métodos agrícolas foi introduzida para conter a deterioração progressiva da situação. As condições acima já produziram, em algumas áreas, mudanças no sistema tribal de posse da terra, e mudanças ainda estão ocorrendo (Rowling 1935, s.p., nossa tradução).⁴

Esse deslocamento de terras exemplifica os princípios da teoria institucional, que postula que mudanças nas leis formais podem perturbar os sistemas informais de governança. A alienação de suas terras transformou as relações sociais dentro da comunidade Berom. Além disso, o deslocamento impactou as relações econômicas tradicionais, alterou as hierarquias sociais e enfraqueceu a autonomia da comunidade, obrigando os membros a depender das comunidades vizinhas para acesso à terra. As más condições do solo e a deterioração das circunstâncias ambientais, resultantes da agricultura contínua em suas áreas recém-afetadas, agravaram ainda mais a insegurança alimentar. Essas mudanças ressaltam como a grilagem oportunista de terras pode levar à instabilidade nas instituições tradicionais, com consequências que vão muito além dos efeitos econômicos imediatos.

A abordagem do governo britânico às políticas fundiárias era inconsistente, implementando nacionalização, privatização e comercialização em momentos distintos. A Oficial Distrital Rowling enfatizou a necessidade de compensar os agricultores afetados pelas ações do governo colonial, que impactaram seus meios de subsistência e acesso à terra, em vez de compensação monetária. No entanto, o governo colonial determinou um pagamento de £2 por acre para todas as áreas afetadas (Rowling 1935). A distribuição dessa compensação foi adiada até 1941 devido à crescente resistência da comunidade Berom em relação à questão fundiária. Essa resistência desencadeou um movimento mais vigoroso, generalizado e organizado (Mangvwat 2013).

3 Neste artigo, optei por manter a grafia colonial, “Bi Rom”, ao citar fontes de arquivo, mas, no restante do artigo, usarei a grafia pós-colonial, “Berom”. Essa abordagem garante consistência e clareza, permitindo-me respeitar a precisão histórica e, ao mesmo tempo, reconhecer a grafia contemporânea e amplamente aceita do termo.

4 No original: “It is among the Bi Rom# that by far the largest portion of [Nigerian] land has been alienated [for mining]. Some village communities have been forced to hire fatherland from neighbouring communities... No improvement of agricultural methods have been introduced to check the progressive deterioration of the situation. The above conditions have already produced in some areas changes in the tribal system of land tenure and changes are still taking place” (Rowling 1935, n.p.).

A crescente migração de pastores no estado de Plateau levou a tensões e conflitos com agricultores. Em 1947, Rowling observou desconforto e atrito entre esses grupos no distrito de Bukuru. As questões fundiárias intensificaram-se devido ao pastoreio excessivo e às apreensões de terras por pastores hauçás e fulanis, à medida que as culturas cultivadas invadiam áreas de caça e comunais até então intocadas (Rowling 1935). Considerando a relação cautelosa entre o povo Berom e os nômades Fulani — decorrente das conquistas jihadistas tentadas por Usman Dan Fodio na era pré-colonial, que resultaram em disputas de terras e na ruptura das estruturas sociais — o “subcolonialismo” vivenciado pelos berom e outros grupos étnicos na Nigéria Central sob as políticas de governo indireto levou-os a perceber que os britânicos alteraram seu sistema político tradicional. Essa alteração conferiu controle excessivo sobre a terra e autoridade administrativa, judicial e protetora aos chefes hauçás nomeados por oficiais coloniais, em vez de distritos locais (Plotnicov 1972).

A falha da administração colonial em gerenciar efetivamente narrativas de marginalização e abordar as preocupações de minorias, como os Berom, contribuiu para a escalada de tensões entre pastores e agricultores, que ocasionalmente resultaram em violência. Essa violência incluiu ataques ao gado Fulani e disputas sobre invasões em terras sagradas e de caça (JOS PROF 1930). Por exemplo, no distrito de Rim, os restos mortais de um Fulani desaparecido foram descobertos, e Atiri de Jol, um não muçulmano, foi acusado de assassiná-lo, supostamente em retaliação ao gado danificar suas plantações. O Sr. CR Walker, que foi nomeado em 6 de março de 1930, presidiu o julgamento, finalmente declarando Atiri culpado de homicídio culposo e sentenciando-o a quatro anos de prisão com trabalhos forçados (JOS PROF 1930). Com o tempo, muitos Fulani na Nigéria Central mudaram para o pastoreio de colonos, adquirindo terras de populações locais e cultivando plantações .

A Lei de Uso da Terra da Nigéria de 1978 transformou o sistema de posse de terras do país, intensificando, em vez de resolver, os conflitos de terra na Nigéria Central. Após a independência, essa legislação nacionalizou a propriedade da terra, abolindo os direitos de propriedade plena e os sistemas de posse indígenas, concedendo aos governadores estaduais a autoridade para emitir direitos estatutários de ocupação por até 99 anos. A lei produziu três consequências críticas que catalisaram os conflitos contemporâneos entre agricultores e pastores. Primeiro, concentrou o controle excessivo da terra nas mãos dos governadores estaduais, criando oportunidades para manipulação política e favoritismo da elite nas decisões de alocação. Segundo, desmantelou os direitos consuetudinários de posse que anteriormente for-

neciam estruturas para a resolução de disputas entre comunidades agrícolas e pastoris. Terceiro, impôs conceitos ocidentais de propriedade da terra que contradiziam as normas indígenas de acesso à terra, deixando agricultores e pastores sem proteções legais adequadas para seus direitos tradicionais de uso da terra.

Em vez de estabelecer mecanismos de governança colaborativa, a legislação incentivou a competição de soma zero entre as comunidades, enquanto a representação política insuficiente exacerbou essas tensões (Krätli e Toulmin 2020). Consequentemente, a lei criou um vácuo jurídico que transformou disputas comunitárias antes administráveis em confrontos violentos caracterizados por especulação imobiliária e despejos forçados.

A criação da Área de Governo Local de Jos Norte em 1991 marcou uma escalada crucial nas tensões fundiárias entre pastores fulani e comunidades agrícolas indígenas no estado de Plateau. Embora conflitos entre esses grupos tenham sido raramente documentados entre 1961 e 2000, esse período testemunhou casos significativos de aquisição de terras contestada, particularmente envolvendo extensões de arrendamento sem compensação adequada. O caso mais controverso surgiu quando o Major-General Ibrahim Babangida criou a Área de Governo Local de Jos Norte em 1991, uma decisão que as comunidades indígenas Berom perceberam como uma apropriação de terras sancionada pelo Estado, motivada por favoritismo étnico-religioso.

Os Berom viam essa reestruturação administrativa como o cumprimento de uma agenda histórica que remontava à jihad malsucedida de Usman Dan Fodio em 1804, argumentando que ela conferia ao povo Jasawa — apoiado pelos interesses dos Hauçás e Fulani — legitimidade territorial na região. A Organização Educacional e Cultural Berom (BECO) condenou a decisão como uma estratégia deliberada para deslocar populações indígenas de suas terras ancestrais, ao mesmo tempo em que promovia a islamização de comunidades predominantemente não muçulmanas (Egwu 2004; Bingel 2023⁵). Essa intervenção administrativa, portanto, transformou disputas de terras relativamente isoladas em um padrão sistemático de contestação que definiria as relações subsequentes entre agricultores e pastores na região.

Suas alegações eram justificadas, pois a Associação da Juventude Jasawa escreveu ao Presidente Babangida em 1991, agradecendo-lhe por abordar suas preocupações sobre a divisão de Jos em duas áreas de governo local: Jos Norte e Jos Sul (Egwu 2004). A importância de Jos Norte reside nas narrativas dos Berom, que remontam suas histórias e instituições tradicionais à área contestada. O Reverendo Padre Paul Pam afirma que Jot Bato-Jos

5 Entrevista com Baba Thomas Bingel, 12 de setembro de 2023.

Norte é o líder da Nação Berom, sugerindo que, sem ela, a identidade Berom estaria perdida, semelhante a um homem incapaz de sobreviver sem sua cabeça (Se Tok 2023).

A contestação de Jos North evidenciou as profundas queixas entre indígenas e colonos hausa na Nigéria Central, particularmente no estado de Plateau. Essa questão surgiu das alegações dos colonos de marginalização social, educacional e política, argumentando que, apesar de suas contribuições para a economia do estado de Plateau, a população indígena os marginalizou nos assuntos de Estado (Danfulani U. H e Danfulani WA 2018). As relações intergrupais entre os Hausa-Fulani e os Berom se deterioraram após a criação do governo local de Jos-Norte. Em 2001, essas tensões se transformaram em violência que se espalhou para cidades e vilarejos por todo o estado. A consequência notável da crise de 2001 foi a segregação residencial baseada na religião. Alegações de deslocamento e ocupação também se tornaram frequentes, com comunidades apresentando evidências de grilagem de terras. O Sr. Mang destaca a aldeia de Mahanga em Barkin Ladi para ilustrar esse ponto.

Pastores fulani começaram a se deslocar e se estabelecer em massa naquela área em 2008. Esses fulani estavam se armando, sem o conhecimento do estado e de suas comunidades. Eles construíram suas comunidades impedindo os agricultores Berom, que possuíam terras na área, de cultivar. Se um agricultor tenta cultivar sua fazenda, ele é morto ou mutilado; em outros casos, as plantações são destruídas. Como resultado, tornou-se uma questão controversa, e o estado na época, sob o governador Jang, trouxe a questão à tona, mas o governador foi avisado para não agir, pois isso só pioraria a situação.⁶

6 Entrevista com Henry Gyang Mang. Janeiro de 2021. No original: “Fulani pastoralists began to move and settle in droves in that area in 2008. These Fulani were arming themselves, unbeknownst to the state and its communities. They built their communities by not allowing Berom farmers, who owned land in this area, to farm. If a farmer tries to cultivate his land farm, he is either killed or maimed; crops are destroyed in other cases. As a result, it became a contentious issue, and the state at the time, under Governor Jang, brought the issues to the forefront, but the governor was warned not to act, as it would only make a bad situation worse”.

Ele continua explicando:

Em 2015, quando o “Governador” Lalong chegou, Mahanga já havia sido estabelecida e havia um exército em Mahanga; ainda havia uma base militar protegendo os Fulani. Infelizmente, era de Mahanga que as aldeias de Berom eram atacadas em vários momentos, pois os Fulani saíam sem o conhecimento dos agentes de segurança, atacavam aldeias e voltavam para casa.⁷

Em 2022, cinco grupos — Centro de Emancipação para Vítimas de Crise na Nigéria (ECCVN), Associação de Desenvolvimento de Atakar (ADA), Organização Educacional e Cultural de Berom (BECO), Associação de Desenvolvimento de Irigwe (IDA) e Associação de Desenvolvimento de Ron Kunlere (RKDA) — apresentaram uma petição intitulada “Uma Petição Contra a Grilagem de Terras por Invasores Fulani em Comunidades Nativas em Partes das Áreas Governamentais de Barkin Ladi, Bassa, Bokkos e Riyom do estado de Plateau” para informar o governo do estado de Plateau que mais de 102 comunidades haviam sido deslocadas à força por grileiros e que o governo não conseguiu reintegrar as pessoas deslocadas às suas propriedades. (Busari 2021; Disturbing Occupation of 151 Villages by Armed Herders in Plateau State s.d.)

O estudo observou narrativas conflitantes para o aumento da grilagem de terras; os Berom atribuem os conflitos atuais à grilagem sistemática de terras facilitada por manipulação política e viés étnico. Por exemplo, em Barkin Ladi, a comunidade Fulani iniciou construções não autorizadas em qualquer terra disponível, reivindicando propriedade divina e buscando a aprovação de seus Ardos sem o consentimento dos verdadeiros proprietários. Essa situação é ainda mais complicada para os Berom, que acusam os Ardos de assinar formulários de mudança de propriedade para indivíduos não indígenas, conhecidos como colonos, que compram e vendem terras. Isso cria a impressão de que os Ardos exercem autoridade sobre o distrito, agindo efetivamente como o chefe de fato da comunidade Berom. Da mesma forma, Da Edward Pwajok, o *Gwom Rwei* (líder tradicional) de Barkin Ladi, afirma que o número crescente e a riqueza percebida dos Fulani levaram a ataques orquestrados aos Berom, com o objetivo de adquirir suas terras ancestrais.⁸

7 Entrevista com Henry Gyang Mang. Janeiro de 2021. No original: “By 2015, when ‘Governor’ Lalong came, Mahanga had been established, and there was a military in Mahanga; there was still a military base protecting the Fulani. Unfortunately, it was from Mahanga that Berom villages were being attacked at various moments because Fulani would leave without the knowledge of the security agents, attack villages, and return home”.

8 Entrevista com Da Edward Pwajok. Março de 2019.

Bingel afirma que, embora os Fulani tenham sido vítimas dos conflitos de Jos em 2001, sendo atacados juntamente com os Hausa, eles também exploraram a situação para tomar terras dos Berom e de outros grupos indígenas em Barkin Ladi, Riyom e Bassa. Por exemplo, o jornal Vanguard relata que pastores atacaram mais de 54 comunidades em Riyom e Barkin Ladi, deslocando moradores e renomeando as áreas. Rotchun agora é Rafin Acha, Dankum é Mahanga, Hywa é Lugere e Fass é Tafawa (Danfulani U. H e Danfulani WA, 2018). Além disso, os esforços para recuperar essas terras enfrentam a oposição de políticos federais influentes (Mang 2021).

Pastores fulani apresentam um contra-argumento: as disputas de terras na Nigéria central decorrem de transações fundiárias irregulares, animosidade e discriminação étnica. Argumentaram que estavam injustamente ligados a conflitos envolvendo os hauçás (Jasawa), que foram responsabilizados pela crise de 2001. Observaram os impactos negativos da discriminação étnica e religiosa que se seguiu, retratando a comunidade hauçá-fulani como descendentes jihadistas em busca de domínio regional. Esse estigma prejudicou seus meios de subsistência. À medida que as tensões aumentavam, proprietários de terras em vários estados da Nigéria Central pararam de vender terras para as comunidades hauçá e fulani.

Portanto, além das animosidades decorrentes dos conflitos incessantes entre pastores e agricultores, o *Ardo* de Ropp (líder fulani em Barkin Ladi) explica que a dinâmica fundiária em várias partes do estado de Plateau decorre dos esforços da comunidade Berom para expulsar os fulani, que anteriormente adquiriam terras deles. O *Ardo* explica ainda que essa mudança é impulsionada pela crescente demanda dos Berom por terras devido ao crescimento populacional, afetando suas necessidades agrícolas, residenciais e de pastagem.⁹

Caso 2 - Estado de Benue

Tensões de longa data e conflitos violentos entre os Tiv e seus vizinhos nos estados de Taraba e Nasarawa decorrem de disputas por terras e recursos no vale do rio Benue. Os moradores Tiv, Jukun e Nasarawa dependem da agricultura de subsistência e da criação de gado. Reivindicações conflitantes sobre limites de terras e direitos de herança, intensificadas pela seca, exacerbam os conflitos. Desentendimentos frequentemente se transformam em violência, tipicamente desencadeada por invasões do que um grupo considera terras ancestrais (The Tragedy in Benue – Zaki Biam Through the Eyes of

⁹ Entrevista com Alhaji Abubakar, 19 de novembro de 2019.

People There 2017). O roubo de gado decorre da tensão territorial. Apesar dos esforços por meio dos sistemas jurídicos consuetudinários e estaduais, a resolução de antigas reivindicações de terras entre os Tiv e seus vizinhos continua difícil, alimentando conflitos contínuos entre essas comunidades étnicas (Alubo 2006).

O ciclo mais recente de conflito envolve confrontos entre pastores e agricultores. Esse padrão de ataque a comunidades agrícolas e deslocamento de pessoas de suas terras ancestrais, observado no estado de Plateau, também foi visto no estado de Benue. O Sr. Moar, um deslocado interno do estado de Benue, explicou que, antes de 2011, pastores e agricultores tinham um relacionamento cordial, com os pastores usando paus para controlar seu gado.¹⁰ No entanto, as coisas mudaram em 2011, quando pastores que migravam sazonalmente para a área começaram a portar armas. Além disso, agricultores são baleados quando tentam cultivar suas terras ou afugentar o gado, o que destrói suas plantações. Em 2025, pelo menos 12 áreas de governo local estavam sitiadas por saqueadores. Os indivíduos deslocados não conseguem retornar para casa e dependem da assistência de organizações de caridade, organizações não governamentais ou doadores internacionais para sua sobrevivência (Shobayo 2024).

O Reverendo Padre Solomon corrobora o relato do Sr. Moar, tendo sido deslocado três vezes devido a ataques de pastores. Ele acredita firmemente que a intenção deles é tomar as terras, já que os Fulani que ele conheceu são diferentes daqueles que encontra hoje. Ele elabora ainda mais:

¹⁰ Entrevista com o Sr. Moar, 17 de abril de 2021.

Os Fulani costumavam vir com suas esposas, filhos e paus quando havia florestas e animais selvagens por perto. No entanto, agora que não há florestas nem animais selvagens, essas pessoas vêm como pastores, mas não trazem suas esposas ou filhos; em vez disso, vêm armados com AK-47s, indicando uma mudança em seus planos. Eles chegam à aldeia, atacam e deslocam pessoas e tomam posse de terras. Convidam seus parentes; antes que você perceba, eles já montaram suas tendas. Os agentes de segurança não tentam mandá-los embora porque as armas dos pastores às vezes são superiores. Sabemos que eles têm um plano; eles não estão vindo simplesmente para pastar; eles pretendem ocupar nossas terras.¹¹

Falhas institucionais levaram a conflitos contínuos e à grilagem de terras. As narrativas de Moar e Solomon revelam que diversas estruturas institucionais, muitas vezes conflitantes, influenciam a relação entre pastores e comunidades agrícolas. Por exemplo, autoridades tradicionais podem conceder direitos de pastagem aos pastores. Ao mesmo tempo, instituições estatais alocam as mesmas terras para a agricultura comercial, resultando em confusão que atores oportunistas exploram.¹²

A teoria institucional destaca como o “vácuo de governança e segurança” identificado por Kwaja e Smith (2020) possibilita a apropriação de terras. À medida que as instituições formais enfraquecem devido à insurgência ou ao conflito, surgem arranjos alternativos. Os pesquisadores apontam que redes criminosas estabelecem sistemas de governança paralelos que desafiam as autoridades estatais e tradicionais (Kwaja e Smith 2020). Em partes do Sahel, grupos jihadistas implementaram seus próprios sistemas de gestão de terras, ilustrando o que North (1990) chama de “estratificação institucional”, onde múltiplas estruturas, muitas vezes conflitantes, governam os mesmos recursos.

A ênfase de Moar e Solomon na dimensão transfronteiriça introduz uma complexidade institucional adicional. Os arranjos institucionais tradicionais para a gestão das relações entre pastores e agricultores funcionam

¹¹ Entrevista com o Reverendo Pe. Mfa, Salomão, 19 de abril de 2021. No original: “The Fulani used to come with their wives, children, and sticks when there were forests and wild animals around. However, now that there are no forests or wild animals, these people come as herdsmen, but they do not bring their wives or children; instead, they come armed with AK-47s, indicating a shift in their agenda. They arrive in the village, attack and displace people, and take over land. They invite their relatives; before you know it, they have set up their tents. Security agents do not attempt to send them away because the pastoralists’ weapons are sometimes superior. We know they have an agenda; they are not simply coming to graze; they intend to occupy our land”.

¹² Entrevista com Jemkur, Joseph, 12 de outubro de 2023.

dentro de limites territoriais. No entanto, os movimentos transfronteiriços criam cenários em que as estruturas tradicionais, estatais e internacionais se cruzam e entram em conflito. Por exemplo, acordos tradicionais de pastoreio entre comunidades no norte da Nigéria e no Níger podem entrar em conflito com as políticas nacionais de controle de fronteiras, criando lacunas que as redes criminosas podem explorar.

Impacto da apropriação de terras nas comunidades locais e nas estruturas sociais

O impacto mais óbvio da grilagem de terras na Nigéria Central é o deslocamento a longo prazo e seus efeitos na estrutura cultural, econômica e social da população. Nos campos de deslocados internos, os indivíduos frequentemente expressam insatisfação com suas condições de vida e anseiam por retornar às suas casas, onde podem se sustentar e trabalhar para restaurar seus valores culturais, sociais e econômicos perdidos. Por exemplo, o Sr. Moar, presidente do Campo Daudu em Makurdi, declarou:

O governo está em conluio com os militares em nível federal para proteger os pastores Fulani que atualmente montaram acampamentos em nossas terras. No entanto, o governador do nosso estado também não está fazendo nada para aliviar a situação. Desde que fomos deslocados de nossas casas, o governo não organizou um diálogo entre as partes em disputa para resolver o problema.¹³

No estado de Plateau, a situação dos deslocados internos não foi diferente. Da Edward Pwajok, o chefe tradicional de Barkin Ladi, explicou o seguinte:

¹³ Entrevista com o Sr. Moar, 17 de abril de 2021. No original: “The government is colluding with the military at the federal level to protect Fulani pastoralists who have currently set up camps on our land. However, our state governor is also doing nothing to alleviate this situation. Since we were displaced from our homes, the government has not organised a dialogue between the disputing parties to solve the problem”.

Apesar de algum alívio após anos de confrontos entre pastores e agricultores, a maioria dos agricultores de Berom não consegue retornar para casa, seja porque os militares não conseguem garantir a segurança contínua da população ao retornarem, seja porque os pastores tomaram suas terras. A única opção para os deslocados é continuar ocupando casas com parentes ou permanecer em campos de deslocados internos.¹⁴

A afirmação de Da Pwajok reflete um sentimento comum entre os entrevistados que se sentem impotentes diante da incapacidade do governo de lidar com as questões de grilagem de terras. A comunidade Fulani alega que o papel do Presidente Buhari como Grande Patrono, ironicamente, minou seus interesses. Eles expressam frustração por serem rotulados como bandidos, terroristas, sequestradores e grileiros nas narrativas da mídia. Eles também destacam sua vitimização, particularmente durante as crises de Jos e a aplicação das leis antipasto no estado de Benue, que percebem como esforços de limpeza étnica e marginalização por parte dos governos estaduais que ameaçam seus meios de subsistência (Plateau Peace Dialogue 2021).

A grilagem de terras e os conflitos relacionados afetaram a produção agrícola e a segurança alimentar por meio de mecanismos interligados. Conflitos e ataques entre agricultores e pastores no estado de Plateau forçaram muitos a abandonar suas terras agrícolas, interrompendo assim as cadeias de abastecimento de alimentos de uma região considerada a base da alimentação da Nigéria. No estado de Benue, a violência nas áreas rurais de Agatu, Guma e Logo deslocou agricultores, levando ao abandono de terras agrícolas e a um declínio de 30% a 40% na produção de culturas básicas. O estado, que contribui com 30% da produção de inhame da Nigéria, esgotou suas reservas alimentares (Gbaoron 2025; Haaga et al. 2025; WanaData 2022).

Abordagens Híbridas de Gestão de Conflitos

Os conflitos étnico-religiosos contemporâneos exigem estratégias de gestão abrangentes que vão além das abordagens tradicionais centradas no Estado. A gestão híbrida de conflitos reconhece a complexa interação entre instituições governamentais, atores não estatais e organizações não gover-

¹⁴ Entrevista com Da Edward Pwajok. Março de 2019. No original: “Despite some level of respite after years of clashes between pastoralists and farmers, most Berom farmers cannot return home either because the military cannot assure the people of their continuous safety when they return home or because pastoralists have taken over their land. The only option for displaced persons is to continue squatting with relatives or to remain in IDP camps”.

namentais (ONGs) no enfrentamento de tensões comunitárias arraigadas. Esta seção examina as contribuições singulares dessas partes interessadas em termos de capacidades, recursos e legitimidade na resolução de conflitos, particularmente em contextos caracterizados por capacidade estatal limitada ou em que as comunidades demonstram maior confiança em atores alternativos.

Estratégias empregadas por atores estatais

Inicialmente destinada a resolver conflitos entre pastores e agricultores, a Lei de Uso da Terra da Nigéria de 1978 nacionalizou a propriedade da terra e promoveu o estabelecimento de fazendas e a produção animal ao criar a *Nigerian Ranches Limited* (NRL), uma entidade governamental encarregada de adquirir e desenvolver fazendas. A lei também estabeleceu um Fundo de Desenvolvimento Rural para apoiar a aquisição, o desenvolvimento e os empréstimos para a produção pecuária. Além disso, o governo criou um Conselho de Desenvolvimento Rural para administrar a NRL e supervisionar as atividades de produção pecuária. O objetivo principal era reduzir as disputas por terras, designando áreas de pastagem para os pastores. No entanto, a implementação limitada da lei não conseguiu evitar conflitos entre pastores e agricultores, nem resolver questões de disputa de terras (Egbuta 2018; Vanger e Nwosu 2020).

Desde 2014, os conflitos entre agricultores e pastores, juntamente com a grilagem de terras, intensificaram-se. Em 2016, o Honorável Sadiq Ibrahim apresentou o Projeto de Lei de Criação de Reserva Nacional de Pastagem no Senado para abordar esses conflitos de forma mais inclusiva e equitativa (ACLED 2024; Africa Center for Strategic Studies 2023). O projeto de lei determinava que os governadores estaduais consultassem as comunidades locais e os proprietários de terras reconhecidos ao designar áreas e rotas de pastagem. Enfatizou a importância da compensação justa e da obtenção de consentimento antes da aquisição de reservas de pastagem. No entanto, o projeto de lei de 2016 e as propostas subsequentes, como colônias de gado, fazendas e a Política Ruga, introduzida em 2018, enfrentaram reações negativas significativas.

O Plano Nacional de Transformação da Pecuária (NLTP) de 2019 do governo federal representa um afastamento fundamental das políticas anteriores de pastoreio, por meio de sua abordagem abrangente à produção, comercialização, processamento, saúde, pastoreio e desenvolvimento comunitário da pecuária. Essa iniciativa se distancia significativamente das políticas anteriores ao adotar uma estrutura participativa que envolve as comunidades

no planejamento da fazenda e negocia a aquisição de terras por meio de consentimento informado e mecanismos de compensação justa. O NLTP prioriza terras designadas para fazendas em vez de sistemas de pastagem abertos, visando diretamente a redução de conflitos entre pastores e agricultores. Além de abordar disputas imediatas por terras, o plano aborda os fatores socioeconômicos subjacentes que contribuem para os conflitos por meio de projetos complementares de desenvolvimento rural.

A ênfase em fazendas privadas ou cooperativas empodera as partes interessadas locais de forma mais eficaz do que os modelos anteriores de reservas estaduais, enquanto o design flexível e específico para cada estado do plano demonstra maior capacidade de resposta às diversas necessidades regionais em comparação com as propostas de políticas uniformes anteriores. Essa abordagem de planejamento centrada na comunidade, combinada com sistemas de pecuária estruturados, posiciona o NLTP como uma estrutura potencialmente mais bem-sucedida para reduzir a grilagem de terras do que seus antecessores. No entanto, a promessa do plano permanece em grande parte teórica, visto que a implementação está estagnada desde que o presidente Tinubu assumiu o cargo em 2023, deixando as comunidades sem o alívio esperado dos conflitos de terra em curso.

A oposição estadual às políticas federais de criação de gado surgiu como uma característica definidora das disputas por governança fundiária na Nigéria Central, refletindo preocupações mais profundas sobre o viés do executivo e mecanismos de justiça inadequados. O governo do estado de Benue e vários grupos sociopolíticos criticaram a política de criação de gado do Presidente Buhari como evidência de favoritismo federal em relação aos interesses pastoris. O Governador Ortom demonstrou essa resistência em 2017 ao promulgar uma lei Anti-Pastoreio Aberto que impõe penalidades para a grilagem de terras (Benue State of Nigeria 2017). Da mesma forma, as crescentes demandas por restituição de terras adquiridas à força levaram a Assembleia Legislativa do estado de Plateau a aprovar uma legislação abrangente contra a grilagem de terras em 2020, com a Parte III abordando especificamente apropriações de terras proibidas, ocupação violenta, penalidades por grilagem armada e ocupação ilegal de propriedade (Plateau State Anti-Grabbing and Related Offences Bill 2020).

No entanto, essas medidas legislativas têm se mostrado inadequadas para lidar com injustiças históricas, visto que o governo do estado de Plateau permanece indeciso sobre ações relativas às terras confiscadas antes de 2020. Essa falha em facilitar o retorno de pessoas deslocadas aos seus territórios ancestrais gerou significativa frustração na comunidade, com críticos como

Bingel comparando a situação a um juiz que, apesar de evidências claras de irregularidades, implora às vítimas que “deixem a paz reinar” sem assegurar a justiça ou a restituição das propriedades roubadas. Embora a legislação estadual demonstre reconhecimento institucional dos problemas de grilagem de terras, a ausência de mecanismos de execução retroativa perpetua o deslocamento e mina a confiança da comunidade em soluções legais.

Estratégias empregadas por atores não estatais

Instituições tradicionais têm desempenhado um papel significativo no enfrentamento de questões de grilagem de terras na Nigéria Central. Mecanismos tradicionais de resolução de conflitos dependem de mediação, negociação e compensação.¹⁵ Essas estratégias comunitárias são mais eficazes e confiáveis do que mecanismos estatais porque são inclusivas e justas. Em disputas entre fazendeiros e pastores, o chefe da aldeia e o Ardo frequentemente lideram na resolução de desacordos relacionados a gado errante, colheitas danificadas, envenenamento ou roubo de rebanho e questões de grilagem de terras. A continuidade dos métodos de resolução de disputas pré-coloniais e coloniais no período pós-colonial é evidente. No entanto, sua eficácia diminuiu devido às reformas do governo local de 1976 que retiraram os poderes executivo e judicial dos chefes tradicionais (Pwajok 2019).

A falta de clareza quanto aos papéis oficiais dos líderes tradicionais na resolução de conflitos, conforme discutido no Focus Group Discussion (FGD) no estado de Benue, destaca os desafios dentro das estruturas do governo local.¹⁶ A remoção de poderes judiciais dos chefes levou à resistência das partes que buscam resolução por meio das autoridades locais ou da aplicação da lei, com relatos de insatisfação decorrentes da corrupção percebida dentro da força policial.¹⁷ O Focus Group Discussion (FGD) no estado de Benue destacou a ambiguidade dos papéis dos líderes tradicionais na resolução de conflitos dentro das estruturas oficiais do governo local.¹⁸ Blench apoia essa ambiguidade em relação aos governantes tradicionais na prevenção e mediação de conflitos no centro-norte da Nigéria. Sua pesquisa confirma que os governantes tradicionais desempenham um papel importante no diálogo; no entanto, sua influência não impede que os jovens dos

¹⁵ Entrevista com Da Edward Pwajok, Março de 2019.

¹⁶ Discussão em grupo focal, no estado de Benue, comunicação pessoal do autor, 17 de abril de 2021.

¹⁷ Entrevista com Z.Z. Alumaga, 11 de fevereiro de 2020.

¹⁸ Discussão em grupo focal, no estado de Benue, comunicação pessoal do autor, 17 de abril de 2021.

lados em conflito recorram à violência, incluindo assassinatos, mutilações e destruição de propriedades. Durante o período colonial, os chefes Berom do estado de Plateau exerciam poder limitado com organização política mínima, resultando em disputas entre indivíduos e grupos, muitas vezes terminando em confrontos armados (Blench et al. 2006).

Organizações Não Governamentais

Organizações não governamentais (ONGs), como o Centro para o Diálogo Humanitário (HD), a Mercy Corps e a Search for Common Ground, combatem as causas profundas da grilagem de terras na Nigéria Central, incluindo motivações oportunistas e deficiências institucionais. Há uma necessidade urgente de instituições legítimas e equitativas para coibir tais comportamentos entre a elite. Além disso, promover o diálogo e a mediação é crucial para combater ações que frequentemente levam à violência.

Jemkur¹⁹ afirma que os processos de diálogo intercomunitário organizados pelo HD em Plateau e no sul de Kaduna reduziram significativamente os conflitos entre as comunidades. Essas iniciativas resultaram em declarações importantes, incluindo a Declaração de Compromisso com a Paz do estado de Plateau (2014), a Declaração de Paz do Planalto Meridional (2016) e a Declaração de Paz de Kafanchan (2016). Edward Pwajok, chefe distrital de Barkin Ladi, confirmou o sucesso desses diálogos. Notavelmente, mediadores dos oito grupos étnicos envolvidos no diálogo de Plateau de 2014 foram treinados para mediar nos estados de Kaduna Meridional e Nasarawa.

No entanto, Jemkur identifica desafios substanciais no combate à grilagem de terras na Nigéria. Os problemas incluem a desconfiança profundamente enraizada decorrente da violência do passado, dos desequilíbrios de riqueza e poder que permitem que os grileiros desloquem agricultores e pastores vulneráveis, e as complexidades introduzidas por fronteiras porosas e pela mobilidade dos pastores. As pressões climáticas e o crescimento populacional agravam a escassez de recursos, levando a novos conflitos. Condições inseguras ameaçam a segurança dos mediadores e dificultam o progresso. O financiamento limitado restringe o engajamento e o acompanhamento dos acordos, enquanto a resistência política de atores estatais e elites que se beneficiam da grilagem de terras persiste. Ademais, o fraco Estado de Direito não consegue dissuadir os poderosos grileiros, e o trauma comunitário contínuo fomenta o ceticismo. Superar esses obstáculos para construir confiança, fazer cumprir acordos e implementar reformas continua sendo um desafio crítico.

¹⁹ Entrevista com Jemkur, Joseph, 12 de outubro de 2023.

Soluções sustentáveis exigem o enfrentamento das causas profundas da crise da grilagem de terras por meio de vontade política e políticas direcionadas para empoderar e proteger as populações vulneráveis.

A centralidade da terra na resolução de conflitos

A análise das políticas coloniais na Nigéria Central, realizada por este estudo, revela que a ausência de sistemas transparentes para a resolução de conflitos sobre recursos, como terras agrícolas, água e minerais, juntamente com disputas sobre direitos de propriedade e uso, obriga os indivíduos a usar a força para fazer valer seus supostos direitos à terra. Entrevistas com agricultores e pastores indicam uma profunda desconfiança em relação às agências de segurança do Estado, o que tem dificultado o diálogo e a mediação. Quando os direitos de propriedade não são aplicados imparcialmente, disputas não resolvidas ameaçam os meios de subsistência e a segurança, desestabilizando regiões e alimentando a violência.

Adicionalmente, diversos entrevistados concordaram que indivíduos oportunistas entre agricultores e pastores exploram as tensões políticas e étnicas em torno das reivindicações de terras, agravando as divisões comunitárias. A ampla disponibilidade de armas de pequeno porte aumenta ainda mais a probabilidade de conflitos relacionados à terra. Lidar com essas disputas e mitigar os riscos de escalada é essencial para evitar que as tensões se transformem em violência. Na próxima seção, analisaremos as percepções sobre a grilagem de terras e seus efeitos na paz sustentável para esclarecer esses argumentos.

A grilagem de terras na Nigéria Central criou dinâmicas complexas de mediação e negociação. Muitos agricultores relatam ter sido deslocados à força por pastores, enquanto o governo parece insensível às suas queixas. Sua política para fazendas e colônias de gado enfrenta ampla rejeição dos nigerianos, que criticam o governo federal por potencialmente abrigar uma agenda oculta voltada para a aquisição de terras para a comunidade Fulani. As preocupações do Prof. Nwabueze sobre as implicações jurídicas e políticas das colônias de gado repercutem em muitas pessoas afetadas por conflitos entre agricultores e pastores e questões de grilagem de terras. Consequentemente, essas pessoas hesitam em confiar ao governo terras que podem ser desapropriadas no futuro.

O Sr. Aaron Maren, representante da Iniciativa do Planalto para o Desenvolvimento e Avanço dos Nativos (PIDAN), argumenta que, se o sis-

tema de pecuária fosse acessível a todos, poderia beneficiar tanto pastores quanto agricultores interessados na pecuária. No entanto, a falha do governo federal em conscientizar a população sobre esse programa gerou ceticismo quanto à sua sinceridade e aos interesses que visa proteger. Maren expressou essa preocupação:

Desde o início, parece que o programa estava preparando os fulanis para ocupar ou tomar posse de territórios que não lhes pertenciam. Isso proporcionou aos pastores fulanis mais vantagens, e é por isso que nós (PIDAN) insistimos que as fazendas e colônias de pastagem sejam comunitárias. Que os indígenas se envolvam. Vivemos com alguns fulanis há muito tempo, e existem fulanis pacíficos; nem todo fulani é perigoso. Sou pastor há sete anos. É por isso que vejo falta de sinceridade quando falam sobre colônias de gado, fazendas ou Ruga, especialmente quando o governo quer se envolver. Portanto, os indígenas devem se envolver, e trazer os fulanis para tomarem posse de nossas terras é errado.²⁰

A declaração de Maren ecoa entre aqueles que se sentem excluídos do resgate governamental aos pecuaristas. Enraizadas na frustração e na realidade, narrativas de injustiça da Nigéria Central explicam por que alguns grupos se distanciam das estratégias de gestão de conflitos iniciadas pelo Estado. Desde 1994, várias recomendações de painéis e comitês de paz permanecem sem implementação (Oosterom et al. 2021). A falta de confiança no governo e os esforços para alcançar a justiça têm dificultado a reconciliação e a paz sustentável.

BT Bingel coloca desta forma:

20 Entrevista com o Sr. Aaron Maren, 18 de setembro de 2020. No original: “From the beginning, it appears that the programme was preparing Fulani to occupy or take over territory that was not theirs. It afforded Fulani pastoralists more advantages, which is why we (PIDAN) insist that ranches and grazing colonies should be community-based. Let indigenes be involved. We have lived with some Fulani for a long time, and there are peaceful Fulani; not every Fulani is dangerous. I have been a boy herder for seven years. That is why I see insincerity when they talk about cattle colonies, ranches, or Ruga, especially when the government wants to get involved. Therefore, indigenes must be involved, and bringing the Fulani to take over our land is wrong”.

Conflitos persistem sem restituição, pois a falta de recurso para as terras confiscadas gera ressentimento e alimenta confrontos contínuos, dificultando a reconciliação. Nenhum diálogo ou mediação pode superar a desconfiança quando ocupantes ilegais de terras escapam de uma reparação significativa. Até que ações apropriadas restaurem o acesso à terra ou indenizem as vítimas, acordos que instam as comunidades a “perdoar e esquecer” produzem apenas uma paz frágil.²¹

Os relatos dos entrevistados sobre a grilagem de terras revelam desafios à credibilidade institucional. A corrupção nas agências de segurança intensifica as queixas entre pastores e agricultores, destacando problemas sistêmicos na resolução de disputas de terras. Há preocupações de que o governo evite rotular infratores como criminosos devido ao favoritismo religioso e étnico, especialmente quando um grupo é retratado como bárbaro e violento. Quando as partes veem o governo nigeriano como um mediador tendencioso, torna-se difícil convencer os afetados de que a justiça é administrada de forma justa.

As apreensões de terras agravam o desequilíbrio de poder entre pastores e agricultores. As partes em disputa frequentemente buscam soluções competitivas e de soma zero, vinculadas à justiça retributiva. Nos estados de Plateau e Benue, essa dependência da justiça retributiva prejudicou os esforços para mitigar a apropriação de terras entre agricultores e pastores (Plateau Peacebuilding Agency, 2019). A injustiça e o ressentimento daqueles cujas terras foram ocupadas ilegalmente levaram alguns à violência em sua busca por justiça.

Conclusão

Os conflitos de terra na Nigéria Central representam falhas institucionais sistemáticas que perpetuam o deslocamento e inibem a paz sustentável, em vez de disputas étnicas espontâneas. A base colonial da apropriação sistemática de terras, particularmente por meio de políticas de mineração de estanho e reestruturação administrativa, estabeleceu precedentes que

21Entrevista com Baba Thomas Bingel, 12 de setembro de 2023. No original: “Conflicts persist without restitution, as the lack of recourse for seized land breeds resentment and fuels ongoing clashes, hindering reconciliation. No amount of dialogue or mediation can overcome distrust when unlawful land occupants evade meaningful redress. Until appropriate actions restore land access or compensate victims, agreements urging communities to “forgive and forget” yield only fragile peace”.

permitem que atores oportunistas explorem fragilidades de governança para ganho territorial. Os conflitos contemporâneos entre agricultores e pastores nos estados de Plateau e Benue demonstram como esses padrões históricos evoluíram para estratégias coordenadas de grilagem de terras que empregam violência, manipulação administrativa e captura de segurança para alcançar o deslocamento permanente de comunidades indígenas.

O dilema indígena-colono reflete problemas estruturais mais profundos no arcabouço institucional da Nigéria, onde autoridades concorrentes criam oportunidades de exploração, ao mesmo tempo em que minam a governança colaborativa. A Lei de Uso da Terra de 1978 exemplifica essa disfunção institucional ao concentrar a autoridade fundiária nas elites políticas, eliminando os sistemas tradicionais de resolução de conflitos e transformando disputas comunitárias administráveis em competições violentas pelo controle territorial. As estratégias atuais de gestão de conflitos produzem resultados mistos, pois abordam os sintomas em vez das fragilidades institucionais subjacentes que incentivam a competição de soma zero pelo compartilhamento colaborativo de recursos.

Abordagens híbridas de gestão de conflitos surgem de lacunas institucionais, onde as estruturas formais de governança não oferecem proteção adequada ou mecanismos de resolução de disputas para as comunidades afetadas. Essas adaptações locais demonstram tanto a resiliência da comunidade quanto a inadequação das estruturas existentes para lidar com a apropriação sistemática. No entanto, sem uma reforma institucional abrangente que aborde as injustiças históricas e as falhas de governança contemporâneas, essas abordagens híbridas permanecem insuficientes para prevenir o deslocamento e a violência contínuos.

A paz sustentável na Nigéria Central requer uma transformação institucional que elimine os incentivos à apropriação oportunista de terras, ao mesmo tempo que estabelece mecanismos de governança colaborativa que protegem os direitos indígenas e garantem o acesso equitativo aos recursos. Intervenções de segurança por si só são inadequadas, pois podem reduzir temporariamente a violência, ao mesmo tempo em que permitem a apropriação contínua por meios administrativos. Uma resolução eficaz exige a promulgação imediata de legislação protetiva, o estabelecimento de plataformas de denúncia para a expressão segura das preocupações da comunidade e uma reforma institucional abrangente, capaz de abordar a economia política da terra, em vez de apenas gerir as tensões étnicas que obscurecem as causas estruturais subjacentes do deslocamento e do conflito sistemáticos.

REFERÊNCIAS

- ACLED. 2024. *Painel ACLED*. Conjunto de dados. <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>
- Africa Center for Strategic Studies. 2023. *The Growing Complexity of Farmer-Herder Conflict in West and Central Africa*. Africa Security Brief No. 39. Washington, DC: ACSS.
- Ajala, Olusegun. 2020. "New Drivers of Conflict in Nigeria: An Analysis of the Clashes between Farmers and Pastoralists." *Third World Quarterly* 41 (12): 2048–2066. <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1811662>
- Akanle, O. 2017. "The Intersectionalities of Land Grabs in Nigeria Engaging the New Scramble for African Lands." *Africa Insight* 46 (4): 41–53.
- Alubo, S. O. 2006. *Ethnic Conflicts and Citizenship Crises in the Central Region*. Ibadan: Programme on Ethnic and Federal Studies (PEFS), Departamento de Ciência Política, Universidade de Ibadan.
- Azgaku, C. B., e U. S. Osuala. 2015. "The Socio-Economic Effects of Colonial Tin Mining on the Jos-Plateau: 1904–1960." *Developing Country Studies* 5 (14): 35–39.
- Benjaminsen, T. A., e B. Ba. 2021. "Fulani-Dogon Killings in Mali: Farmer-Herder Conflicts as Insurgency and Counterinsurgency." *African Security* 14 (1): 4–26. <https://doi.org/10.1080/19392206.2021.1925035>
- Benue State of Nigeria. 2017. *Open Grazing Prohibition and Ranches Establishment Law*. Makurdi: Governo do estado de Benue.
- Blench, R., S. Longtau, U. Hassan, e M. Walsh. 2006. *The Role of Traditional Rulers in Conflict Prevention and Mediation in Nigeria*.
- Borras, Saturnino M., e Jennifer C. Franco. 2011. "Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis." *Journal of Agrarian Change*. 12 (1): 34–59. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2011.00339.x>
- Bunkus, R., e Insa Theesfeld. 2018. "Land Grabbing in Europe? Socio-Cultural Externalities of Large-Scale Land Acquisitions in East Germany." *Land* 7 (3): 98. <https://doi.org/10.3390/land7030098>
- Busari, Y. 2021. "Plateau Groups Petition Governor over Alleged Land-Grabbing by Invaders." *THISAGE*. 6 de dezembro. <https://thisage.com.ng/plateau-groups-petition-governor-over-alleged-land-grabbing-by-invaders/>.
- Castro, Beatriz, and Catalina Kuntz. 2022. "Land Tenure Insecurity and Climate Adaptation: Socio-Environmental Realities in Colombia and Implications for Integrated Environmental Rights and Participatory Policy." In *Environmental Human Rights and Climate Change: Current Trends and Challenges in Latin America*. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81881-4_9.
- Danfulani, U. H., e W. A. Danfulani. 2018. "Religious Crisis and Ethnic Violence in the Middle-Belt of Nigeria: The Case of the Jos Plateau and the Problem of

- Conflict Management/Prevention.” In *Return of the Gods*, editado por B. A. C. Obiefuna, P. E. Nmah, e I. K. Umeanolue. Onitsha: Coskan Publishers.
- Dell’Angelo, Jampel, Gabriel Navas, Marjolein Witteman, Giacomo D’Alisa, Andre-as Scheidel, e Leah Temper. 2021. “Commons Grabbing and Agribusiness: Violence, Resistance and Social Mobilization.” *Ecological Economics* 184: 107004.
- Denzin, Norman K. 2012. “Triangulation 2.0.” *Journal of Mixed Methods Research* 6 (2): 80–88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>.
- Disturbing Occupation of 151 Villages by Armed Herders in Plateau State – *ThisDayLive*. n.d. Acesso 31 de maio 2025. <https://www.thisdaylive.com/2024/06/02/disturbing-occupation-of-151-villages-by-armed-herders-in-plateau-state/>.
- Egbuta, U. 2018. “Understanding the Herder-Farmer Conflict in Nigeria.” *Conflict Trends* 2018 (3): 40–48. <https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/EJC-140224a66e>
- Egwu, S. 2004. Ethnicity and Citizenship in Urban Nigeria: The Jos Case. Diss. de doutorado, Universidade de Jos. <http://dspace.unijos.edu.ng/jspui/bitstream/123456789/191/1/Ethnicity%20and%20Citizenship.pdf>.
- Ejiofor, P. F. 2022. “‘We Don’t Have Anything’: Understanding the Interaction between Pastoralism and Terrorism in Nigeria.” *Conflict, Security & Development* 22 (4): 345–85.
- Fonsah, Esendugue G. 2015. “Book Review: Land Grabbing in Africa: The Race for Africa’s Rich Farmland.” *Journal of Natural Resources Policy Research* 7 (4): 336–38. <https://doi.org/10.1080/19390459.2015.1099933>.
- Gbaoron, Nathaniel. 2025. “How Renewed Attacks in Plateau, Benue States Threaten Nigeria’s Food Security.” *BusinessDay (Nigeria)*. <https://businessday.ng/news/article/how-renewed-attacks-in-plateau-benue-states-threaten-nigeria-as-food-security/>.
- Haaga, Philip T., Peter E. Sule, Paul A. Idachaba, e Blessing E. Bisong. 2025. “Farmer-Herder Conflicts and Food Security in North-Central Nigeria.” *Advances in Law, Pedagogy, and Multidisciplinary Humanities* 3 (1): 1–17. <https://jurnal.fs.umi.ac.id/index.php/alpamet/article/view/847>.
- JOS PROF 2/22/224/1930. 1930. *Jos Division, Plateau Province: Report No. 53 for the Quarter Ended 31 March*.
- Jurkevics, Anna. 2022. “Land Grabbing and the Perplexities of Territorial Sovereignty.” *Political Theory* 50 (1): 32–58.
- Krätli, Saverio, e Camilla Toulmin. 2020. *Farmer–Herder Conflict in Sub-Saharan Africa?* Londres: International Institute for Environment and Development (IIED).
- Kwaja, Chris M. A., e Kate Smith. 2020. *Transnational Dimensions of Conflict between Farmers and Herders in the Western Sahel and Lake Chad Basin*. Washington, DC: Search for Common Ground.

- Lahiff, Edward. 2014. "The Great African Land Grab? Agricultural Investments and the Global Food System." *The Journal of Peasant Studies* 41 (6): 1085–1107. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.978141>.
- Lar, John T. 2018. "Policing Actors, Plural Processes and Hybridisation: Histories of Everyday Policing Practice in Central Nigeria." *Stability: International Journal of Security & Development* 7 (1): 1–15. <https://doi.org/10.5334/sta.605>.
- Lenshie, N. E., K. Okengwu, C. N. Ogbonna, e C. Ezeibe. 2021. "Desertification, Migration, and Herder–Farmer Conflicts in Nigeria: Rethinking the Ungoverned Spaces Thesis." *Small Wars & Insurgencies* 32 (8): 1221–1251.
- Logams, C. P. 2004. *The Middle-Belt Movement in Nigerian Political Development: A Study in Political Identity, 1949–1967*. Jos: Centre for Middle-Belt Studies.
- Longba'am, Gloria N. 2022. *Historicising Hybrid Conflict Management: State and Non-State Dynamics in Nigeria's Middle Belt, 1957–2018*. Tese de doutorado, Universidade Makerere.
- Madueke, Kingsley L. 2018. "Ethnicity, Politics, Land, Religion and Deadly Clashes in Jos, Nigeria." *Sciences Po CERI*. <http://sciencespo.fr/ceri/fr/oir/ethnicity-politics-land-religion-and-deadly-clashes-jos-nigeria>.
- Mangvwat, Monday Y. 2013. *History of Class Formation in the Plateau Province of Nigeria, 1902–1960: The Genesis of the Ruling Class*. Durham, NC: Carolina Academic Press.
- Mora, Sonia. 2022. "Land Grabbing and International Political Economy: Towards a Critical Neo-Gramscian Theoretical Model of Land Governance in Latin America." *Contexto Internacional* 44 (2). <https://doi.org/10.1590/so102-8529.20224402e20200108>.
- Mudinga, E. M., Ansoms, A., e Claessens, K. 2014. "Competition over Soil and Subsoil: Land Grabbing by Local Elites in South Kivu, DRC." In *Losing Your Land: Dispossession in the Great Lakes*, editado por An Ansoms e Thea Hilhorst, 76–101. Woodbridge: James Currey (Boydell & Brewer).
- Ndi, F. A., e Batterbury, S. 2017. "Land Grabbing and the Axis of Political Conflicts: Insights from Southwest Cameroon". *Africa Spectrum*, 52(1), 33–63.
- Nigeria Watch. 2021. *Eleventh Report on Violence in Nigeria*. <http://www.nigeriawatch.org/media/html/Reports/NGA-Watch-Report21VF.pdf>.
- Nnabuihe, E., e K. George. 2020. "Land Grabs and Human Insecurity in Colonial Jos Plateau, Nigeria." *Caleb Journal of Social and Management Sciences* 5 (2): 214–33.
- North, Douglass C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511808678>.
- Ochonu, Moses E. 2014. *Colonialism by Proxy: Hausa Imperial Agents and Middle Belt Consciousness in Nigeria*. Bloomington: Indiana University Press.

- Olaniyan, A., e A. Yahaya. 2016. "Cows, Bandits, and Violent Conflicts: Understanding Cattle Rustling in Northern Nigeria." *Africa Spectrum* 51 (3): 93-105. <https://doi.org/10.1177/000203971605100305>.
- Olumba, Emma E. 2022. *The Past in the Present Carnage in North Central Nigeria: The Role of Collective Memory on Conflict Persistence*. Qeios. <https://www.qeios.com/read/3J7Z6W>.
- Olumba, E. E., Nwosu, B. U., Okpaleke, F. N., e Okoli, R. C. 2022. "Conceptualising Eco-Violence: Moving beyond the Multiple Labelling of Water and Agricultural Resource Conflicts in the Sahel." *Third World Quarterly* 43 (9): 2075-2090.
- Oosterom, Marjoke, Daniella Sha, e Caitriona Dowd. 2021. "Commissions of Inquiry and Pathways to Accountability in Plateau State, Nigeria." *The Journal of Modern African Studies* 59 (3): 439-62. <https://doi.org/10.1017/S0022278X21000252>.
- Plateau Peace Dialogue. 2021. Janeiro [Gravação de áudio].
- Plateau Peacebuilding Agency. 2019. *Report of a Two-Day Interactive and Fact-Finding Session between the Plateau State Command's Commissioner of Police and Leaders of the Fulani and Natives of Bassa, Jos South, Jos East, Riyom, and Barkin Ladi Local Governments*.
- Plateau State. 2020. *Plateau State Anti-Grabbing and Related Offences Bill*.
- Plotnicov, Leonard. 1972. "Who Owns Jos? Ethnic Ideology in Nigerian Urban Politics." *Urban Anthropology* 1 (1): 1-13. <http://www.jstor.com/stable/40552853>.
- Pritchard, M. F. 2016. "Contesting land rights in a post-conflict environment: Tenure reform and dispute resolution in the centre-West region of Côte d'Ivoire". *Land Use Policy*, 54, 264-275. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837715301198>
- Rowling, C. W. 1935. *Report on Land Tenure in Plateau Province*. British Library, EAP532/1/2/22. <https://eap.bl.uk/archive-file/EAP532-1-2-22>.
- Robinson, B. E., Masuda, Y. J., Kelly, A. C., Holland, M. B., Bedford, C., Childress, M. D., Fletschner, D., Game, E. T., Ginsburg, C., Hilhorst, D., Lawry, S., Miteva, D. A., Musengezi, J., Naughton-Treves, L., Nolte, C., Sunderlin, W. D., e Veit, P. (2017). Incorporating Land Tenure Security Into Conservation. *Conservation Letters*. <https://doi.org/10.1111/conl.12383>.
- Rulli, Maria Cristina, Antonio Saviori, e Paolo D'Odorico. 2013. "Global Land and Water Grabbing." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110 (3): 892-897. <https://doi.org/10.1073/pnas.1213163110>.
- Se Tok: Conversation with Da Rev. Father Paul Pam. 2023. [Vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=vER_nOqVkv4.
- Shobayo, Isaac. 2024, 19 abril. "How Insecurity in the Middle Belt Is Fueling Food Crisis in Nigeria." *Tribune Online*. <https://tribuneonlineng.com/how-insecurity-in-the-middle-belt-is-fueling-food-crisis-in-nigeria/>.

- Sosa Varrotti, Andrea P., Delia C. Ramírez, e Paula C. Serpe. 2022. "Land Grabbing and Agribusiness in Argentina: Five Critical Dimensions for Analysing Corporate Strategies and Its Impacts over Unequal Actors." *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies* 103 (4): 417–37. <https://doi.org/10.1007/s41130-022-00182-2>.
- "The Tragedy in Benue – Zaki Biam through the Eyes of People There." 2017. *Stratfor Worldview*. 4 março. <https://worldview.stratfor.com/article/tragedy-benue-zaki-biam-through-eyes-people-there>.
- Twomey, Hannah. 2014. *Displacement and Dispossession through Land Grabbing in Mozambique: The Limits of International and National Legal Instruments*. RSC Working Paper No. 101. Oxford: Centro de Estudos sobre Refugiados, Universidade de Oxford.
- Ukase, Peter I., e Teresa P. Jato. 2022. "Socio-Economic Consequences of Conflict: The Predicament of Internally Displaced Persons in Benue State." *African Journal of Social Sciences and Humanities Research* 5 (5): 10–26.
- Unruh, Jon D., e Mariam Shalaby. 2022. "Tenure Security in War-Affected Scenarios: Challenges and Opportunities for Sustainability." In *Environmental Human Rights and Climate Change: Current Trends and Challenges in Latin America*. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81881-4_8.
- Vanger, E. Terngu, e Benedict U. Nwosu. 2020. "Institutional Parameters That Condition Farmer–Herder Conflicts in Tivland of Benue State, Nigeria." *African Security Review* 29 (1): 20–40. <https://doi.org/10.1080/10246029.2020.1763413>.
- WanaData. 2022. "Hunger Looms in Benue Valley as Herdsmen Force Farmers out of Farmlands." *WanaData Africa (Medium)*. 31 de março. <https://medium.com/wanadata-africa/hunger-looms-in-benue-valley-as-herdsmen-force-farmers-out-of-farmlands-2e07e61f600>.
- White, Ben, Saturnino M. Borras Jr., Ruth Hall, Ian Scoones, e Wendy Wolford. 2012. "The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals." *The Journal of Peasant Studies* 39 (3–4): 619–47. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.691879>.

RESUMO

Apesar da extensa pesquisa sobre os conflitos sectários e entre agricultores e pastores que assolam a Nigéria Central, poucas pesquisas sobre os efeitos complicadores da apropriação de terras na resolução de conflitos foram adequadamente exploradas. Este estudo examina os efeitos da apropriação de terras nos esforços de construção da paz. Este artigo emprega um delineamento de pesquisa histórica para argumentar que a economia política da propriedade da terra apresenta desafios específicos à resolução de conflitos que as estratégias de gestão híbrida existentes não conseguem abordar adequadamente. Em segundo lugar, apresenta uma estrutura analítica que prioriza

a terra como unidade central de análise, oferecendo novos insights sobre a eficácia limitada das estratégias atuais de resolução de conflitos. Esta pesquisa aprimora nossa compreensão teórica de como a apropriação de recursos se relaciona com a recorrência de conflitos em contextos africanos pós-coloniais. Esta pesquisa explora os papéis de atores estatais e não estatais na promoção ou obstrução da justiça e da reconciliação em relação a questões de apropriação de terras. Utilizando dados históricos e entrevistas orais, as descobertas indicam que a resolução eficaz de conflitos na Nigéria Central requer uma reavaliação fundamental de como a dinâmica da propriedade da terra impacta os processos de paz. Este estudo tem implicações significativas para a teoria e a prática, melhorando nossa compreensão de conflitos baseados em recursos em comunidades fragmentadas e fornecendo insights práticos para formuladores de políticas que abordam questões de segurança humana e alimentar na Nigéria Central.

PALAVRAS-CHAVE

Grilagem de terras. Conflitos de identidade. Segurança alimentar. Deslocamento. Nigéria Central. Nigéria.

Recebido em 31 de maio de 2025

Aceito em 13 de junho de 2025²²

Traduzido por Augusto Lorenzo Esposito

22 Como citar: Longbaam-Alli, Gloria . “Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 124-154. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.147905>.

FRONTEIRAS SEM DONO: APATRIDIA, DESLOCAMENTO E INSEGURANÇA HUMANA NA BAKASSI PÓS-TRANSFERÊNCIA

Seun Bamidele¹



Introdução

O conflito pela Península de Bakassi permanece como um dos exemplos mais complexos e duradouros de disputas territoriais pós-coloniais na África, levantando questões urgentes sobre soberania legal, controle de recursos e segurança humana. Originalmente inserida nas fronteiras fluidas e frequentemente contestadas da cartografia colonial, Bakassi foi alvo de reivindicações territoriais mutáveis entre Nigéria e Camarões, um impasse que culminou no acórdão de 2002 da Corte Internacional de Justiça (CIJ), que concedeu a península a Camarões (CIJ 2002a; 2002b). Apesar de celebrado internacionalmente como um triunfo da diplomacia legal e da solução pacífica de controvérsias (International Peace Institute, 2008; Nações Unidas, 2008), o veredicto e suas consequências expuseram a profunda desconexão entre o direito internacional e as realidades locais, especialmente para os habitantes de Bakassi, confrontados com a apatridia, o deslocamento forçado e a ambiguidade jurídica (Odinkalu 2012; Hussain 2023; Oyewo 2021).

A produção acadêmica sobre o conflito de Bakassi tem privilegiado predominantemente suas dimensões geopolíticas e jurídico-internacionais, com ênfase particular no papel da CIJ na arbitragem de disputas territo-

1 Departamento de Estudos sobre a Paz e o Conflito, Universidade Federal de Oye-Ekiti. Oye-Ekiti, Nigéria. E-mail: oluwaseun.bamidele@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9782-6543>.

riais e na fiscalização do cumprimento de obrigações convencionais entre Estados (Bonchuk 2014; Ezeilo 2010; Nwoko 2015). Outras pesquisas têm analisado as relações bilaterais entre Nigéria e Camarões, o papel dos recursos naturais em acirrar o conflito e as dificuldades de execução de decisões internacionais (Hart 2022; Ebolo 2022; Egeran 2015). Embora relevantes, tais trabalhos adotam frequentemente uma perspectiva estadocêntrica que obscurece as experiências concretas das populações afetadas, particularmente no que concerne às questões de nacionalidade, deslocamentos compulsórios e marginalização social.

Este estudo se distancia desses marcos teóricos ao colocar em primeiro plano as consequências humanas da diplomacia jurídica internacional, particularmente o surgimento da apatridia pós-colonial e a marginalização das pessoas deslocadas. A pesquisa dialoga com, mas também critica, a literatura que aborda superficialmente o vínculo entre os processos legais internacionais e as falhas cotidianas de governança nas regiões de fronteira.

O cerne do conflito reside na convergência de forças jurídicas, geopolíticas e socioeconômicas. A localização estratégica da península no Golfo da Guiné – área rica em reservas *offshore* de petróleo e gás natural – elevou significativamente os interesses em jogo na disputa territorial, refletindo um padrão recorrente no continente africano, onde a abundância de recursos naturais intensifica tensões fronteiriças (Hart 2022; Ebolo 2022; Egeran 2015). Para a Nigéria, a perda de controle representou um revés nacional, enquanto para Camarões, a afirmação de soberania simbolizou a tão aguardada restauração da integridade territorial (Caldwell 2012; Baye 2010; Akhere 2023). No entanto, essas narrativas centradas no Estado frequentemente ocultaram a realidade da população civil de Bakassi, em grande parte desenraizada à força, privada de proteção legal e abandonada a uma precariedade existencial (BBC 2013; Ngalim 2019; Macdonald 2024).

Apesar dos crescentes apelos por abordagens mais centradas nas pessoas nos conflitos territoriais (Beckly 2013; Fobella 2007), pouca atenção tem sido dada a como decisões judiciais reconfiguram regimes de cidadania e perpetuam marginalizações estruturais. O caso de Bakassi representa, assim, uma oportunidade singular para questionar os limites da resolução internacional de conflitos de baixo para cima, onde a soberania legal não se traduz em proteção ou reconhecimento para as populações fronteiriças.

Os impactos humanitários do conflito foram profundos. Mesmo mais de uma década após o Acordo de Greentree, milhares de indígenas deslocados de Bakassi na Nigéria permanecem em assentamentos precários, com acesso limitado a serviços de saúde, educação ou reconhecimento jurídico

(Unah 2021; Sheikh et al. 2016). O vácuo sociopolítico deixado pela retirada do Estado de Bakassi também favoreceu a militarização da região, práticas de exclusão e impunidade, tanto na Nigéria quanto em Camarões, onde forças militares foram mobilizadas não apenas para defesa fronteiriça, mas também para reprimir dissidências e controlar populações locais (Kah 2014; Beckly 2013). Nesse contexto, como argumentam Beckly (2013) e Fobella (2007), a disputa por Bakassi contribuiu para ampliar a instabilidade regional, inclusive com o surgimento de movimentos separatistas, como o Ambazonia.

É importante destacar que o conflito de Bakassi não pode ser compreendido isoladamente dos debates continentais e teóricos mais amplos. Estudiosos do direito e teóricos críticos, particularmente aqueles vinculados às Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional, criticaram a dependência da CIJ em tratados da era colonial e a marginalização de vozes locais em sua adjudicação (Nwoko 2015; Bonchuk 2014; LeFebvre 2014). Embora a decisão tenha respeitado as normas do direito internacional, ela falhou em proporcionar justiça em qualquer sentido sociopolítico significativo. O resultado foi uma paz frágil, desprovida de legitimidade popular, o que Ngalim (2016) descreve como uma “resolução vazia”, que negligencia as reivindicações indígenas por terra, identidade e participação na tomada de decisões.

A questão da cidadania também permanece profundamente contestada. Como destacam o *Cameroon Multi-Country Office* (2017) e Manby (2016), o caso de Bakassi expõe as deficiências dos regimes de cidadania na África, onde identidade legal e pertencimento político frequentemente se dissociam. Segundo a legislação camaronense, o processo de naturalização permanece opaco e excludente, deixando muitos ex-residentes nigerianos de Bakassi em um espaço liminar de não reconhecimento legal (Nguindip 2017; Macdonald 2024). Essa dinâmica impacta particularmente grupos marginalizados, como mulheres e jovens. Estudos mostram que os deslocados em Bakassi enfrentam vulnerabilidades múltiplas, incluindo violência de gênero, exclusão da formulação de políticas e precariedade econômica.

Este estudo intervém na literatura existente ao deslocar o foco analítico da diplomacia de alto nível para as consequências sociopolíticas da resolução legal. Explora como os acordos de paz formais obscurecem as lutas cotidianas daqueles tornados invisíveis pelas narrativas Estadocêntricas de conflito. Especificamente, investiga duas dinâmicas interligadas: a crise da apatridia pós-colonial e os limites da cidadania legal em territórios contestados, bem como as consequências estruturais do deslocamento, da disputa por recursos e do fracasso governamental na Península de Bakassi. Ao fazê-lo, o

estudo preenche uma lacuna crítica entre os estudos jurídicos e as condições materiais das comunidades marginalizadas em zonas de fronteira na África pós-colonial.

Revisão de Literatura

A questão das fronteiras pós-coloniais e seu impacto na apatridia tem sido amplamente examinada nos estudos africanos. Pesquisadores destacam como as práticas de delimitação de fronteiras do período colonial ignoraram as complexas dinâmicas étnicas, linguísticas e políticas da região, gerando tensões persistentes no período pós-independência. Esse corpo literário também enfatiza como tais fronteiras arbitrárias contribuem para o deslocamento populacional, as soberanias contestadas e a produção de populações apátridas. Com base nessa literatura, a seção seguinte situa o conflito na Península de Bakassi dentro desse debate mais amplo, demonstrando como essas dinâmicas se manifestam no contexto específico da disputa fronteiriça entre Nigéria e Camarões.

Fronteiras Pós-Coloniais, Apatridia e o Conflito de Bakassi:

A crise da Península de Bakassi é emblemática dos desafios mais amplos que os Estados africanos pós-coloniais enfrentam ao lidar com fronteiras herdadas do colonialismo. Assim como outros conflitos fronteiriços no continente, a disputa por Bakassi tem suas raízes na demarcação arbitrária de territórios por potências coloniais, com pouca consideração pelas realidades étnicas, linguísticas e sociopolíticas locais (Bonchuk 2014; Ezeilo 2010). O veredito de 2002 da Corte Internacional de Justiça, que transferiu Bakassi da Nigéria para o Camarões, foi celebrado como uma resolução legal pacífica (CIJ 2002a; 2002b; Nações Unidas 2008).

Tabela 1: Cronologia do Conflito de Bakassi

Ano	Evento
1961	Bakassi tornou-se parte da Nigéria após plebiscito organizado pelas Nações Unidas
1971	Nigéria e Camarões assinam acordo sobre fronteira marítima
1994	Camarões leva o caso da Península de Bakassi à CIJ
2002	A CIJ decide a favor dos Camarões, atribuindo-lhe a soberania sobre Bakassi
2006	Nigéria e Camarões assinam o <i>Acordo de Greentree</i> sobre a transferência de Bakassi. O Movimento Bakassi pela Autodeterminação (BAMOSD) declara a “República Democrática de Bakassi”
2008	Retirada total das tropas nigerianas de Bakassi
2009	Camarões conclui a transição administrativa de Bakassi

Fonte: Dados compilados pelo autor (2025).

No entanto, como diversos estudiosos argumentam, a decisão judicial não conseguiu enfrentar as consequências humanas de longo prazo dessa decisão, particularmente o deslocamento forçado, a apatridia e a exclusão socioeconômica dos bakassenses nigerianos (Odinkalu 2012; Hussain 2023).

A apatridia na região de Bakassi representa uma das dimensões humanitárias mais urgentes do conflito. A literatura destaca que as populações afetadas encontram-se em um limbo jurídico, negligenciadas tanto pelo Estado camaronês (que lhes nega a cidadania) quanto pelo nigeriano (que as abandonou). Como demonstram o *Cameroon Multi-Country Office* (2017) e Manby (2016), a condição de apatridia priva os indivíduos de direitos civis, políticos e sociais, incluindo acesso à educação, saúde e proteção legal. As leis restritivas de nacionalidade dos Camarões dificultam ainda mais o reconhecimento jurídico dos residentes de origem nigeriana (Nguindip 2017), enquanto as tentativas de obtenção de identificação legal permanecem inconsistentes e excludentes (Macdonald 2024).

A crise também gerou resistência localizada, manifestada em agitação separatista e movimentos comunitários de autodeterminação. O Movimento Bakassi pela Autodeterminação (BAMOSD), por exemplo, surgiu como resposta ao abandono percebido dos bakassenses tanto pela Nigéria quanto por

Camarões (Comissão de Imigração e Refugiados do Canadá 2010; Nwoko 2015). Pesquisadores como Akhere (2023) e Beckly (2013) documentam a crise identitária vivenciada pelos residentes de Bakassi, cuja afinidade étnica e cultural com a Nigéria contrasta radicalmente com sua nova realidade jurídico-política sob a administração camaronesa. Essa desconexão aprofundou ressentimentos e reforçou percepções de marginalização, semelhantes a outras tensões fronteiriças da África (Fobella 2007; Ngaliem 2016).

Além disso, o papel do direito internacional na resolução de disputas fronteiriças tem sido alvo de críticas crescentes. Embora instrumentos jurídicos como a decisão da CIJ e o Acordo de Greentree tenham buscado oferecer clareza e estabilidade (International Peace Institute 2008), eles frequentemente o fazem em detrimento das comunidades fronteiriças. Ebolo (2022) e LeFebvre (2014) criticam a natureza vertical dessas soluções jurídicas, argumentando que elas reforçam uma soberania centrada no Estado, ao mesmo tempo em que silenciam as vozes subalternas. Essa exclusão tem implicações tanto para a legitimidade quanto para a paz duradoura, especialmente quando a agência sociopolítica de grupos deslocados ou apátridas é ignorada.

O caso de Bakassi ilustra, assim, um padrão recorrente na política pós-colonial africana: a incapacidade dos mecanismos jurídicos internacionais e da diplomacia regional em abordar adequadamente as complexidades intrínsecas à cidadania, ao pertencimento e à identidade territorial. Quando desprovidas da participação substantiva dos atores locais e da institucionalização de estruturas baseadas em direitos para as populações afetadas, tais soluções produzem uma paz meramente jurídica, frágil e efêmera.

Deslocamento Territorial, Políticas de Recursos e os Limites da Resolução Jurídica

A crise da Península de Bakassi exemplifica a complexa interligação entre soberania territorial, disputa por recursos e deslocamento na África pós-colonial. Situada em uma zona marítima rica em petróleo, o valor geopolítico e econômico de Bakassi elevou significativamente as apostas da disputa territorial entre Nigéria e Camarões (Hart 2022; Nonju e Uwuh 2021). A presença de recursos naturais há muito é identificada como um fator acelerador de disputas fronteiriças na África, especialmente em regiões onde a riqueza natural se sobrepõe a fronteiras coloniais indefinidas ou contestadas (Egeran 2015; Otor 2022). No caso de Bakassi, o desejo de controlar reservas de petróleo *offshore* altamente lucrativas intensificou as reivindicações nacionalistas e moldou a dinâmica pós-decisão. A relutância da Nigéria em

ceder o território e a assertividade dos Camarões após a decisão da CIJ refletiram essa lógica mais profunda de territorialidade impulsionada por recursos (Caldwell 2012; BBC 2013).

No entanto, embora instrumentos jurídicos como a decisão da CIJ de 2002 e o Acordo de Greentree de 2006 sejam frequentemente celebrados por terem evitado uma guerra (CIJ 2002a; International Peace Institute 2008), eles, ao mesmo tempo, negligenciaram as prioridades locais. Como observam Bonchuk (2014) e LeFebvre (2014), as resoluções legais para conflitos fronteiriços na África tendem a privilegiar negociações centradas nas elites e nos Estados, em detrimento de uma justiça participativa e inclusiva. O conflito de Bakassi ilustra como esse legalismo pode obscurecer o custo humano da paz: dezenas de milhares de pessoas foram desalojadas, perderam seu *status* legal ou foram realocadas para assentamentos precários, sem o apoio adequado do Estado (Ngalim 2019; Hussain 2023; Unah 2021).

O deslocamento não é meramente um efeito colateral humanitário, mas sim uma consequência estrutural de como os Estados pós-coloniais lidam com transições territoriais. Em Bakassi, os retornados nigerianos foram realocados para campos temporários e assentamentos subfinanciados nos estados de Akwa Ibom e Cross River, onde enfrentam acesso limitado a moradia, educação e saúde (Cameroon Multi-Country Office 2017; Beckly 2013). Diversos estudos documentam como esse abandono institucional exacerbou o trauma psicológico, com elevadas incidências de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), sofrimento e ansiedade entre as populações deslocadas (Madoro et al. 2020; Sheikh et al. 2016). A crise reflete um padrão africano mais amplo, onde o colapso dos mecanismos de proteção e a prolongada inatividade estatal transformam as comunidades fronteiriças em zonas de precariedade perpétua (Kah 2014; Ebiede et al. 2020).

Essas dinâmicas são agravadas por vulnerabilidades de gênero. Como enfatizam Oke-Chinda (2021) e Oghuvbu e Okolie (2020), mulheres em campos de deslocamento estão desproporcionalmente expostas à violência sexual, à exploração econômica e à exclusão dos processos de tomada de decisão. Apesar de marcos internacionais como a Convenção de Kampala e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderem uma recuperação pós-conflito sensível ao gênero, a implementação dessas diretrizes em Bakassi tem sido, na melhor das hipóteses, superficial. As mulheres deslocadas estão amplamente ausentes dos processos de reintegração, e os mecanismos de responsabilização e reparação permanecem fragmentados ou inexistentes (Dayil 2015; Anthony 2014).

A falha de governança também caracteriza o cenário pós-transferência. Apesar da celebração internacional do Acordo de Greentree como um sucesso diplomático (Nações Unidas 2008), tanto a Nigéria quanto os Camarões têm enfrentado dificuldades para implementar estruturas sustentáveis de desenvolvimento das regiões fronteiriças, proteção social e inclusão cívica. Anthony (2014) e Taiwo e Igwebuike (2015) observam que a ausência de estruturas de governança inclusivas permitiu o florescimento da corrupção e do clientelismo, especialmente na administração dos programas de ajuda e reassentamento. O engajamento tímido da União Africana após a transferência evidencia ainda mais as limitações dos organismos continentais em proteger os direitos humanos das comunidades afetadas por mudanças legais de fronteira (Baye 2010; Ngalim 2016).

O discurso público e a cobertura midiática desempenharam um papel crucial na formação das percepções nacionais e internacionais sobre a crise. Taiwo e Igwebuike (2015) demonstram como a mídia nigeriana e camaronense adotaram predominantemente narrativas Estadocêntricas e nacionalistas que negligenciaram as vozes dos residentes deslocados. Esse enquadramento discursivo reforçou as versões oficiais de “resolução pacífica” enquanto invisibilizava o sofrimento contínuo e a apatridia no terreno (Otor 2022; Macdonald 2024). Como resultado, a legitimidade da solução jurídica é contestada não apenas em fóruns políticos, mas também na experiência vivida das comunidades fronteiriças que permanecem não reconhecidas, desprotegidas e sem voz.

Em essência, o caso da Península de Bakassi ilustra o paradoxo da paz jurídica. Embora a soberania tenha sido redefinida por meio de uma adjudicação internacional, os custos humanos, apatridia, deslocamento, trauma psicológico e abandono institucional permaneceram sem solução. O encerramento jurídico não se traduziu em justiça social ou segurança humana. Por isso, estudiosos têm defendido, cada vez mais, a necessidade de repensar a governança pós-conflito fronteiriço na África, com ênfase na cidadania inclusiva, na justiça de gênero e na tomada de decisão participativa (Manby 2016; Odinkalu 2012; Nwoko 2015). A experiência de Bakassi serve como um alerta: a paz assegurada por meio de imposições legais, mas desprovida de legitimidade local e equidade social, pode apenas consolidar formas mais profundas e duradouras de insegurança nas zonas fronteiriças da África.

Metodologia

Este estudo adota um desenho de pesquisa qualitativo fundamentado na teoria pós-colonial e nas Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional, com o objetivo de examinar criticamente o conflito da Península de Bakassi por meio das lentes interseccionais da soberania jurídica, apatridia e deslocamento. A abordagem qualitativa é particularmente adequada para desvendar como decisões jurídicas internacionais e ações estatais se traduzem em (in)segurança humana para as populações afetadas nas regiões fronteiriças contestadas da África.

Figura 1: Localização da Península de Bakassi



Fonte: Seção de Informações Geoespaciais (2005). O mapa mostra a Península de Bakassi situada ao longo do Golfo da Guiné, na fronteira marítima entre o sudeste da Nigéria e o sudoeste de Camarões. A área disputada localiza-se próxima à foz do Rio Cross e é conhecida por sua posição estratégica e zonas *offshore* ricas em recursos. Esse contexto geográfico é fundamental para compreender o conflito territorial e suas implicações humanas.

Os dados foram coletados por meio de literatura acadêmica e reportagens da mídia. As fontes primárias incluem o julgamento da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2002, o Acordo de Greentree, relatórios do ACNUR e da ONU, além de acordos bilaterais relevantes entre Nigéria e Camarões (ICJ 2002a; ONU 2008; Cameroon Multi-Country Office 2017). Estudos acadêmicos como Bonchuk (2014), Hart (2022) e Ngalim (2016) fornecem uma visão crítica sobre as dimensões estruturais e institucionais do conflito, enquanto artigos jornalísticos e reportagens investigativas (por exemplo, BBC 2013; Unah 2021) oferecem perspectivas sobre as experiências vividas pelos residentes deslocados.

A análise utiliza a Análise Crítica do Discurso (ACD) para examinar como narrativas jurídicas, estatais e midiáticas constroem noções excludentes de cidadania e soberania. Essa abordagem é complementada por uma análise documental que busca identificar inconsistências entre as resoluções legais e sua implementação prática. Dá-se atenção especial às representações do deslocamento, às vulnerabilidades de gênero e à marginalização das vozes locais nos processos de tomada de decisão.

Dado o uso exclusivo de fontes secundárias, o estudo não exigiu aprovação ética formal. No entanto, foi tomado o cuidado de representar eticamente as populações deslocadas e apátridas, evitando reforçar narrativas centradas exclusivamente no Estado. Todos os materiais são devidamente citados, e a triangulação de fontes foi empregada para reforçar a confiabilidade das informações e a profundidade analítica.

Uma limitação importante é a ausência de trabalho de campo direto, o que restringe o acesso a testemunhos em primeira mão e pode limitar nuances contextuais. Ainda assim, a triangulação de múltiplas fontes de dados garante uma análise rica e multiescalar de como direito, política e identidade se entrelaçam na governança pós-conflito de Bakassi.

Resultados

Esta seção apresenta os principais achados do estudo, organizados em torno de temas centrais que emergiram da análise documental, da revisão de políticas e de dados secundários sobre o conflito na Península de Bakassi. Esses temas iluminam como a resolução jurídica da disputa por Bakassi, longe de encerrar a crise, contribuiu para novas formas de apatridia, militarização e abandono institucional tanto na Nigéria quanto em Camarões.

Legados Coloniais e a Perpetuação da Apatridia

As origens do conflito na Península de Bakassi estão enraizadas no legado mais amplo da cartografia colonial e dos marcos jurídicos que ignoraram as relações espaciais indígenas, os limites comunitários e os arranjos sociopolíticos locais. A partilha da África pelas potências europeias privilegiou a conveniência geopolítica em detrimento da coerência étnica, cultural e ecológica. No caso de Bakassi, o Tratado Anglo-Alemão de 1913, firmado entre Grã-Bretanha e Alemanha, delimitou o controle territorial na África Ocidental sem qualquer consulta ou consentimento das populações locais (Bonchuk 2014; Ebolo 2022). Esse tratado foi posteriormente utilizado pela CIJ em sua decisão de 2002, legitimando a soberania dos Camarões sobre o território. No entanto, ao se basear exclusivamente em instrumentos da era colonial, a CIJ desconsiderou as reivindicações indígenas e, na prática, dissociou a soberania legal do pertencimento sociopolítico (Nwoko 2015; Ezeilo 2010).

A abordagem legalista adotada pela CIJ no tratamento do conflito desconsiderou as identidades complexas e historicamente enraizadas dos habitantes de Bakassi. Embora a Corte tenha decidido com base nos princípios do direito internacional relativos à soberania territorial, deixou de abordar as implicações sociais e humanitárias de seu julgamento. Isso incluiu questões cruciais como cidadania, proteção e pertencimento político para as comunidades nigerianas que residiam no território há gerações (ICJ 2002a; Akhere 2023). O Acordo de Greentree (2006), que operacionalizou a decisão da CIJ, não continha garantias vinculantes para a proteção daqueles em risco de apatridia. Em vez disso, a responsabilidade foi delegada à Nigéria e Camarões, que deveriam negociar o *status* dos residentes de Bakassi, muitos dos quais ficaram presos em um limbo jurídico após a transferência de autoridade (International Peace Institute 2008; Baye 2010).

Como consequência, milhares de nigerianos deslocados passaram a se encontrar excluídos dos regimes de cidadania tanto da Nigéria quanto dos Camarões. Segundo Odinkalu (2012) e o *Cameroon Multi-Country Office* (2017), o *status* de cidadania dos residentes de Bakassi permanece indefinido anos após a transição. Muitos recusaram a naturalização camaronesa por medo de marginalização ou de alienação cultural, enquanto outros enfrentaram obstáculos processuais e burocráticos que impediram sua assimilação legal (Nguindip 2017; Manby 2016). Isso consolidou uma condição de apatridia de fato, caracterizada pela ausência de representação política, acesso a serviços públicos e reconhecimento legal. Essa situação afeta de forma desproporcional mulheres e jovens, que enfrentam vulnerabilidades agravadas devido à sua marginalização socioeconômica (Oke-Chinda 2021; Dayil 2015).

As consequências da apatridia vão além da invisibilidade jurídica, abrangendo trauma psicossocial, privação econômica e desmobilização a longo prazo. Muitos dos deslocados permanecem em assentamentos precários nos estados nigerianos de Cross River e Akwa Ibom, onde enfrentam condições de vida adversas e negligência institucional (Unah 2021; Oghuvbu e Okolie 2020). Aqueles que permaneceram em Camarões, especialmente em áreas como Idabato e Kombo Abedimo, relatam estar sujeitos a taxações discriminatórias, negação de documentos de identidade e exclusão da participação política (BBC 2013; Macdonald 2024). A apatridia em Bakassi, portanto, representa uma crise multidimensional enraizada na injustiça histórica, na omissão legal e na apatia institucional.

Essa crise é emblemática de uma falha mais ampla do direito internacional e da diplomacia em considerar as experiências vividas por pessoas deslocadas por mecanismos legalistas de governança estatal. Como observa Hussain (2023), a situação em Bakassi não é um caso isolado, mas parte de um padrão no qual decisões internacionais, embora processualmente corretas, negligenciam os imperativos de direitos humanos das populações afetadas. A ênfase na integridade territorial e na resolução diplomática obscurece questões fundamentais de justiça, inclusão e agência democrática. Sem intervenções específicas, como reformas inclusivas de cidadania, assistência jurídica efetiva e mecanismos de justiça transicional, os legados da cartografia colonial e da apatridia em Bakassi continuarão a minar a estabilidade regional e a segurança humana na região do Golfo da Guiné (Hart 2022; LeFebvre 2014; Ngali 2019).

Deslocamento, Expropriação e Abandono Institucional

A transferência da autoridade sobre a Península de Bakassi da Nigéria para Camarões, após o Acordo de Greentree de 2006, resultou no deslocamento de milhares de nigerianos, que foram rapidamente realocados para locais de reassentamento nos estados de Akwa Ibom e Cross River (Unah 2021; Ebolo 2022). Essas iniciativas de realocação, motivadas mais por simbolismos diplomáticos do que por um planejamento genuíno de reassentamento, foram marcadas por má coordenação, subfinanciamento e negligência administrativa (Ezeilo 2010; Akhere 2023). Muitos deslocados foram forçados a viver em campos superlotados e carentes de serviços, como os de Ikang e Atabong, que careciam de amenidades sociais básicas, instalações de saúde e educação (Sheikh et al. 2016; Macdonald 2024). As condições desses campos não atendiam aos padrões humanitários mínimos, e os residentes permane-

ciam em um limbo jurídico, sem garantias de reintegração sustentável ou de empoderamento econômico.

Essas condições pós-deslocamento exemplificam o que estudiosos e observadores de direitos humanos denominam abandono institucional. Apesar das promessas de compensação, reabilitação e reintegração feitas pelas autoridades nigerianas no momento da assinatura do Acordo de Greentree, pouco apoio concreto foi efetivamente destinado às populações deslocadas ao longo dos anos (Kindzeka 2013; Hart 2022). Agências federais e estaduais transferiram, em grande medida, o ônus do cuidado para organizações não governamentais e grupos religiosos, resultando em um sistema de apoio fragmentado e insuficiente. A ausência de uma resposta política coordenada revela um desdém estrutural mais profundo pelas comunidades deslocadas e marginalizadas na arquitetura governamental da Nigéria (Odinkalu 2012; Otor 2022).

As consequências desse abandono são sentidas de forma desproporcional por mulheres, crianças e jovens. Mulheres deslocadas enfrentam riscos elevados de violência de gênero, marginalização econômica e acesso inadequado a serviços de saúde reprodutiva (Oke-Chinda 2021; Oghuvbu e Okolie 2020). Crianças de famílias deslocadas sofrem interrupções na educação e apresentam sinais de estresse pós-traumático e sofrimento psicológico devido ao prolongado deslocamento e à perda do lar, da identidade e da segurança (Sheikh et al. 2016; Madoro et al. 2020). Os jovens, por sua vez, são cada vez mais atraídos para mercados de trabalho informais e precários ou para milícias locais como meio de sobrevivência, o que os expõe a ciclos de violência e pobreza (Dayil 2015; Ebiede et al. 2020).

A discrepância entre a retórica estatal e as realidades vividas no terreno não constitui apenas uma falha política, mas uma forma de violência sistêmica que reforça padrões históricos de negligência e marginalização. Apesar da atenção internacional à transferência de Bakassi e das garantias oferecidas pelas Nações Unidas e por atores-chave no âmbito do Acordo de Greentree, o monitoramento e o apoio a longo prazo têm sido insuficientes (International Peace Institute 2008; Nações Unidas 2008). Essa negligência alimenta a desconfiança entre as populações deslocadas, minando tanto os esforços internos quanto os transfronteiriços de construção da paz. A ausência de soluções duradouras, como segurança na posse da terra, documentação de cidadania e oportunidades de subsistência, mantém essas comunidades em um estado perpétuo de incerteza.

Mais importante ainda, o caso dos retornados de Bakassi evidencia a falha das instituições estatais em garantir os direitos das populações desloca-

das após a resolução internacional do conflito. Como observam Baye (2010) e Ngalim (2019), a ausência de um planejamento pós-conflito inclusivo consolidou novas formas de marginalização e agravou a insegurança humana. Juristas criticam o Acordo de Greentree por priorizar a soberania territorial em detrimento da dignidade humana, tornando efetivamente invisíveis os indígenas deslocados de Bakassi tanto nos marcos legais domésticos quanto internacionais (Anthony 2014; Hussain 2023). Enfrentar esse vazio institucional requer um esforço coordenado que articule a assistência humanitária com a responsabilização política, enfatizando uma governança inclusiva e justiça para as pessoas deslocadas.

Militarização e Criminalização da Dissidência

O período pós-transferência em Bakassi testemunhou uma intensificação da militarização, que se tornou um mecanismo central para a afirmação do controle e da soberania estatal. Em Camarões, o Estado tem recorrido a uma combinação de presença armada, reestruturação administrativa e coerção econômica para consolidar sua autoridade sobre a península disputada. Relatórios indicam que as forças camaronesas implementaram uma tributação agressiva e conduziram operações de vigilância e policiamento que contribuem para um clima de medo e intimidação entre as populações locais (BBC 2013; Macdonald 2024). Tais medidas não são meramente administrativas, mas fazem parte de uma estratégia mais ampla de securitização que busca suprimir a dissidência e garantir a obediência por meio da força. Essas políticas têm causado um efeito inibidor sobre a expressão cívica e deslegitimado líderes tradicionais e vozes comunitárias que contestam as práticas do Estado ou defendem os direitos dos deslocados (Beckly 2013).

Do lado nigeriano, a militarização assumiu uma forma diferente. Embora supostamente mobilizadas para proteger os direitos dos cidadãos de Bakassi deslocados e garantir a estabilidade regional, as operações militares nigerianas, por vezes, entrelaçaram-se com disputas locais e lutas por poder. Em diversas ocasiões, soldados foram acusados de prisões arbitrárias, assédio e ações extrajudiciais, especialmente contra pessoas suspeitas de ligação com movimentos separatistas ou de autodeterminação (Kah 2014; Bonchuk 2014). Essas práticas borram as fronteiras entre proteção e repressão, especialmente à medida que as comunidades tentam lidar com as ambiguidades da governança pós-transferência. Como observa Akhere (2023), as intervenções de segurança do Estado nigeriano frequentemente carecem de uma estratégia pós-conflito coerente, resultando em desdobramentos fragmentados e, por vezes, contraditórios.

Uma das consequências mais visíveis desse ambiente militarizado tem sido a criminalização da dissidência. Movimentos como o *Bakassi Movement for Self-Determination* (BAMOSD) surgiram como respostas de base à percepção de abandono e injustiça, mas foram rapidamente rotulados como ameaças à segurança por ambos os Estados (Immigration and Refugee Board of Canada 2010; Fobella 2007). Líderes e membros desses grupos enfrentaram prisões, vigilância e exílio forçado. O silenciamento dessas vozes fechou as possibilidades de negociação política e agravou o sentimento de alienação vivido pelos residentes de Bakassi, muitos dos quais já lidam com apatridia, deslocamento e precariedade econômica (Ebolo 2022; Ngali 2019).

Além disso, a interconexão entre militarização e controle de recursos adiciona outra camada de complexidade. A Península de Bakassi é rica em recursos petrolíferos e pesqueiros, e o controle sobre esses bens tornou-se um interesse estratégico tanto para a Nigéria quanto para Camarões (Hart 2022). Nesse contexto, a dissidência não é apenas politicamente inconveniente, mas também uma ameaça econômica. As forças armadas são, portanto, mobilizadas não apenas para proteger fronteiras, mas também para guardar zonas de extração e pesca, intensificando ainda mais a militarização da vida cotidiana. Essa ligação entre interesse econômico e força militar reforça a violência estrutural contra os residentes de Bakassi, que frequentemente carecem de emprego formal, acesso à justiça ou segurança fundiária (Ezeilo 2010; Otor 2022).

Por fim, as consequências psicológicas e sociais da militarização não podem ser ignoradas. Os habitantes de Bakassi, especialmente crianças, mulheres e jovens deslocados têm sofrido traumas de longo prazo devido à exposição à violência, ao deslocamento forçado e à vigilância estatal (Sheikh et al. 2016; Madoro et al. 2020). Estudos sobre populações deslocadas internamente revelam altas taxas de TEPT, depressão e fragmentação comunitária em zonas militarizadas. Como enfatiza Hussain (2023), a securitização de Bakassi deve ser compreendida não apenas como uma estratégia geopolítica, mas como uma realidade vivida que aprofunda a insegurança humana e mina as perspectivas de reintegração pacífica e reconstrução. Assim, qualquer resolução sustentável para a crise de Bakassi precisa ir além de abordagens legalistas ou militarizadas, adotando uma governança inclusiva e baseada em direitos, que coloque no centro as experiências e demandas das comunidades afetadas.

Cidadania, Identidade e Exclusão Legal

O desdobramento da decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre Bakassi deixou um legado preocupante de exclusão e incerteza jurídica para muitos de seus antigos habitantes nigerianos. Embora a decisão da CIJ (CIJ 2002a; 2002b) tenha resolvido o litígio territorial entre Estados em favor de Camarões, ela não considerou de forma suficiente as implicações para as populações que viviam nos territórios afetados. O Acordo de Greentree, firmado em seguida, carecia de mecanismos eficazes para garantir os direitos de cidadania das pessoas deslocadas, especialmente daquelas que optaram por permanecer em Bakassi sob controle camaronês (International Peace Institute 2008; Bonchuk 2014). Essa omissão criou um vácuo legal em que dezenas de milhares de pessoas se encontram sem nacionalidade definida, sem *status* jurídico claro e sem proteção legal sob as leis de nenhum dos dois Estados (Odinkalu 2012; Cameroon Multi-Country Office 2017).

A legislação de nacionalidade camaronesa tem sido amplamente criticada por sua opacidade e aplicação seletiva. Como observa Nguindip (2017), os procedimentos de naturalização em Camarões são marcados por ineficiências burocráticas, preconceitos etnolinguísticos e discricionariedade do Executivo. Em Bakassi, ex-cidadãos nigerianos são frequentemente negados documentos de identidade e excluídos da participação cívica, incluindo o direito ao voto e o acesso à educação pública e aos serviços de saúde (Macdonald 2024; Hussain 2023). Essa negação institucional agravou a crise de apatridia, especialmente entre as novas gerações nascidas após a transferência territorial, que permanecem sem documentação e legalmente invisíveis. A ausência de identidade legal restringe a mobilidade, compromete os meios de subsistência e perpetua a marginalização (Oyewo 2021; Manby 2016).

Esse quadro excludente é profundamente marcado por questões de gênero. As mulheres em Bakassi enfrentam um conjunto específico de vulnerabilidades devido à sua condição dupla de pessoas deslocadas e membros de um grupo historicamente marginalizado. Pesquisas indicam que mulheres deslocadas têm sido sistematicamente excluídas dos processos de consulta política e negadas no acesso à propriedade de terras e direitos de moradia, os quais frequentemente são atribuídos por sistemas patriarcais (Dayil 2015; Oke-Chinda 2021). Em alguns casos, elas estão mais suscetíveis à violência baseada em gênero, à exploração e ao risco de tráfico, agravados pela ausência de identidade legal e de proteção estatal (Ezeilo 2010; Sheikh et al. 2016). A falha em integrar um marco jurídico sensível às questões de gênero no regime pós-conflito tem perpetuado um ciclo de dependência social e econômica para as mulheres em Bakassi.

A economia política da exclusão é ainda reforçada por narrativas discriminatórias em torno da noção de origem (indigeneidade) e de pertencimento nacional. Tanto na Nigéria quanto em Camarões, os discursos estatais frequentemente tratam as populações deslocadas de Bakassi como politicamente descartáveis ou culturalmente suspeitas (Anthony 2014; Akhere 2023). Essas narrativas as enquadram como nem totalmente nigerianas, nem aceitavelmente camaronesas, legitimando assim sua exclusão das proteções sociais e dos direitos assegurados. Como sugerem Hart (2022) e Baye (2010), essa exclusão não é meramente administrativa, ela reflete ansiedades mais profundas sobre soberania, identidade e controle em territórios fronteiriços contestados. Essa dupla alienação contribui para a securitização ampliada do deslocamento e enfraquece as perspectivas de reintegração significativa ou reparação.

O caso de Bakassi expõe, em última instância, os limites dos mecanismos de resolução de conflitos centrados no Estado, que priorizam a integridade territorial em detrimento da segurança humana. Embora a decisão da CIJ tenha seguido princípios do direito internacional, ela falhou em criar mecanismos eficazes para preservar a identidade e os direitos das populações deslocadas (Nwoko 2015; LeFebvre 2014). Na ausência de uma instância supranacional com poder de fiscalização, nem a Nigéria nem Camarões assumiram plena responsabilidade pela reintegração jurídica e política dos cidadãos deslocados de Bakassi. Assim, Bakassi tornou-se um caso emblemático de uma falha mais ampla da justiça transicional e da governança inclusiva nos litígios fronteiriços da África pós-colonial, um contexto em que pessoas, especialmente mulheres e jovens, permanecem apátridas, silenciadas e estruturalmente excluídas.

Apagamento Midiático e o Silêncio do Deslocamento

Um dos desdobramentos mais marcantes do conflito na Península de Bakassi é o apagamento sustentado das comunidades deslocadas nos discursos midiáticos e nas agendas políticas dominantes. Embora a decisão da CIJ em 2002 (ICJ 2002a; 2002b) tenha resolvido a disputa territorial entre Nigéria e Camarões, o custo humano desta decisão, especialmente o deslocamento forçado de dezenas de milhares de pessoas, recebeu atenção consideravelmente menor. A cobertura da mídia em ambos os países tende a priorizar narrativas geopolíticas, como soberania, cooperação diplomática e cumprimento legal, ao mesmo tempo em que marginaliza as lutas cotidianas das pessoas deslocadas (Taiwo e Igwebuike 2015). Como observa Ezeilo (2010), esse padrão de cobertura perpetua uma forma de invisibilidade estru-

tural que torna a população deslocada periférica tanto à responsabilização estatal quanto à empatia pública.

Essa negligência midiática tem implicações profundas para a formulação de políticas. Quando as experiências dos moradores deslocados de Bakassi são omitidas do discurso público, suas necessidades também são excluídas das agendas políticas nacionais e internacionais. A narrativa dominante de Bakassi como uma “história de sucesso” na resolução pacífica do conflito (Bonchuk 2014; International Peace Institute 2008) oculta a desarticulação social subjacente e as crises humanitárias de longo prazo. Por exemplo, relatórios destacam que muitos deslocados ainda não têm acesso a moradia, educação e documentação legal mais de uma década após a transferência territorial (Unah 2021; Macdonald 2024). Sem visibilidade na mídia ou em fóruns políticos, essas questões deixam de mobilizar ações ou atrair atenção internacional sustentada, mantendo as comunidades afetadas em um limbo prolongado.

Além disso, esse silêncio funciona como um mecanismo de despolitização do deslocamento. O foco da mídia nos desdobramentos legais, em vez das realidades vividas, reforça uma abordagem tecnocrática para a resolução de conflitos, que trata as fronteiras como linhas abstratas, e não como espaços sociais habitados por pessoas reais (Akhery 2023; Hart 2022). Como argumentam LeFebvre (2014) e Ngalim (2019), a ausência de narrativas centradas nas pessoas permite que os Estados celebrem o cumprimento legal enquanto evitam a responsabilidade pelo sofrimento humano gerado por suas decisões. Esse silêncio é especialmente preocupante dado que muitos deslocados, especialmente mulheres e crianças, continuam a vivenciar traumas, expropriação e apatridia (Dayil 2015; Sheikh et al. 2016). A exclusão deles das narrativas dominantes reflete uma falha mais ampla em humanizar o deslocamento nas reportagens sobre conflitos fronteiriços.

O deslocamento em Bakassi também ilustra como o silêncio midiático se entrelaça com padrões mais amplos de marginalização e apatridia na África pós-colonial. Como observam Manby (2016) e Hussain (2023), a apatridia muitas vezes resulta não apenas da exclusão legal, mas também da invisibilidade epistêmica, ou seja, da ausência das populações afetadas nos sistemas de conhecimento público. No caso de Bakassi, essa invisibilidade foi reforçada pela falha das autoridades nigerianas e camaronenses em reconhecer publicamente e enfrentar as consequências de longo prazo de suas políticas. Mesmo plataformas globais raramente destacaram a situação dessas comunidades da mesma forma que crises de deslocamento mais midiáticas.

A falta de atenção da mídia internacional diminui a urgência para intervenções, financiamento ou ajuda humanitária.

O silêncio em torno das comunidades deslocadas de Bakassi não é meramente uma negligência, mas uma característica estrutural da forma como o deslocamento é narrado ou ignorado na política fronteiriça africana. A decisão da CIJ, celebrada nos círculos do direito internacional como uma solução pacífica para um conflito territorial de longa duração, contrasta fortemente com os problemas sociais e humanitários não resolvidos que ajudou a gerar. Como enfatizam Beckly (2013) e Ebolo (2022), acordos de paz que ignoram as vozes das populações deslocadas não são sustentáveis. O caso Bakassi deve levar acadêmicos, jornalistas e formuladores de políticas a reconsiderar como a representação midiática, ou sua ausência, molda o destino das comunidades marginalizadas. Somente por meio de abordagens inclusivas e centradas nas pessoas, tanto na justiça quanto no jornalismo, os silêncios do deslocamento poderão ser efetivamente quebrados.

Discussão

Os resultados deste estudo apontam para uma profunda disjunção entre os mecanismos legais formais utilizados para resolver a disputa da Península de Bakassi e as experiências vividas por aqueles mais afetados pela transferência territorial. Embora a decisão da CIJ em 2002 e o Acordo de Greentree de 2006 tenham sido amplamente aclamados globalmente como um raro exemplo de adjudicação pacífica de um conflito territorial africano (Bonchuk 2014; International Peace Institute 2008), eles ilustram as limitações do legalismo desprovido de uma base sólida em direitos humanos. Esses instrumentos priorizaram o princípio do *uti possidetis juris*, ou seja, a manutenção das fronteiras coloniais herdadas, mas falharam em abordar adequadamente as necessidades de segurança humana e identidade das comunidades deslocadas nas regiões fronteiriças. Nesse sentido, o caso Bakassi não apenas revela as insuficiências do direito internacional centrado no Estado, como também ressalta como a resolução de conflitos que não integra justiça social e participação local pode aprofundar, em vez de aliviar, a marginalização e o deslocamento (Nwoko 2015; Manby 2016).

Ao situar as comunidades deslocadas de Bakassi dentro do discurso mais amplo sobre apatridia e exclusão pós-conflito, este estudo desafia as interpretações dominantes da disputa que se concentram na integridade territorial e no cumprimento soberano. Especificamente, destaca a produção de

invisibilidade legal e abandono administrativo entre os moradores de Bakassi, especialmente aqueles que permaneceram em Camarões após a transferência do território. Como observa Nguindip (2017), a legislação sobre nacionalidade em Camarões, embora formalmente codificada, é funcionalmente excludente, impondo tanto obstáculos processuais quanto substanciais à naturalização. Muitos ex-residentes nigerianos relatam terem tido negados certidões de nascimento, carteiras de identidade e acesso a serviços básicos como educação e saúde (Macdonald 2024). Essa situação contraria diretamente as obrigações de Camarões sob o direito internacional dos direitos humanos, incluindo a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a Convenção de 1954 relativa ao Estatuto dos Apátridas. Hussain (2023) e Odinkalu (2012) apontam que essa forma de exclusão não é apenas uma falha legal, mas uma forma de violência estruturalmente embutida, produzindo uma população que existe em um vácuo legal, sem reconhecimento nem possibilidade de reparação.

A análise de gênero deste estudo acrescenta complexidade à narrativa ao demonstrar como as mulheres das comunidades deslocadas de Bakassi enfrentam formas multidimensionais de exclusão. A pesquisa revela que o deslocamento ampliou desigualdades de gênero pré-existentes, expondo as mulheres a riscos elevados de violência sexual, deserdamento e isolamento social. Como enfatizam Dayil (2015) e Oke-Chinda (2021) em seus respectivos trabalhos sobre gênero e conflito na Nigéria, ambientes pós-conflito frequentemente reproduzem estruturas patriarcais que tornam as mulheres simultaneamente invisíveis e hipervisíveis: como vítimas de violência, mas excluídas dos processos formais de reconstrução. Em Bakassi, a ausência de mecanismos de justiça transicional sensíveis ao gênero significa que as experiências específicas das mulheres não são documentadas nem tratadas. Por exemplo, famílias chefiadas por mulheres frequentemente não têm acesso à terra ou à moradia nas áreas de reassentamento, enquanto o suporte psicológico para sobreviventes de violência sexual permanece praticamente inexistente. Essas descobertas corroboram as críticas feministas mais amplas sobre a construção da paz, que argumentam que a “reconstrução pós-conflito” frequentemente privilegia atores masculinos das elites e acordos políticos em nível nacional, em detrimento da justiça cotidiana e da recuperação (Cohn, Kinsella e Gibbings 2004).

Além das exclusões legais e de gênero, este estudo lança luz sobre uma dimensão menos examinada, mas igualmente crítica: o apagamento representacional. A análise da mídia revela que os veículos de comunicação nigerianos e camaroneses, assim como as agências internacionais de notícias, em grande parte enquadraram a história de Bakassi sob a ótica da cooperação intergovernamental e do cumprimento legal (Taiwo e Igwebuike 2015; BBC

2013). Embora essas narrativas reafirmem a legitimidade da decisão da CIJ e retratem a transferência territorial como um sucesso diplomático, elas simultaneamente apagam as vozes e as lutas das comunidades deslocadas de Bakassi. Essa narrativa seletiva tem consequências políticas profundas: ela apaga os deslocados do discurso público, das políticas governamentais e da mobilização da sociedade civil, tornando sua luta invisível. Como sugerem Ezeilo (2010) e Unah (2021), esse silenciamento narrativo se desdobra em inação institucional e negligência no financiamento, perpetuando assim a crise humanitária muito além do encerramento formal da disputa.

Esse fenômeno de invisibilidade midiática e política também se alinha ao que McDowell (2008) descreve como “infraestruturas do esquecimento”: processos institucionais por meio dos quais populações deslocadas são deliberadamente excluídas da memória nacional e da construção da cidadania. Nossas conclusões estão em consonância com a pesquisa de Beckly (2013), que constatou que até mesmo autoridades locais em Camarões demonstram conhecimento limitado ou falta de vontade política para atender às necessidades das populações deslocadas de Bakassi. De forma semelhante, Ngilim (2019) observa que os esforços de reintegração pós-conflito entre 2006 e 2016 fracassaram em grande parte devido à ausência de colaboração transfronteiriça, à escassez de recursos e à falta de participação comunitária. Como resultado, os deslocados encontram-se presos em uma liminaridade prolongada, incapazes de reivindicar pertencimento pleno tanto na Nigéria quanto em Camarões, e excluídos dos mecanismos regionais de proteção a refugiados devido à conclusão formal do conflito.

Este estudo revela, de forma crucial, que tais exclusões não são isoladas, mas sim parte de um padrão mais amplo nas práticas internacionais de resolução de conflitos, padrão esse que prioriza a solução de disputas territoriais em detrimento da restauração da justiça para os deslocados por essas decisões. O caso de Bakassi exemplifica o que Achiume (2019) denomina “confinamento legalista”, ou seja, a tendência do direito internacional de resolver disputas interestatais enquanto ignora sistematicamente as consequências sociopolíticas e de direitos humanos para as populações afetadas. No caso de Bakassi, a decisão da Corte Internacional de Justiça pode ter satisfeito as condições legais para uma demarcação pacífica das fronteiras, mas falhou em exigir proteções concretas para as pessoas deslocadas. Tampouco estabeleceu um mecanismo de responsabilização para garantir que os Estados cumprissem suas obrigações de reassentamento. O resultado foi um vácuo humanitário repleto de promessas não cumpridas, apatridia prolongada e trauma intergeracional.

Essas conclusões têm implicações de grande alcance para a formulação de políticas e práticas futuras. Em primeiro lugar, é necessário desenvolver marcos jurídicos mais inclusivos que integrem a segurança humana na adjudicação de disputas territoriais. Esses marcos devem ir além das reivindicações binárias de soberania, incorporando as histórias comunitárias, identidades culturais e princípios de justiça participativa. Como argumenta LeFebvre (2014), negociações de paz bem-sucedidas exigem o reconhecimento de como comunidades fronteiriças vivenciam identidade e pertencimento, e não apenas onde as fronteiras são traçadas. Em segundo lugar, há uma necessidade urgente de programas de reconstrução pós-conflito que coloquem no centro as vozes das pessoas deslocadas, priorizando o *status* legal, a equidade de gênero e a representação midiática. Isso implica não apenas na provisão de documentação de identidade e direitos de voto, mas também de apoio psicossocial, acompanhamento de traumas e soluções habitacionais duradouras. É igualmente crucial incluir as comunidades deslocadas na formulação e implementação dessas políticas, evitando assim a reprodução de um paternalismo verticalizado.

Por fim, a disputa pela Península de Bakassi oferece uma oportunidade crucial para repensar a ética e a política dos realinhamentos territoriais nas frágeis zonas fronteiriças da África. Como argumentam Otor (2022) e Kah (2014), muitos conflitos fronteiriços no continente têm raízes não apenas na cartografia colonial, mas também na falha persistente dos Estados em reconciliar a soberania administrativa com as realidades vividas pelas populações fronteiriças. A experiência de Bakassi demonstra que resoluções legais sem um acompanhamento centrado nas pessoas podem produzir uma paz ilusória, na qual os tiros cessam, mas a violência estrutural da exclusão continua. Dessa forma, acadêmicos, diplomatas e formuladores de políticas devem questionar os pressupostos que sustentam modelos legalistas de resolução de conflitos e advogar por abordagens que incorporem justiça, reconhecimento e cuidado no cenário pós-conflito.

Conclusão

Este estudo examinou criticamente a transferência territorial da Península de Bakassi, revelando como a exclusão legal, a apatridia, o apagamento midiático e as falhas na governança pós-conflito moldaram, de forma entrelaçada, a vida das comunidades deslocadas. Embora a decisão da CIJ e o Acordo de Greentree tenham sido internacionalmente aclamados por sua adesão aos protocolos pacíficos de delimitação de fronteiras, eles também

exemplificam as armadilhas dos mecanismos jurídicos internacionais que priorizam a soberania estatal em detrimento das consequências humanas da redefinição das fronteiras. Esta pesquisa contribui para os debates em direito internacional, estudos de fronteira e justiça pós-conflito ao colocar em primeiro plano as experiências vividas e a liminaridade jurídica daqueles tornados invisíveis pelos processos formais de paz.

Uma das principais contribuições deste estudo reside em evidenciar como os residentes deslocados de Bakassi, especialmente aqueles que permaneceram em Camarões, enfrentaram não apenas a perda de sua terra natal, mas também a perda de identidade legal e de agência política. O trabalho amplia a literatura existente sobre apatridia e políticas de identidade na África ao demonstrar como leis de nacionalidade, combinadas com um frágil suporte institucional, perpetuam a exclusão ao longo de gerações. O estudo também chama atenção para os impactos de gênero da apatridia, destacando como as mulheres são desproporcionalmente mais afetadas por violências, insegurança fundiária e silenciamento político, ampliando, assim, as análises de autoras como Oke-Chinda (2021) e Dayil (2015) sobre gênero e deslocamento em contextos pós-conflito.

Um dos principais achados desta pesquisa é o papel da mídia e do silêncio discursivo no reforço do abandono estrutural. A exclusão das comunidades deslocadas de Bakassi do discurso público e das agendas políticas reflete um padrão mais amplo de controle narrativo em contextos pós-conflito, nos quais vitórias jurídicas centradas no Estado eclipsam o sofrimento das populações locais. Essa dimensão contribui para os estudos críticos de mídia e para a pesquisa em construção da paz ao demonstrar como a invisibilidade nas narrativas nacionais se correlaciona com a inação institucional e com a negação da justiça reparadora.

Ao focar nos custos humanos da resolução legalista de conflitos, este artigo reforça o argumento de que os acordos de paz devem ser reinventados a partir de abordagens inclusivas e centradas nas populações. Os achados dialogam com a literatura sobre a formação do Estado pós-colonial, disputas fronteiriças africanas e justiça transicional, enfatizando que uma paz duradoura exige a integração da segurança humana, da identidade legal e de mecanismos de governança participativa nos processos pós-jurídicos. O caso de Bakassi, portanto, oferece uma contribuição tanto diagnóstica quanto prescritiva para a compreensão das implicações de longo prazo do direito internacional sobre populações vulneráveis.

Pesquisas futuras devem investigar comparativamente as experiências de populações deslocadas por outros realinhamentos fronteiriços na

África, como no Triângulo de Ilemi ou na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul. Além disso, investigações interdisciplinares que combinam antropologia jurídica, estudos de gênero e resolução de conflitos podem aprofundar a compreensão sobre como a apatridia é negociada e resistida em níveis locais. À medida que os Estados africanos continuam enfrentando crises sobrepostas de fronteiras, pertencimento e deslocamento, a produção acadêmica deve permanecer atenta não apenas aos desfechos formais do direito internacional, mas também às estratégias cotidianas de sobrevivência e às reivindicações por justiça promovidas por aqueles deixados para trás.

REFERÊNCIAS

- Achiume, Tendayi. 2019. *Migration as Decolonization*. 71 Stanford Law Review 1509 (2019), UCLA School of Law, Public Law Research Paper No. 19-05. <https://ssrn.com/abstract=3330353>.
- Akhere, S. L. 2023. "An assessment of trans-boundary conflict between Nigeria and Cameroon: The Bakassi Peninsula perspective." Petroleum Product Pricing Regulatory Agency (PPPRA). <https://stephenlaziakhere.com/wp-content/uploads/2023/05/AN-ASSESSMENT-OF-TRANS-BORDER-CRISIS-JOURNAL-1-For-IPS-2023.pdf>.
- Anthony, I. 2014. "Indigeneity and citizenship questions in Nigeria: A critical reflection." *African Journal of Politics and Administrative Studies* 6(1): 46–63. <https://www.ajpasebsu.org.ng/2014/01/indigeneity-and-citizenship-questions-in-nigeria-a-critical-reflection/>.
- Baye, F. 2010. "Implications of the Bakassi conflict resolution for Cameroon." *African Journal on Conflict Resolution* 10(1). <https://www.accord.org.za/ajcr-issues/implications-of-the-bakassi-conflict-resolution-for-cameroon/>.
- BBC News. 2013. "Bakassi residents to pay tax under Cameroon sovereignty." 15 de agosto. <https://www.bbc.com/news/world-africa-23710733>.
- Beckly, A. T. 2013. "The perceptions/views of Cameroon–Nigerian Bakassi border conflict by the Bakassi people." Diss. de mestrado, Uppsala universitet.
- Bonchuk, M. O. 2014. "The International Court of Justice (I.C.J.) judgment over the Bakassi Peninsula: A model in the resolution of African boundary disputes." *LWATI: A Journal of Contemporary Research* 11(4): 131–142. <https://www.ajol.info/index.php/lwati/article/view/119771>.
- Caldwell, Michael. 2012. "Nigeria relinquishes Bakassi claim." Reuters/AFP, 10 de outubro. <https://www.dw.com/en/bakassi-peninsular-row-shelved/a-16296454>.
- Cameroon Multi-Country Office. 2017. "Stateless or at risk of statelessness." UNHCR. <https://reporting.unhcr.org/cameroon-multi-country-office-stateless-or-risk-statelessness-2>.
- Cohn, Carol, Helen Kinsella, Sheri Gibbings, and Maha Muna. 2004. "Women, Peace and Security: Resolution 1325." *International Feminist Journal of Politics* 6 (1): 130–40. doi:10.1080/1461674032000165969.

- Corte Internacional de Justiça (ICJ). 2002a. "Land and maritime boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v. Nigeria: Equatorial Guinea intervening)." <https://www.icj-cij.org/case/94>.
- Corte Internacional de Justiça (ICJ). 2002b. "Summary of the judgment of 10 October 2002: Land and maritime boundary between Cameroon and Nigeria (Cameroon v. Nigeria: Equatorial Guinea intervening)." <https://www.icj-cij.org/node/103905>.
- Dayil, P. B. 2015. "Ethno-religious conflicts and gender in Nigeria's Middle Belt." Diss. de doutorado, University of Birmingham.
- Ebiede, T. M., Langer, A. and Tosun, J. 2020. "Disarmament, demobilisation, and reintegration: Analysing the outcomes of Nigeria's post-amnesty programme." *Stability: International Journal of Security and Development* 9(1): 6. <https://doi.org/10.5334/sta.752>.
- Ebolo, E. E. 2022. "The border factor in Cameroon-Nigeria relations: A study of the Bakassi Peninsula dispute." Diss. de doutorado. https://cris.vub.be/ws/portalfiles/portal/105271539/PhD_Thesis_Eric_Elong_Ebolo_Final_43_.pdf.
- Egeran, T. 2015. "International law, boundary dispute and territorial redistribution between Nigeria and Cameroon on Bakassi Peninsula: Limits and possibilities for Nigeria." *European Journal of Business and Management* 7(7): 200–210. <https://www.iiste.org/Journals/index.php/EJBM/article/view/20528>.
- Ezeilo, J. 2010. "Nigeria and Cameroon: The Bakassi dispute." *Nigerian Juridical Review* 9: 148–188. <https://law.unn.edu.ng/wp-content/uploads/sites/12/2016/08/8-Nigeria-and-Cameroon-The-Bakassi-Dispute-J.-Ezeilo.pdf>.
- Fobella, Takang A. 2007. "The Bakassi crisis and its implications for the emergence of the Ambazonia separatist movement." Diss. de bacharelado, Pleho Institute of Research, Language and Culture's Lab.
- Hart, A. O. 2022. "Natural resources and conflict: A case study of the Bakassi Peninsula conflict." *American Journal of International Relations* 7(1): 39–46. <https://doi.org/10.47672/ajir.1070>.
- Hussain, T. O. 2023. "Statelessness in the Bakassi Peninsula: A humanitarian crisis in the making." *Journal of African Conflicts and Peace Studies* 5(2). <https://digitalcommons.usf.edu/jacaps/vol5/iss2/5>.
- Immigration and Refugee Board of Canada. 2010. "Nigeria/Cameroon: The Bakassi Movement for Self-Determination (BAMOSD)." *Refworld*, 19 de maio. <https://www.refworld.org/docid/4dd24a0b2.html>.
- International Peace Institute. 2008. "Pacific settlement of border disputes: Lessons from Bakassi and the Greentree Agreement." Outubro. <http://www.ipinst.org>.
- Kah, H. K. 2014. "The Bakassi crisis: The role of the Nigerian and Cameroonian military, 1981–2013." *Conflict Studies Quarterly* 6: 3–22. <https://www.csq.ro/wp-content/uploads/CSQ-6.-Kam-Kah.pdf>.
- Kindzeka, M. E. 2013. "Nigerians face deadline to decide on leaving Cameroon territory." *VOA News*, 3 de abril. <https://www.voanews.com/a/nigeria-cameroon-residents/1634181.html>.

- LeFebvre, R. K. 2014. "Interests and identities in peace negotiations: Nigeria, Cameroon, and the Bakassi Peninsula." *African Social Science Review* 6(1), Article 6. <https://digitalscholarship.tsu.edu/assr/vol6/iss1/6>.
- Macdonald, A. 2024. "The quest for legal ID by inhabitants of disputed Cameroonian territory Bakassi." *Biometric Update*, 29 de janeiro. <https://www.biometricupdate.com/202401/the-quest-for-legal-id-by-inhabitants-of-disputed-cameroonian-territory-bakassi>.
- Madoro, D., et al. 2020. "Post-traumatic stress disorder and associated factors among internally displaced people in South Ethiopia: A cross-sectional study." *Neuropsychiatric Disease and Treatment* 16: 2317–2326. <https://doi.org/10.2147/ndt.s267307>.
- Manby, B. 2016. *Citizenship law in Africa: A comparative study*. African Minds, Open Society Foundations. <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/f124bc3c-70e5-4680-a534-8a2f7e3e194c/citizenship-law-in-africa-a-comparative-study-20160101.pdf>.
- Ngalim, A. N. 2016. "African boundary conflicts and international mediation: The absence of inclusivity in mediating the Bakassi Peninsula conflict." Working Paper No. 9, setembro. https://s3.amazonaws.com/ssrc-cdni/crmuploads/new_publication_3/african-boundary-conflicts-and-international-mediation-the-absence-of-inclusivity-in-mediating-the-bakassi-peninsula-conflict.pdf.
- Ngalim, A. N. 2019. "Post-conflict experiences of resettled Bakassi Peninsula people, 2006–2016." *Asian Journal of Peacebuilding* 7(1): 105–123. <https://doi.org/10.18588/201905.00a060>.
- Nguindip, N. C. 2017. "The complexities of citizenship and nationality under Cameroonian law." *International Journal of Advanced Research and Publications* 1(1): 56–61. <http://www.ijarp.org/published-research-papers/july2017/The-Complexities-Of-Citizenship-And-Nationality-Under-Cameroonian-Law.pdf>.
- Nonju, K. D. S., and Nneoma S. Uwuh. 2021. "The scramble for the wider territory of Ambazonia: The reason for Nigeria/Cameroon maritime boundary dispute." *NAU Journal of Commercial and Private Law* 8(2): 158–170. <https://journals.unizik.edu.ng/jcpl/article/view/667>.
- Nwoko, N. S. 2015. "The right to self-determination of a people: A TWAILian analysis of ICJ decisions in Cameroon v. Nigeria, East Timor, and Western Sahara cases." Diss. de mestrado, Osgoode Hall Law School of York University. <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/llm/18>.
- Odinkalu, C. 2012. "Stateless in Bakassi: How a changed border left inhabitants adrift." *Open Society Justice Initiative*, 2 de abril. <https://www.justiceinitiative.org/voices/stateless-bakassi-how-changed-border-left-inhabitants-adrift>.
- Oghuvbu, E. A., and Uche C. Okolie. 2020. "Responsibility to protect and the challenges of displaced men in Nigeria." *Journal of Danubian Studies and Research* 10(1). <https://dj.univ-danubius.ro/index.php/JDSR/article/view/565>.
- Oke-Chinda, M. 2021. "Legal mechanisms for the effective protection of conflict-induced internally displaced women in Nigeria from sexual violence." Diss. de doutorado, The University of Manchester. https://pure.manchester.ac.uk/ws/portalfiles/portal/224501288/FULL_TEXT.PDF.

- Organização das Nações Unidas. 2008. "Agreement transferring authority over Bakassi Peninsula from Nigeria to Cameroon 'triumph for the rule of law', Secretary-General says in message for ceremony." *UN Meetings Coverage and Press Releases*, 14 de agosto/August 14. <https://press.un.org/en/2008/sgsm11745.doc.htm>.
- Otora, O. A. and Humanus Discourse. 2022. "Territorial imperatives and inter-state boundary conflicts in Nigeria." *Humanus Discourse* 2(2): 1–17. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4001517>.
- Oyewo, H. T. 2021. "Trapped in between: Statelessness in Bakassi Peninsula." *IOSR Journal of Humanities and Social Science* 26(12): 18–20. <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.26-Issue12/Ser-7/D2612071820.pdf>.
- Sheikh, T. L., et al. 2016. "Descriptive characterization of psycho-trauma, psychological distress, and post-traumatic stress disorder among children and adolescent internally displaced persons in Kaduna, Nigeria." *Frontiers in Psychiatry* 7: 179. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2016.00179>.
- Taiwo, R. and Igwebuike, E. 2015. "Representation of Bakassi Peninsula conflict in Nigeria and Cameroon print media: A critical discourse approach." *Linguistik Online* 72(3): 127–143. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=664573493008>.
- Unah, L. 2021. "Corruption and blame game stalls progress: Nigeria: More than a decade after displacement, many Bakassi returnees remain homeless." *The Africa Report*, 13 de abril. <https://www.theafricareport.com/77543/nigeria-more-than-a-decade-after-displacement-many-bakassi-returnees-remain-homeless/>.

RESUMO

Este estudo investiga a persistente crise de segurança humana na Península de Bakassi após a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2002, que transferiu a soberania da região da Nigéria para Camarões. Embora a decisão tenha resolvido a disputa legal entre os dois países, ela gerou uma prolongada emergência humanitária para milhares de nigerianos que permaneceram apátridas, sem documentação e marginalizados em sua terra ancestral. O objetivo deste estudo é examinar criticamente os desafios multidimensionais — legais, políticos e existenciais — enfrentados pela população nigeriana deslocada em Bakassi e analisar as respostas institucionais diante de sua situação. Com base em uma metodologia qualitativa que combina análise de políticas públicas e literatura secundária, o estudo insere a crise de Bakassi no marco teórico mais amplo da segurança humana. Sustenta-se que a securitização do território, sem a devida proteção paralela das vidas humanas, aprofundou a vulnerabilidade das populações afetadas. Além disso, o estudo destaca como a assimilação forçada, a apatridia burocrática e o apagamento identitário têm alimentado respostas insurgentes e minado a estabilidade regional. Este trabalho contribui para os debates em curso sobre a governança pós-colonial de fronteiras, os limites da adjudicação internacional e a necessidade urgente de abordagens baseadas em direitos para a resolução de conflitos na África.

PALAVRAS-CHAVE

Fronteiras. Camarões. Apatridia. Deslocamento. Insegurança humana. Península de Bakassi. Nigéria.

Recebido em 22 de março de 2025

Aceito em 02 de julho de 2025²

Traduzido por Isabella Cruzichi

2 Como citar: Bamidele, Seun. 2025. “Fronteiras sem dono: apatridia, deslocamento e insegurança humana na Bakassi pós-transferência.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 155-182. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.146507>.